

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IVANA MARIA FORTUNATO DE BARROS

ENTRE A POLÍTICA E O AFETO:
DIÁRIO DE UMA PSICÓLOGA NO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

NITERÓI
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IVANA MARIA FORTUNATO DE BARROS

ENTRE A POLÍTICA E O AFETO:
DIÁRIO DE UMA PSICÓLOGA NO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Psicologia. Área de Concentração: Estudos da Subjetividade. Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IVANA MARIA FORTUNATO DE BARROS

ENTRE A POLÍTICA E O AFETO:
DIÁRIO DE UMA PSICÓLOGA NO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Aprovada em: 13 de agosto de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ana Claudia Lima Monteiro (UFF) - orientadora

Prof. Dra. Alexandra Cleopatre Tsallis (UERJ)

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (UFRJ)

Prof. Dra. Diana Delgado da Costa Silva (MPRJ)

Prof. Dra. Carla Ribeiro Guedes (UFF)

Prof. Dra. Marcia Oliveira Moraes (UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Povo da Rua, aos Exus, Pombogiras e Orixás que me acompanham, me protegem e guiam meus caminhos.

Ao meu pai que, no meio do curso de Doutorado, faleceu. Ele era, junto da minha mãe, meu maior incentivador. Sempre perguntava sobre os estudos, sobre a escrita. Me dizia que tinha muito orgulho de mim. Então, eu segui escrevendo como se ele fosse ler e sentir ainda mais orgulho. Obrigada, pai.

Agradeço a minha mãe, Silvana, por todo seu amor e dedicação. Por nunca sair do meu lado e não me deixar desistir. Por vibrar, se orgulhar, me acolher e me sustentar na caminhada.

Agradeço ao meu companheiro Pedro, por todo seu amor e por sempre reafirmar que sentia orgulho de mim e que eu era capaz mesmo quando eu mesma achava que não era.

À minha orientadora, Ana Claudia, tenho o coração repleto de amor e gratidão. Desde 2012, ela me ensina e me apoia. Mais do que isso, ela aposta em mim e aposta no que eu tenho a dizer. Obrigada por tanto.

Às minhas amigas Juliana, Isabela e Roberta, que estão comigo sustentando meus surtos e não me deixando desistir.

Às minhas amigas Natalina, Tuane e Thamires, que viveram os desafios da Assistência desde o início junto comigo. Agradeço por tudo que vocês me ensinam e por tudo que aprendemos juntas.

Às minhas amigas e companheiras de Hotel, Suellem, Sheila, Cristiane e Leila. Obrigada por todo colo, toda paciência e todo carinho.

Agradeço a minha equipe do Hotel Social, com a qual compartilho grande parte das histórias aqui escritas. Um abraço especial para Luiz Antonio, Gisele, Princila e Tânia, da equipe técnica, Marileia, Chico, Samira, Jessica, Ibici, Marina, Rodrigo e Erica, educadores sociais que me ensinaram e ensinam sobre acolhimento no sentido mais amplo da palavra, e a Nildo, chefe da manutenção, por me salvar sempre e ajudar a manter de pé essa “casa muito engraçada”.

Meu afeto e gratidão ao nosso grupo de coordenadoras, Isabel, Laura, Tatiane e Su, que possibilitaram compartilhar as angústias deste trabalho e tornar os dias mais leves.

Aos meus queridos usuários e acolhidos que aceitaram compartilhar suas vidas e trajetórias comigo. Espero que eu tenha contribuído para a vida de vocês tanto quanto vocês me fizeram crescer como pessoa e como profissional.

RESUMO

Essa escrita é um diário de segredos de uma psicóloga que trabalha em serviços da Política de Assistência Social no Município de Niterói, junto a população em situação de rua. A pesquisa parte da compreensão da população em situação de rua como expressão da questão social, produzida pelas contradições do capitalismo e agravada pelas marcas do colonialismo, do racismo estrutural e da desigualdade social brasileira. Nesse contexto, busca compreender como as políticas públicas podem operar tanto como instrumentos de garantia de direitos quanto como dispositivos de controle e produção de exclusões. As histórias contadas, utilizando como referenciais teóricos a Pedagogia das Encruzilhadas e a Epistemologia Feminista, nos possibilitam um debate acerca da negação do direito à maternidade de mulheres em situação de rua, os impactos do uso de álcool e outras drogas, o encarceramento, as múltiplas formas de violência e as estratégias cotidianas de sobrevivência e resistência. A partir dessas histórias, evidencia-se que a proteção social ultrapassa a oferta de benefícios e serviços, sendo construída também por meio do vínculo, da escuta, do reconhecimento da singularidade e da produção de afetos. Encerrando com o diário de segredos, as histórias contadas trazem um convite à imaginação, reivindicando o registro da memória, dos afetos e das encruzilhadas como formas de produção de conhecimentos.

Palavras-chave: população em situação de rua; Psicologia; Assistência Social; SUAS; políticas públicas; direitos humanos; diário de segredos.

ABSTRACT

This dissertation is a diary of secrets written by a psychologist working within the Brazilian Social Assistance Policy in the municipality of Niterói, alongside people experiencing homelessness. The study understands homelessness as an expression of the social question, produced by the contradictions of capitalism and intensified by the enduring legacies of colonialism, structural racism, and social inequality in Brazil. Within this context, it examines how public policies may operate both as instruments for guaranteeing rights and as mechanisms of control and the production of exclusion.

Drawing on the Pedagogy of the Crossroads (Pedagogia das Encruzilhadas) and Feminist Epistemology as its theoretical foundations, the narratives presented here explore the denial of the right to motherhood among women experiencing homelessness, the impacts of alcohol and other drug use, incarceration, multiple forms of violence, and the everyday strategies of survival and resistance developed by those living on the streets. These stories reveal that social protection extends beyond the provision of benefits and services; it is also built through human relationships, attentive listening, recognition of singularities, and the the creation of affective bonds.

The dissertation concludes with the *diary of secrets*, in which the narratives become an invitation to imagination, affirming memory, affection, and the crossroads as legitimate sites for the production of knowledge.

SUMÁRIO

1.	Introdução	06
1.1	Bem-vindos à Praça do Rink!	06
1.2	Memórias andarilhas	08
1.3	"Tô sentada perto da gangorra": a Praça da Cantareira e seus encontros	09
1.4	De volta ao ponto de partida: Rua Coronel Gomes Machado	10
2.	Políticas Sociais: a formação social brasileira e a trajetória da construção da Assistência Social como Política Pública no Brasil	13
2.1	O nascimento da questão social	14
2.2	A questão social no Brasil	16
2.3	O surgimento da noção de direitos: do Estado de Bem-Estar Social à Política de Assistência Social	23
2.4	Assistência Social: legislações, diretrizes e políticas	30
2.5	A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)	35
3.	Assistência Social de Niterói: um recorte entre a teoria e a prática	37
3.1	Centro POP	39
3.2	Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)	43
3.3	ERAD	45
3.4	Unidade de Acolhimento: Hotel Social	47
4.	Referencial Teórico-Metodológico	50
4.1	Epistemologias e Pedagogias Subalternas: produzindo saberes transgressores	50
4.2	A escrita e a contação de histórias	52
4.3	Como se deu a pesquisa: de entrevistas estruturadas ao diário de segredos	54
5.	Histórias: o registro de vidas e memórias	55
5.1	"Ela disse que eu nunca vou ficar com um filho meu": a negação do direito a maternar	55
5.2	Entre territórios psicotrópicos e as prisões: violência como estrutura e drogas como amenidades	65
5.3	Violência: estrutura ou ação individual?	69
5.4	Redução de danos, drogas e sua relação com a Assistência Social	75
6.	Considerações Finais	82
6.1	Diário de afetos: ou um convite à imaginação	82

1. Introdução

1.1 Bem vindos à Praça do Rink!

Estávamos sentados em uma praça, enquanto ele me contava mais fatos sobre a vida dele. Os atendimentos em salas fechadas não funcionavam mais, dizia que se sentia preso, monitorado, falava pouco e logo ia embora. Então, começamos a manter nossas conversas debaixo de árvores, tomando chá ou café, ou andando pela cidade. Neste dia, paramos em uma praça onde as pessoas passavam no fim do trabalho, passeavam com seus cachorros ou só fumavam um cigarro antes de ir para casa.

Ali, ele me narrou mais alguns episódios da sua vida e também alguns sonhos que, para ele, pareciam ou distantes ou irrealizáveis. Eu sempre afirmava que todos eles eram realizáveis. Confesso que não sei se todos os nossos sonhos são de fato realizáveis, ainda mais nesse mundo que vivemos. Não sei nem mesmo se os meus são. Mas se sonharmos pensando que estes sonhos estão fadados a fracassar, o que nos moveria?

Ele não sonhava em ser multimilionário, andar de jatinho e ir todas as férias para as Maldivas. Sonhava em conseguir um trabalho como pintor e pedreiro, ofício que realizava muito bem e com gosto, ter uma casa, uma esposa e poder ser um bom pai para os filhos. E aquele cara na minha frente poderia ter isso. Esse era meu sonho também.

Finalizamos aquela conversa comigo lhe dizendo que ele poderia escrever um livro com as suas histórias. Me disse que ninguém se interessaria. Eu disse que apostava que sim, algumas pessoas se interessariam. Ele me disse que eu escrevesse o livro. Pedi que me ajudasse. E, então, cá estou eu. Escrevendo. As minhas histórias e as daqueles que eu acho que vocês deveriam se interessar em ler.

As minhas histórias eu conto por que preciso. São os afetos dos nossos encontros que me tomam e, com o tempo, aprendi que posso traduzir em palavras as angústias e alegrias que me surgem nestes caminhos. Se alguém vai ler? Já não sei. Talvez a minha orientadora e a minha banca porque são obrigados. Talvez alguns amigos próximos. Talvez outras pessoas. Mas não escrevo pensando em quem lerá. Escrevo porque preciso. E escrevo porque quero criar memória. Do que vivo, do que faço, do que sinto e do que encontro. E olha... Os encontros que venho tendo são das coisas mais bonitas que existem na vida.

Esses encontros são com essas pessoas cujas histórias acho que vocês deveriam se interessar em ler. Não são de grandes figuras públicas, grandes nomes da história, da televisão, da música, da política ou da economia. São as histórias das miudezas, do

comum, do ordinário. Histórias do quintal que é a rua. Histórias que não desaparecem porque nunca nem mesmo apareceram, não existiram. Histórias de pessoas que poderiam ser eu ou você. Afinal, por mais que tentemos pensar que somos bastante especiais e construímos grandes coisas na vida, estamos mais próximas dessas pessoas do que dos grandes nomes sobre os quais se escrevem livros e gravam filmes contando suas vidas. Nós também somos ordinários e estamos no mesmo quintal, compartilhando nossas histórias.

Então, não estou aqui como porta voz de nada nem de ninguém. Estou apenas registrando a história daqueles que aceitaram compartilhar suas vidas comigo. Agradeço a confiança, o carinho e a disponibilidade. E honro esta tarefa de fazer com que esses que jamais vão desaparecer para mim passem a existir para vocês também.

1.2. Memórias andarilhas

Eu queria contar para vocês a história do Formigão. Falar de como desde criança ele sobreviveu nos telhados das casas de uma favela trabalhando para o tráfico. E sobre como o maior sonho dele é construir uma família. Mas ele está preso, sentenciado a 8 anos em regime fechado. E esta pesquisa vai durar menos tempo que isso. Queria contar a vocês a história da Neia. De como ela era raivosa e, ao mesmo tempo, extremamente afetuosa. De como ela estava feliz porque havia começado a tentar engravidar. Ela e seu companheiro queriam formar uma família. Mas Neia foi morta antes mesmo desta pesquisa começar. Acho que vocês também iam gostar de conhecer a história da Monique. Sobre como era impossível retornar para casa porque sua mãe a amava muito, mas insistia em chamá-la pelo nome morto e tratá-la por um gênero que ela não se identificava. Queria que vocês soubessem como, para Monique, apesar da miséria e das violências, foi só na rua que ela pode ser quem ela era de verdade. Mas eu não sei mais onde Monique está. E não sei se ela volta até o fim desta pesquisa.

Escolher pesquisar sobre a população em situação de rua traz alguns desafios. Trata-se de uma população migratória. Alguns se fixam no mesmo lugar por anos. Outros migram de bairros, cidades e estados, em geral, procurando melhores oportunidades para a vida. Posso começar a acompanhar alguém hoje e semana que vem já não saber onde ele está. Por isso, cada intervenção é importantíssima. Por isso, a escuta precisa ser bastante delicada, para ouvir os ditos e os não ditos. Porque, às vezes, aquela pessoa só vai estar com você uma vez. E, às vezes, aquela única coisa que você fez, seja ouvir,

oferecer um banho ou emitir uma documentação, vai ser a ação acertada e necessária para aquele momento. O restante, o sujeito segue e se ajeita no seu fluxo de vida. Embora saber disso aquiete ou amenize a angústia por alguns sumiços, esta transitoriedade traz um problema para a pesquisa. Posso começar a ouvir estas histórias e registrar. Posso querer que eles contem a própria história, posso registrar em meu diário de campo minhas afetações por aquele encontro. Mas não sei se consigo as assinaturas e autorizações necessárias para validar estas escritas como parte da pesquisa. E daí o que fazemos? Não registramos? Não conto essas histórias para vocês? O sujeito não pode contar a história dele porque no meio do caminho ele decidiu se mudar? A questão aqui é: como criar mecanismos de formalização deste trabalho feito no tempo do outro, um tempo rápido ou lento demais, cheio de lacunas, de idas e vindas?

1.3 "Tô sentada perto da gangorra": a Praça da Cantareira e seus encontros

Estava sentada na Cantareira, perto da gangorra, esperando a hora da aula. É uma praça conhecida, que serve de travessia ou parada desde o início da graduação. O que agora, no momento que escrevo, já conta 12 anos. Vejo o mesmo rosto há 12 anos. A mesma mulher vivendo naquela praça. Há 12 anos, segundo as minhas contas. Há muitos mais anos, segundo a perda de contas dela.

Em frente à Praça, está a Universidade. A praça está cheia dos seus alunos, que atravessam ou que ficam. Lotam os bares, comem seus pastéis de 20 centímetros, bebem cerveja, fumam maconha. Tem batalha de rap e roda de maracatu. Estão misturados os membros das atléticas, os militantes de coletivos estudantis, os *good vibes*, a classe média e os pobres. Ela é acessível. A universidade à sua frente nem tanto.

Tem sido a duras penas meu caminhar neste doutorado. Há questões objetivas e subjetivas que fazem essa caminhada ser mais difícil do que eu havia planejado. E é importante eu dizer isso porque, se você estiver lendo estas linhas agora, pode ter certeza que essa foi uma grande conquista.

A verdade é que a universidade não deveria ser, mas é uma máquina de moer gente. E mentes. A gente entra cheio de planos e sonhos, pensa em colecionar diplomas, mas depois vê que esses são só papéis e que, às vezes, não valem tanto assim. A universidade é gigante, mas ela é só uma parte de um todo e, mesmo que ela se ache a parte mais importante, ela não é.

Sinto dizer, mas o que os doutores com muitos diplomas têm a dizer não é a parte mais importante. O que os livros seculares ou mais modernos têm a nos dizer não é a única verdade que importa. E tem sido cada vez mais difícil conseguir escutar ou ler o que esses grandes nomes falam, quando você começa a entender que as histórias de quem vive em uma praça há um sem-contar de anos não tem lugar ali dentro. A universidade deixa de ser parte do mundo e deixa de produzir um conhecimento real, encarnado, quando olha mais para si e menos para as vidas que atravessam ou ocupam as praças. Quando acham que podem dizer o que são os modos de vida e quais mecanismos de poder operam sobre eles e quais são as linhas de fuga e quais são as resistências, sem que se possa olhar para quem foge, resiste ou nem existe.

É possível transformar a universidade em um espaço para vidas marginais?

1.4. De volta ao ponto de partida: Rua Coronel Gomes Machado

Em 2019, iniciei minha prática no Sistema Único de Assistência Social no município de Niterói, após aprovação em um concurso público. Chegava em um território muito pouco conhecido, sendo as leituras de estudo para o concurso o único contato com esta política pública. Na escolha de qual serviço trabalhar, me apeguei às escutas das experiências de um grande amigo que já atuava há alguns anos no Consultório na Rua, e escolhi o Centro POP[1]. Aceitaram minha sugestão e na semana seguinte estava lá.

Na minha chegada, o trabalho no Centro POP era coordenado por três pessoas: uma coordenadora geral, uma coordenadora técnica e um coordenador de abordagem social. A equipe era composta por assistentes sociais, psicóloga e educadores sociais, todos contratados. A maioria já atuava no serviço há mais de dois anos, o que os colocava no lugar de tutores para nós. Chegávamos, mais ou menos, em catorze novos técnicos, todos concursados. Imagine aí a tensão...

No início, a equipe se dividia entre o trabalho do Serviço de Referência para a População em Situação de Rua, interno no Centro POP, e do Serviço Especializado em Abordagem Social, realizado no território. Fazíamos uma escala de doze horas trabalhadas por sessenta horas de folga. Nos dias de trabalho, seguíamos uma escala que alternava o trabalho no Centro POP, com o trabalho de Abordagem Social, este cada dia em um território diferente. Imagine aí a confusão...

[1] Centro POP é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que mais adiante veremos sua criação e forma de funcionamento.

Era isto, um dia realizávamos os atendimentos internos, com escuta dos usuários, construção dos seus planos de acompanhamento e encaminhamento de suas demandas. Também auxiliávamos os educadores sociais na organização da distribuição do café da manhã, almoço, lanche e banho. O almoço merecia um capítulo à parte. O fluxo de um dia no Centro POP era de recebermos cerca de 70 pessoas. No almoço, recebíamos 12 quentinhas. Tínhamos que definir quem comeria e quem não comeria. Uma das decisões mais cruéis que se pode atribuir a alguém. Criamos um esquema em que as 12 quentinhas seriam distribuídas entre os 12 usuários que estavam com senha para atendimento pela manhã, considerando que, aguardando atendimento, não poderiam sair para trabalhar ou manguear e, assim, conseguir dinheiro para alimentação. Era o mais justo que conseguimos pensar...

No outro dia, íamos ao território realizar o trabalho de Abordagem Social. Eram horas de caminhada, abordando todos aqueles que estavam nas ruas, seja dormindo, reunidos ou trabalhando.

Só para somar um pouco mais ao cenário, o trabalho era realizado “em conjunto” a uma equipe da Guarda Civil Municipal, chamada Coordenadoria de Apoio ao Serviço Social (CASS), que tinha sede em uma sala dentro do Centro POP e que acompanhava a equipe de abordagem social em todas as suas idas ao território. Imagine as delicadezas dessa construção entre Assistência Social e Ordem Pública...

Entre tensões, confusões e delicadezas, fomos conhecendo o trabalho, estudando as políticas e aprendendo o que era para fazer e, principalmente, o que não era. Começamos a questionar o trabalho desenvolvido, a consolidar a potência das políticas públicas e a trazer outros elementos para o trabalho e a instituição, como a valorização dos trabalhadores, exigência de condições dignas de trabalho e a dimensão do acolhimento, do vínculo e dos afetos.

Neste meio do caminho, muitos servidores solicitaram transferência para outros serviços e sobrevivemos em cinco: as quatro assistentes sociais Aline, Natalina, Tuane, Thamires, e eu. O Serviço recebeu uma equipe de Abordagem Social, através de uma contratação específica para este trabalho, o que nos colocou de forma permanente no trabalho desenvolvido dentro (mas nem tanto) do Centro POP. Também houve o fim dos contratos dos trabalhadores que lá estavam antes de chegarmos e a recontratação de alguns destes em processos posteriores. Houve a chegada de uma nova coordenação e novas tensões e conflitos.

Estes conflitos culminaram na necessidade de sairmos, todas as cinco “sobreviventes”, do Centro POP. A Thamires e a Tuane passaram a compor equipes de outros serviços, e Natalina, Aline e eu recebemos a proposta de continuarmos um trabalho que havíamos iniciado no último ano, de acompanhamento de mulheres gestantes em situação de rua. Acontece que, narrando de forma bem resumida, acompanhamos algumas mulheres gestantes que estavam em situação de rua e também faziam uso prejudicial de álcool e outras drogas, e que, após o parto, não conseguiam permanecer com a guarda de seus filhos. O hospital notificava ao Conselho Tutelar e a Vara da Infância, mas nunca acionava a rede de assistência e cuidados desta mulher. Esta era uma situação que vinha se agravando pois, na suposta tentativa de garantir os direitos da criança, violava-se o direito de maternar destas mulheres, além de também violar outros direitos da criança, como o de convivência familiar.

De fato, esta foi uma proposta muito interessante e que nos mobilizava muito. Mas nos abriu a oportunidade de fazermos uma contraproposta. O que está em jogo nesta negação do direito à maternidade, entre muitos fatores, é o estigma e o preconceito contra pessoas em situação de rua e pessoas usuárias de álcool e outras drogas. E este estigma se apresenta de várias outras formas e o ouvimos nas histórias de muitos sujeitos, não só das mulheres gestantes. O uso de álcool e outras drogas é um tema constantemente negligenciado na Assistência Social, visto como algo do campo da saúde, da polícia ou da religião. Quando a Assistência Social se apropria é comum encaminhar às Comunidades Terapêuticas, em uma associação perigosa e equivocada.

Assim, propusemos a criação de uma Equipe de Referência para Uso de Álcool e Outras Drogas (ERAD) no SUAS Niterói. Escrevemos o projeto desta equipe em fevereiro de 2021 e sua aprovação ocorreu em outubro de 2021, uma demora que sinaliza não só a facilidade em negligenciar o tema, mas também tensões contínuas que ocorriam naquela Secretaria na época.

Fato é que em 26 de outubro de 2021, é publicada no Diário Oficial de Niterói a Resolução SMASES 001/2021, que institui a criação da equipe ERAD/ SUAS. O objetivo desta equipe então era intervir nas situações de violações de direitos decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas. Essas violações não dizem respeito apenas à saúde dos sujeitos, mas partimos do entendimento de que os prejuízos relacionados ao uso de AD podem ser sobre as suas relações, sua dificuldade de desempenhar determinados papéis sociais e atividades e que tudo isso pode agravar as vulnerabilidades a que estão submetidos.

Daí a importância de se conhecer o Sistema Único de Assistência Social. Primo mais novo do SUS, o nosso Sistema de Garantia de Direitos pensa ações, serviços e programas para as populações mais vulnerabilizadas pelo nosso sistema. Sua existência, fruto de muita luta, ainda é uma conquista que precisamos seguir batalhando para concretizar. E aqui quero dar um passo fazendo com que possamos conhecer e refletir sobre o SUAS e a Política de Assistência Social.

No capítulo 1, abordaremos acerca da questão social, como expressão do funcionamento do sistema capitalista, de como isso se desenha no Brasil, a partir de uma formação social marcada pela colonização, escravização de povos negros de África e dependência econômica de países desenvolvidos. Também entenderemos como a população em situação de rua se constitui como uma expressão da questão social e como foi se construindo a noção de direitos e da consolidação da Política de Assistência Social como política pública de direitos para quem dela precisar.

No capítulo 2, iremos apresentar como estão estruturados os serviços da Política de Assistência Social no município de Niterói, trazendo como foco os serviços que atendem a população em situação de rua e buscando refletir acerca do que as legislações determinam sobre o funcionamento dos serviços e como estes se desenvolvem na prática. Também iremos apresentar dados acerca da população em situação de rua no Brasil e no Município, refletindo sobre o perfil, possibilidades e impossibilidades que marca a PSR.

O capítulo 3 é sobre a metodologia deste trabalho. A partir da perspectiva da Epistemologia Feminista e da Pedagogia das Encruzilhadas, demonstro a tentativa de uma pesquisa entre pares, a partir dos encontros e dos vínculos construídos. Busco traduzir nestas páginas um conhecimento que surge nas ruas, na “tampa de bueiro”, como se fala por aí. Que traduza a grandeza na marginalidade e miudeza do cotidiano de quem tem as encruzilhadas como casa. Este capítulo é a encruzilhada, onde a história e as vidas se cruzam. Imagine que você está andando e cai dentro de um bueiro.

E, finalmente, no capítulo 4, trago para vocês memórias do meu diário de campo e de entrevistas, divididos em alguns eixos temáticos. Estes eixos convergem entre si, pois a multiplicidade de temas, lutas e opressões se repetem, logo é uma divisão apenas para facilitar nosso debate.

O capítulo 5 desta pesquisa trará a narrativa dos usuários, sem intervenções ou apontamentos sobre o que ou como o leitor deve refletir. Mas gostaria de utilizar estas páginas como instrumentos de registros de memória das histórias que os sujeitos me narram. Este capítulo é o fim e o início da boca do mundo.

2. Políticas Sociais: a formação social brasileira e a trajetória da construção da Assistência Social como Política Pública no Brasil

Para entendermos a Política e os serviços que se apresentam nesta escrita, seu funcionamento, importância e o cenário em que estão inseridos, é necessário olharmos para história da nossa sociedade e da própria constituição do nosso país. Aqui, entenderemos a população em situação de rua (PSR) como expressão da “questão social”, sendo questão social um conceito e não “uma coisa relacionada ao social”, como muitas vezes nos referimos de forma banal.

Muitas vezes, o fato de existirem pessoas vivendo nas ruas é visto a partir de uma lógica individualizante, que responsabiliza unicamente esses sujeitos pelos problemas que vivenciam. Entretanto, é preciso entender a PSR como “expressão alarmante das desigualdades sociais geradas no seio da sociedade capitalista, mais especificamente nos conflitos referentes à esfera da socialização da produção e apropriação privada dos lucros e condições de trabalho” (SOUZA & MACEDO, 2019, p. 2). Segundo Silva (2006, apud SOUZA & MACEDO, 2019, p.3), as expressões da questão social têm como causa estrutural as relações capitalistas, estando vinculada aos processos de acumulação de capital, produção de uma superpopulação relativa ou um exército industrial de reserva.

Assim, este capítulo apresenta um apanhado histórico de como nossa sociedade se constituiu e se transformou para a forma que a vivemos hoje. A escrita dele é propositadamente analítica e descritiva, principalmente quando abordamos acerca da Política de Assistência Social, entendendo que esta ainda é uma política pouco conhecida pela população em geral e mesmo dentro dos cursos de formação profissional, sobretudo de Psicologia. Dessa forma, o objetivo é poder ampliar o conhecimento acerca da política para então podermos pensar ela articulada às histórias compartilhadas e como operacionalizar seu principal objetivo: proteção social e acesso a direitos sociais.

2.1. O nascimento da questão social

Vivemos em uma sociedade capitalista, fundamentada na ideia de acumulação e propriedade privada. Essa acumulação de riquezas se dá através da exploração da força de trabalho e da desumanização de vidas e corpos, que justifica uma exploração ainda mais brutal. Assim, as sociedades desenvolveram seu sistema político, social e econômico através da exploração da força de trabalho e, sobretudo, da escravização de povos negros

africanos e indígenas. Esses corpos eram explorados, não lhes garantindo nenhum direito, e beneficiando os donos dos meios de produção.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, seus conflitos e surgimento da questão social se deu de forma gradual ao longo dos séculos e diverso aos diferentes países. Tratemos primeiramente da Europa, onde o desenvolvimento do capitalismo ocorreu primeiramente. Segundo Montaño (2012, apud SOUZA & MACEDO, 2019, p.3), a questão social começa a surgir no século XIX, através do fenômeno conhecido como pauperismo. É neste contexto que o capitalismo vai se desenvolvendo, dissolvendo as sociedades feudais, e expropriando do homem os meios de produção. Nas sociedades feudais, a produção era voltada para a subsistência. Os trabalhadores produziam nas terras para os senhores feudais e para si próprios. Nesse sentido, não existia uma produção excedente como no capitalismo. É com o desenvolvimento das técnicas de produção que a produção vai crescendo e gerando este excedente, que vai gerar o comércio destes produtos. Com isso, as terras comunais, que eram de uso dos trabalhadores, foram tomadas para a criação de animais, o que fez com que grande parte da população perdesse sua moradia e forma de subsistência, passando a buscar trabalho nas indústrias que iam se desenvolvendo.

O trabalhador passa a ser “livre”, não pertencendo mais a um senhor feudal, e precisa vender a sua força de trabalho, sendo o que lhe restou com a produção familiar e o uso de terras pelos trabalhadores sendo impedido. As indústrias começam a se desenvolver e a venda de mão de obra começa a se fazer necessária, fazendo com que a população camponesa migrasse para os centros urbanos. Entretanto, a expansão do capital não seguia na mesma proporção da expansão de trabalhadores em busca de empregos, que não eram incorporados à produção e se tornavam o que chamamos de exército industrial de reserva. Essa massa de desocupados e indigentes crescia ainda mais na medida em que as indústrias iam se modernizando e empregando menos trabalhadores.

A partir desta lógica, a oferta de trabalho sempre será menor que a procura, tendo que a própria acumulação do capital produz a miséria. Ou, como fala Ianni (1992, p. 111), “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades sociais que constituem a questão social”. Este exército excedente, não absorvido pelo capital, passa a vagar pelas cidades e se aglomerar pelas periferias, fazendo surgir a figura do “mendigo” (MARX, 2011 apud SOUSA & MACEDO, 2019). Mesmo o pauperismo estando diretamente ligado às contradições da relação capital-trabalho, na segunda metade do século XIX, o pensamento conservador, difundido e fortalecido pelo ideal burguês que

queria manter a ordem vigente, compreendia a questão social como um problema de ordem cultural, moral e comportamental dos sujeitos (Montaño, 2012, apud SOUSA & MACEDO, 2019, p. 5). Dessa forma, a resposta para os problemas eram ações filantrópicas pontuais e não ações estruturais de responsabilidade do próprio Estado gerador delas.

Entre esta população alijada das redes de mercado de trabalho havia grande diversidade. Eles eram divididos entre os aptos e os inaptos ao trabalho. Os inaptos ao trabalho eram vistos com certa solidariedade e recebiam caridade, sendo permitido a mendicância. Os que eram aptos ao trabalho, mas não conseguiam empregos, eram vistos como vagabundos e a eles cabia a disciplina (TIENGO, 2018, p.144). Esses vagabundos eram punidos com as chamadas leis sanguinárias, como foi descrito por Marx (1984, p. 275 apud TIENGO, 2012, p. 145):

> Açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos três anos e serem postos a trabalhar(...). Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá ser novamente açoitado e ter metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade, deverá ser executado".

É importante ressaltar que, nos países latinos, e aqui abordaremos especificamente do Brasil, este processo teve algumas peculiaridades, visto que a colonização destes países por parte da Europa serviu para acelerar a acumulação primitiva de capital dos colonizadores e para precarizar ainda mais os países colonizados. No Brasil, a colonização fez com que se construísse um país agro-exportador, pautado no latifúndio e na escravização, de conservação de estruturas arcaicas e de conformação de um Estado comprometido com os interesses das elites (CARVALHO, 2003; KOWARICK, 1985, apud SOUSA & MACEDO, 2019, p. 5).

2.2. A questão social no Brasil

Se, na Europa, a acumulação se dava pela expropriação da terra e instrumentos de trabalho dos camponeses e artesãos, nas colônias, como o Brasil, foi o escravo que impulsionou o processo produtivo. Inicialmente, os indígenas encontrados nas terras das colônias foram escravizados, mas sendo este "estoque" de força de trabalho limitado, passou-se a sequestrar e traficar da África os negros para trabalhar nas terras roubadas dos indígenas nas Américas (LARA & BARCELOS, 2020, p. 20).

Segundo Clóvis Moura (2014), a expansão colonial dos povos europeus não foi somente um ato de expansionismo geográfico para conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais e marítimas. Mas foi também um complicador étnico, por introduzir compulsoriamente nas áreas colonizadas o povo africano para consolidar o escravismo colonial, e foi um mutilador e estrangulador cultural porque impôs pela violência os padrões culturais e valores sociais dos colonizadores, através da morte, da tortura e da evangelização dos povos escravizados. E, dessa forma, no plano social, mantinha as populações nativas e traficadas nos estratos inferiores de trabalho.

Através de argumentos religiosos ou pseudocientíficos, daquilo que hoje chamamos de racismo “científico” e eugenia, que afirmavam que a pele negra era cultural e biologicamente inferior, formou-se uma hierarquia social que justificava a escravização e, posteriormente colocava o negro como incapaz de enfrentar os desafios de novas modalidades de trabalho. Estas ideologias, colocavam os escravizados, nativos e negros traficados, ocupando a base da pirâmide social, a mestiçagem no meio e os brancos colonizadores no topo (BUONICORE, 2014, p. 29).

Assim, conforme aponta Moura (2014, p. 183) podemos dizer que as populações, divididas pela sua origem e cor da pele, eram alocadas em espaços sociais delimitadas rigidamente pelas forças dominadoras e cada um desses espaços tinham um papel, um status e uma função no processo de trabalho e de valorização social e étnica, não sendo uma divisão igualitária e horizontal, mas com barreiras bem delimitadas e amparadas por um aparato administrativo, militar e religioso que impedia a mobilidade social.

Assim, o racismo foi a ideologia base para justificar a captura de negros no território africano e sua escravização nas colônias. O tráfico negreiro se tornou uma das principais atividades econômicas dos países europeus. Para se ter uma ideia, segundo Willians (2012, p. 68, apud LARA & BARCELOS,2020), o desenvolvimento de Liverpool se deu basicamente pelo tráfico de escravos, pois a cidade se tornou o maior porto negreiro do Velho Mundo. Em 1709, o primeiro navio negreiro partiu para a África e, em 1771, já eram cerca de 105 navios negreiros. Embora não se saiba o número exato de negros capturados no território africano, segundo Corato (2020, p. 45) pode-se dizer que este quantitativo girou em torno de dez milhões de pessoas que se tornaram escravizadas no Brasil.

Também foi o tráfico de escravizados que moveu parte de uma economia interna no Brasil. Aqui, como nomeia Clóvis Moura (2014), não tivemos a predominância de relações feudais, sendo o nosso **modo de produção escravista,** que o autor divide em:

1. escravismo pleno, que se deu do início da colonização até a extinção do tráfico negreiro, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós. Nesta fase, as relações de produção escravista dominavam a dinâmica social, econômica e política, e os lucros com a exportação de produtos primários eram usados na importação de mais africanos escravizados.

Moura (2014) aponta que não é possível termos dados precisos acerca do número de negros sequestrados do território africano para o Brasil dada a uma tendência dos historiadores de minimizarem o número por uma filosofia racial do embranquecimento. Mas estima-se que esses números possam chegar a até quinze milhões segundo alguns autores como Rocha Pombo, e cerca de 40% de todos os negros traficados tenham aportado em solo brasileiro.

Moura aponta ainda que, nesta fase do escravismo, os negros resistiam às violências e opressão através de rebeliões, guerrilhas e com a construção de quilombos rurais.

2. escravismo tardio: começa com o fim do tráfico negreiro (1850) até a abolição da escravatura (1888). Nesta fase, o fim do tráfico acabou com a possibilidade de aquisição de extensão mão de obra servil que foi sendo gradualmente substituída pelo trabalho livre dos imigrantes europeus. Aqui, Moura aponta que o povo negro continua resistindo e se revoltando, mas submetida à políticas e ideologias abolicionistas. Logo, o objetivo não era mais a formação de quilombos, mas a constituição do negro como trabalhador livre, integrado às classes sociais de um capitalismo que se formava.

Entretanto, foram se criando outros mecanismos que mantinham a segregação e estratificação do povo negro, como a negação do direito à terra, formalizada pela Lei de Terras, de 1850, e a negação ao trabalho assalariado, ofertado aos imigrantes.

Também é nesse momento que é preciso reverter a imagem do trabalho como algo degradante, vinculado ao povo escravizado, a algo dignificante. Jargões como “o trabalho dignifica o homem” ou “Deus ajuda quem cedo madruga” são exemplos da tentativa de tornar o trabalho mais bem visto e, assim, fazer com que o mercado de trabalho comece a receber mais imigrantes europeus e asiáticos. É dessa forma que vai se costurando um embranquecimento tanto do mercado de trabalho quanto da população em si.

As insurreições negras crescem e também o movimento abolicionista vai ganhando maior força, começando a correr a ideia de que o trabalho livre seria mais econômico e inteligente, mais apropriado para a construção das indústrias e civilização do país. Começam a ser difundidas ideologias, instituições e valores morais dos países capitalistas europeus e começa a se constituir um Estado Nacional.

O processo de independência do Brasil ocorre em meio a estruturas e relações herdadas do período colonial, mantendo a escravização e o enriquecimento pela exploração do trabalho e do corpo dos negros, pelo menos entre 1822 e 1888. Florestan Fernandes (2017, p. 37-38 apud LARA & BARCELOS, 2020) destaca que:

> "a escravidão atingiu seu ponto alto, como fator de acumulação interna de capital, não antes, mas depois que se constituiu um Estado Nacional. Isso pode parecer um paradoxo. Mas não é. As estruturas sociais de organização da economia, da sociedade e do poder só conheceram sua plenitude quando os senhores de escravo organizaram sua própria forma de hegemonia. O trabalho escravo passou a gerar um excedente econômico que não ia mais para fora na mesma proporção que anteriormente e sobre ele se alicerçou a primeira expansão do capital comercial dentro do país".

O movimento abolicionista e a ideia de ampliação do trabalho livre vão ganhando força. A liberdade aos negros foi ocorrendo de forma gradual, a partir de diversas leis como a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico de homens negros, a Lei do Ventre Livre (1871), que dava "liberdade" aos filhos das mulheres escravizadas que nascessem a partir daquela data, e a Lei dos Sexagenários (1885) que dava liberdade a todo aquele escravizado com mais de 60 anos.

Embora essas leis apontem para a liberdade, podemos dizer que eram "leis para inglês ver". Isto é, na prática, elas foram utilizadas de forma a beneficiar as elites e grandes produtores e não foram acompanhadas de outras legislações que garantissem direitos a esses ex-escravizados. Pelo contrário, a tentativa era de manutenção de uma estrutura de poder racista. Podemos citar como exemplo, a Lei de Terras (1850) que regulava sobre a venda, posse e utilização de terras no Segundo Reinado, mantendo a concentração agrária nas mãos dos grandes proprietários (COSTA & AZEVEDO, 2016, p. 146-147).

Com a Lei Áurea e, assim, a abolição da escravização formal em 1888, houve também o aumento do processo migratório de trabalhadores europeus para o Brasil, incentivado e subsidiado pelo próprio Estado, principalmente, para operacionalização da teoria do embranquecimento da população e pela ideia de inaptidão e rebeldia dos antigos escravizados. Assim, embora formalmente findada a escravização de negros em 1888, este processo não caminhou junto a criação de políticas de inclusão e garantia de direitos dos ex-escravizados. Nem tampouco houve uma política de enfrentamento ao racismo, após anos de uma ideologia de inferioridade e periculosidade atrelada aos negros, pelo contrário. Houve um refinamento e uma sofisticação da ideologia racista e de sua operacionalização, de forma que se apresentasse em faces mais sutis, mas igualmente violentas. Isto leva ao

que algumas vertentes do Movimento Negro nomeiem como um processo de “abolição inacabada”. Neste contexto, segundo Borges (2018), “depois de comemorar a conquista da liberdade por meio da luta, coube ao negro o desemprego, a fome, a morte, os presídios e as ruas”. O que guarda ainda muitas semelhanças com a realidade atual.

Segundo Moura (2014), a miscigenação, um mecanismo de cunho biológico, sempre esteve subordinado a valores etnossociais de ordenamento social, que cria desigualdades a partir da cor e origem de cada um. Clóvis Moura apresenta uma outra perspectiva sobre a miscigenação que, muitas vezes, é colocada como um processo de democratização racial. Mas, pelo contrário, ela hierarquizou os estratos não brancos, sendo mais valorizados aqueles que se aproximam mais do ideal étnico imposto pelos colonizadores: o branco, continuando a ser o antimodelo étnico e estético o negro.

Moura (2014, p. 207) descreve uma escala classificatória de hierarquização étnica descrita por Debret, que vai determinar as estruturas sociais que cada indivíduo pode ocupar, havendo pouquíssimas possibilidades de mobilidade entre essas hierarquias. A saber, as escalas nomeiam a diversidade cromática em:

a) Português da Europa, português legítimo ou filho do reino;
b) Português nascido no Brasil, brasileiro;
c) Mulato (mestiço de branco com negra);
d) Mameluco (mestiço de branco e índio[2]);
e) Índio, habitante primitivo;
f) Índio civilizado, manso, caboclo;
g) Índio selvagem, no estado primitivo;
h) Negro da África, negro da nação, negrinho;
i) Negro nascido no Brasil, crioulo;
j) Bode ou Cabra, mestiço de negro com mulato;
k) Curiboca, mestiço do negro com índio.

Entendemos assim, conforme Moura (2014) segue nos dizendo que o sistema escravista estabeleceu um aparelho ideológico de dominação racista que garantia simbólica e estruturalmente a segregação, a discriminação e a violência e, embora nunca tenha existido um código elaborado formalmente, como o sistema de apartheid na África do

[2] A classificação traz o termo índio, por isso optamos por mantê-lo aqui. Mas ressalta-se que hoje não utilizamos mais essa classificação. Eram chamados de índios, descaracterizando os diferentes povos, culturas e identidades, pois quando os invasores (ou também chamados colonizadores), chegaram aqui, acreditaram estar chegando nas Índias. Hoje, o termo correto é indígena, com origem no latim, e que significa “aquele que é originário do lugar”.

Sul ou uma Jim Crow como nos EUA, este sistema ideológico e classificatório perdura mesmo após o processo de abolição, mesmo que com modificações.

Durante o sistema escravista, aos escravos não era destinado nenhum direito, sendo muitas vezes considerados humanos apenas em seu corpo, deixando de ser bárbaros apenas pelo batismo católico e pela escravização. Não havia nenhuma possibilidade de mobilidade social, a não ser através das fugas, revoltas e construção dos quilombos, pois mesmo os escravos libertos se depararam com uma série de limitações ao exercício da cidadania. Clóvis aponta que “tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre” (2014, p. 209).

Com o processo de Abolição, foi necessária uma sofisticação das barreiras sociais, afinal agora todos eram iguais perante a lei (ou como deveria ser). E, então, a falta de oportunidade no mercado de trabalho, a possibilidade restrita de circulação social, o rebaixamento cultural, a negação da cidadania e a criminalização do corpo negro, ou seja, a discriminação, achatamento social, violência e genocídio social do povo negro é colocado como decorrente das suas próprias insuficiências individuais ou coletivas. O mito de democracia racial e igualdade perante a lei, podemos dizer, é um refinamento de uma ideologia de racista visando a esconder as desigualdades sociais, econômicas e étnicas,

Segundo Moura (2014, p.219), como é possível falar em igualdade e democracia se historicamente o povo negro foi capturado de seu continente, perdendo a sua territorialidade, sendo obrigado a falar outra língua, tendo sua família fragmentada ou dissolvida e, assim, sua linhagem esquecida e tendo seus rituais religiosos e culturais desarticulados e estigmatizados, ou seja, fazendo-o perder em parte ou completamente sua ancestralidade?

Vimos, então, a continuidade e fortalecimento da exclusão, da injustiça social e da miserabilidade de um grupo social específico. As relações de trabalho escravocratas foram abandonadas a passos muito lentos, e a população negra ia se apropriando de subempregos, sob baixíssimas remunerações, na parte urbana da cidade. As ocupações que restaram aos ex-escravizados eram de lavar casas, carregar lenha e cargas, puxar carrocinhas, engraxar sapatos, limpar quintais e automóveis. Às mulheres negras, mais especificamente, ficavam os empregos domésticos com jornadas quase integrais (LARA & BARCELOS, 2020, p. 218). Os imigrantes que não tinham condições de comprar terras, trabalhavam nas fábricas de São Paulo também com jornadas de trabalho extensivas, visto que a burguesia brasileira se formou carregando a herança escravocrata.

Como forma de moradia, essa população migrava para bairros mais distantes dos centros urbanos, as periferias, e construía suas casas em áreas desvalorizadas, como morros, ou mesmo vagavam pelas ruas (BORGES, 2018; COSTA & AZEVEDO, 2016, p. 148-149). Segundo Magalhães (2010), a origem das favelas do Rio de Janeiro data do início do século XIX, quando a população carioca é expulsa de suas casas para dar moradia à família real portuguesa. Já na segunda metade do século XIX, com as fugas de escravos e início do processo abolicionista, os negros iam ocupando os morros e periferias. Como exemplo, podemos citar o Quilombo da Penha, onde atualmente é a Vila Cruzeiro, e o Quilombo da Serra dos Pretos Forros, que divide Jacarepaguá do Méier. Em 1948, podia-se dizer em cerca de 139 mil pessoas vivendo nas favelas cariocas. Já nos anos 2000 estima-se que esse número já ultrapassava 1,09 milhões de pessoas (MAGALHÃES, 2010).

Além disso, também vemos se formar uma massa de pessoas que sequer conseguiam moradias em áreas periféricas e vagavam pelas ruas em busca de trabalho e alimento. Este grupo foi denominado inicialmente - e de forma estigmatizante até hoje - de mendigos. No Dicionário da Escravidão Negra no Brasil (2004) de Clovis Moura, o autor cita cartas escritas por Luis dos Santos Vilhena, no período de 1788 e 1789, em que estão descritas “três qualidades” de mendigos que perambulavam por Salvador: os brancos, os pretos e os mulatos. Sobre os pretos e mulatos, diz que são cegos, aleijados, velhos e estropiados, e encontram-se nesta situação devido a mal caridade ou desumanidade dos senhores de escravos, pois os deixaram a sua própria sorte, “sem ofício, sem legado e sem arrimo” (2004, p.271). Dessa forma, as cartas falam sobre os escravos libertos se entregarem aos vícios, a prostituição ou acabarem nas prisões e pedindo dinheiro ou alimentos aos fiéis. Vilhena refere ainda que é uma grande obra de misericórdia o libertar dos escravizados, porém seria mais razoável e justo que tivessem um tutor, como ele chama, que pudesse dirigir estas pessoas para o bem.

Assim, podemos dizer que o racismo é marca fundamental na constituição histórica do Brasil e nem mesmo as leis abolicionistas ou o avanço do capitalismo neoliberal foram suficientes para romper com a ideologia escravista. A questão social, oriunda da relação conflituosa entre capital e trabalho, no Brasil, é alimentada pelo racismo e pela herança colonial e escravista. Logo, os efeitos da questão social, como a pobreza, a fome, a desigualdade social e a falta de moradia, vão ser vivenciadas pela classe trabalhadora, mas “a discriminação racista impõe ao segmento negro o fardo mais pesado” (GORENDER, 2016, p. 223, apud LARA & BARCELOS, 2020, p. 219).

Quanto ao mito de “democracia racial” existente hoje, podemos dizer que:

> “num país em que a coisa pública se confunde com os interesses privados de quem detém o poder econômico, social e político; num país no qual o conceito de cidadania que se aplica não é efetivo para todos; num país em que o sentimento de pertencimento a uma nação não consegue se equiparar à promoção de condições e oportunidades iguais para todos; num país em que os índices de criminalidade, violência e mortalidade apontam para uma avassaladora disparidade social e racial, não há como acreditar que o Brasil conseguiu suplantar o seu legado colonial e escravista eliminando o racismo que se apresenta de forma estrutural em nossa nação” (LARA & BARCELOS, 2020, p. 215).

2.3. O surgimento da noção de direitos: do Estado de Bem Estar Social à Política de Assistência Social.

Para pensar a questão do acesso e garantia de direitos no Brasil, é importante não perder de vista a forma como se constituiu nossa sociedade. A forma como se entende a questão dos direitos e as instituições que as determinam e protegem são importadas de países europeus, onde também havia um cenário de superexploração e violação de de direitos básicos, ou seja, onde não haviam sistemas democráticos que pensassem a questão dos direitos de forma ampliada. Lara e Barcelos (2020, p. 211) falam que, com isso, no Brasil havia a “impossibilidade de se constituir um Estado em que conseguisse incluir o negro como sujeito portador de direitos, fazendo dele cidadão inserido nos trâmites legais e institucionais pertencentes a sociedade civil”.

Alguns estudiosos acerca dos direitos sociais costumam classificá-los como direitos da terceira geração. Os direitos de primeira geração seriam os direitos individuais, de vida e liberdade individual, como o direito de expressão e de manifestação do pensamento. Os direitos de segunda geração são os direitos políticos, relacionados às liberdades políticas e ao direito de participar do governo. E, por fim, os direitos de terceira geração seriam os sociais, que surgem a partir da necessidade de liberdade e igualdade, principalmente em relação à satisfação das necessidades básicas do ser humano (PEREIRA, 2009, p. 87). Essa classificação não é única. Por exemplo, alguns estudiosos colocam os direitos sociais como direitos de segunda geração, sendo direitos-meio de alcançar os direitos individuais (BUCCI, 2001).

Entretanto, a diversidade de classificações possíveis para se pensar a questão do surgimento dos direitos nos apontam para um ponto central: os direitos não são naturais, mas sim históricos, surgindo a partir de determinadas circunstâncias e em um dado período da história. Sem dúvidas, podemos dizer que o nascimento dos direitos sociais surge dos

embates entre as classes dominantes - burguesia - com o proletariado, super explorado. Na Europa, se fala do século XIX, com as reivindicações do proletariado quanto a direitos relacionados ao trabalho e, junto a isso, passa a se reivindicar também saúde, habitação, educação, assistência social, obrigando o Estado a lidar com os reflexos da questão social fruto da sua própria forma de funcionamento.

Mais adiante, com o avanço do capitalismo e aumento das taxas de lucro e produtividade, foi possível a construção de um Estado que pensasse na adoção de medidas de proteção aos trabalhadores. Assim, é no século XX que, resultado de árduas lutas travadas pela classe trabalhadora nos chãos de fábrica e lavouras, pelos povos negros e indígenas, e pelas mulheres, que a classe trabalhadora começa a ter acesso a direitos sociais básicos, até então eram restritos aos homens brancos livres e donos de propriedades.

É nesse momento que o Estado passa a ser responsável por lidar com a questão social. Ou seja, o próprio sistema capitalista, em sua constituição, é gerador de inúmeras desigualdades e injustiças. As expressões dessas desigualdades, como a fome, a miséria, a situação de rua, entre outros, até então eram vistos como casos de polícia e passaram a ser pontos de intervenção e regulação do Estado. Isso se deu devido ao agravamento da questão social mediante às crises econômicas que vinham acontecendo, principalmente à crise de 1929, e também ao acirramento das lutas sociais, que cobravam direitos sociais básicos.

Importante destacar que, como aponta Silva (2023, p. 64), nos marcos da produção capitalista é impossível existir trabalho para todos, sendo este excedente fruto inerente deste modo de produção. Para lidar com as questões sociais fruto deste sistema, o Estado intervém através de ações governamentais que se organizam através de um sistema de proteção social, para assim haver certo “equilíbrio” entre a reprodução da população excedente e a acumulação de capital.

É nesse cenário, na Europa pós-guerra, com a consolidação do modelo de produção fordista-keynesiano, que se pautava no pleno emprego e na igualdade social, que surge o conceito de Estado Social ou Estado de Bem Estar Social (Welfare State) que seria “implementador de políticas sociais baseadas nos princípios sociais universais, igualitários e solidários” (COUTO, 2006, p. 52). A partir destes princípios, estava colocado que todo sujeito deveria ter direito à educação, assistência médica gratuita, auxílio no desemprego, garantia de uma renda mínima e outros recursos que promovem a melhoria no padrão de vida e, consequentemente, aumento do consumo.

Entretanto, este modelo de produção também foi se esgotando, tendo início uma nova crise, por volta da década de 1970, e que gerou medidas de reestruturação produtiva, reorientação do Estado e financeirização do capital (SOUZA & MACEDO, 2019, p. 7). Surge uma agenda neoliberal, baseada agora no modelo de acumulação flexível, o toyotismo, que se caracteriza pelo desenvolvimento tecnológico e diminuição do trabalho vivo. Segundo Souza e Macedo (2019, p.7), isso gera a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do mercado formal de trabalho, aumento do desemprego estrutural, superexploração dos trabalhadores, baixa de salários e maior precarização dos empregos.

No campo dos direitos, o Estado se reorienta a realizar ajustes, desmontando o Estado de Bem Estar Social. Sob guia da teoria neoliberal, entende-se que a intervenção do Estado frente às desigualdades sociais poderia impactar na produção de lucros e reforçar o que Couto (2006, p. 69) chama de tese do abandono do mundo produtivo, em que as pessoas prefeririam um benefício estatal ao trabalho, o que ainda traz grandes semelhanças com o discurso das elites na atualidade. Esse desmonte acontece de forma ainda mais brutal nos países periféricos, como o Brasil, cuja economia é dependente dos países mais desenvolvidos e que nem mesmo haviam efetivado um sistema de proteção social.

Há uma transferência da responsabilidade da atuação em relação à garantia de direitos para outros setores e os recursos antes utilizados para a execução destes são transferidos para os interesses do capital. A garantia de direitos volta a ser pensada atrelada aos direitos civis e políticos e a questão social fica a cargo da caridade da sociedade ou ações focalizadas do Estado.

Castel (1998, apud SOUZA & MACEDO, 2019) aponta que há 3 processos que atravessam a questão social neste momento: 1. a desestabilização dos estáveis, ou seja, os que estavam assimilados a produção, eram assalariados e protegidos e agora se viam vulneráveis; 2. a instalação da precariedade, quadro onde os trabalhadores oscilam entre trabalhos provisórios e precarizados e desemprego; e 3. o déficit de lugares, onde há perda de lugares dentro da estrutura social. Quanto a este último processo, se vê o ressurgimento dos chamados “mendigos” das sociedades pré-industriais, que passam a ser chamados de “supranumerários”, “exército de reserva” ou “inúteis ao mundo”. Essa é a população sem abrigo que, desde a crise de 1970, passa a ser vista como uma questão complexa e expressão da extrema pobreza. Diferente do exército de reserva dos séculos anteriores que eram explorados e úteis ao sistema, estes sequer são explorados pois foram simplesmente

descartados do sistema, são dispensáveis ao seu funcionamento (SOUZA & MACEDO, 2019, p. 8).

No Brasil, até que se tornasse independente de Portugal, nem mesmo existia um Estado, muito menos políticas públicas. As funções públicas eram exercidas pelos chamados capitães-mores, representantes dos grandes proprietários, e pela Igreja Católica. Assim, as poucas ações voltadas à proteção de determinados segmentos da população eram de responsabilidade da Igreja, trazendo a marca do patrimonialismo e do assistencialismo que se imprimiu às posteriores políticas públicas.

Nesse cenário, de um país pouco desenvolvido, que não acompanhou os avanços das Revoluções Industriais na Europa, com a economia baseada no latifúndio e na mão de obra escravizada, de grandes concentrações de terra e de renda, via-se cada vez mais agravadas as sequelas da questão social, com uma grande população marginalizada, sem trabalho, sem renda e, como assistência, tinham apenas iniciativas pontuais, reguladas pela filantropia e com caráter higienista, tutelar e disciplinador. As intervenções se voltavam à limpeza do espaço urbano e ao controle da pobreza e das “classes desviantes”, que aos poucos se adequaram à categoria de “assistidos sociais” (ARANTES, 2010, p.17).

Silva (2023) aponta que, para compreender a política social no Brasil, é preciso partir do conhecimento de sua formação histórica, incluindo aí todas as particularidades de um país colonizado. A autora traz contribuições de autores como Antonio Carlos Mazeo, Caio Prado Jr. e Mauro Iasi para apresentar a tese, que aqui seguimos, de que a colonização é parte do processo de desenvolvimento do capitalismo e não algo anterior a ele.

Como já abordamos sobre o processo de colonização e exploração de terras no Brasil, podemos apontar que durante todo o período escravista e posterior a ele, os donos de terra monopolizavam toda a riqueza e poder político na colônia/país. Era este pequeno grupo que controlava a vida dos homens livres e fez com que se construísse uma burguesia débil e dependente. Esta burguesia foi se desenvolvendo principalmente através do comércio internacional pecuário, de açúcar, algodão, arroz e, posteriormente, de café, modernizando pouco suas formas de acumulação de capital e se ocupando de conciliar os interesses externos ao passo que reprimia violentamente a população trabalhadora e escravizada. Dessa forma, essa massa trabalhadora sempre foi mantida de fora do cenário político.

É possível entendermos este processo a partir de citação que Silva traz:

> Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão

> social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira metade da década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislações voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING & BOSHETTI, 2011, p. 79 apud SILVA, 2023, p. 48).

Além desses fatores já apresentados, para entendermos os entraves na construção de políticas sociais efetivas na garantia de direitos e possibilidade de mudanças nas condições objetivas de vida dos trabalhadores, destacamos mais um ponto trazido por Silva (2023). A autora aborda sobre como a luta por direitos é substituída pela aceitação de garantias sociais mediadas pelo mercado. Ou seja, mesmo a partir do momento que se entende o Estado como responsável pela proteção social daqueles afetados pelas consequências da questão social, este Estado vai se manter subordinado à ordem do capital, respondendo às suas necessidades e, com o que sobra, atender pontualmente às necessidades da população. E daí que vemos a construção de políticas compensatórias, fragmentadas, pontuais e com novas roupagens filantrópicas no decorrer da construção do Estado Brasileiro. Vamos analisar a partir desta lógica.

É somente pelo caminhar de 1930, na Era Vargas, que o Brasil começa a ter alguma referência de Política Pública. Com Vargas, o Brasil adota um modelo interventor na economia e nas políticas públicas sociais, desenvolvendo-se o processo de industrialização e substituição das importações pela produção local (TEJADAS, 2022, p. 10).

Como resultado de muitas lutas e mobilizações da classe trabalhadora, o Governo Vargas se destacou na concessão dos direitos, principalmente os trabalhistas. Em 1943, é criada a Consolidação das Leis Trabalhistas e, entre 1930 e 1980, é possível identificar políticas de amparo ao trabalhador assalariado e formal. O trabalho ganha centralidade, reforçados pelos ideais de “o trabalho dignifica o homem” ou “Deus ajuda quem cedo madruga”, imaginário que se arrasta até os dias atuais no qual o status de “trabalhador” é o que garante dignidade e moralidade aos sujeitos. Silva (2023, p. 64) fala do peso simbólico do trabalho como atribuição do merecimento à vida, quando uma pessoa negra, pobre e/ou periférica é morta de maneira violenta e precisa-se justificar a injustiça com o valor de ser um “trabalhador”.

Entretanto, como aponta Tejadas (2022, p. 10), aos desempregados, trabalhadores informais ou pessoas incapacitadas ao trabalho, eram destinadas ações pontuais e marcadas pela meritocracia. Fato que também se arrasta até os dias atuais.

Destaca-se, em 1942, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), por Darcy Vargas - primeira-dama e esposa de Getúlio Vargas - a principal instituição que gerenciou as ações assistenciais até a sua extinção, em 1995. Sua fundação foi voltada para a assistência às famílias dos combatentes que iam para a Segunda Guerra, garantindo a elas alimentação, acesso a tratamentos de saúde e moradia. Porém, desde o princípio a LBA atuou também na assistência a famílias pobres e desempregadas, com financiamento do setor público e do setor privado, principalmente no campo da desnutrição infantil, da maternidade, da educação infantil e da assistência à pobreza (FONSECA & ALMEIDA, 2016).

No período entre 1964 e 1980, ou seja, durante a Ditadura Militar, a LBA atuou junto à Fundação do Bem Estar do Menor em ações voltadas principalmente ao que se chamava de jovens infratores e crianças carentes.

Até esse momento, o que se via era que, apesar de mais ações voltadas à garantia de direitos, principalmente do trabalhador, e financiadas pelo Estado, essas ações não eram integradas e articuladas, mas sim focalizadas e marcadas pelo clientelismo, pelo primeiro-damismo e com cunho eleitoreiro, sendo usadas como forma de compra de votos.

O período da Ditadura Militar foi de grande flexibilização e degradação das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, respondendo às necessidades do capital (LARA & SILVA, 2015, p. 276). Entretanto, também é nesse período, em 1966, que é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que equiparam os benefícios de aposentadoria, pensão, assistência médica e seguros para acidentes de trabalho - exceto para o funcionalismo público civil e militar.

Também é nesse período que foram criados programas de alimentação e nutrição, como o Programa de Nutrição em Saúde, o Programa Merenda Escolar e o Programa de Complementação Alimentar, além da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e do Banco Nacional de Habitação, que objetivam fomentar o mercado de acesso a casa própria.

Apesar disso, não podemos confundir a criação e ampliação das políticas públicas com seu efetivo funcionamento, visto que o crescimento da pobreza, da desigualdade socioeconômica e da barreira de acesso aos serviços mostraram a insuficiência e ineficiência dos programas sociais criados.

Assim, fruto de muitas lutas, em 1988 temos a consolidação da Constituição Federal, chamada de Constituição Cidadã, por ampliar os direitos sociais. Destacamos aqui alguns artigos que nos cabem no sentido do entrelaçamento entre o que determina a Constituição e a sua materialização posterior nas políticas públicas de Assistência Social:

> Título I - Dos Princípios Fundamentais
> Artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:
> I– a soberania;
> II– **a cidadania**;
> III– **a dignidade da pessoa humana**;
> IV– os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
> V– o pluralismo político.
> (...)
> Artigo 3º - Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:
> I– **construir uma sociedade livre, justa e solidária;**
> II– garantir o desenvolvimento nacional;
> III– **erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**
> IV– promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
> (...)
> Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais
> Capítulo II - Dos Direitos Sociais
> Artigo 6º - **São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados**, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015)
> (...)
> Título VIII - Da Ordem Social
> Capítulo II - Da Seguridade Social
> Artigo 194 - A **seguridade social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os **direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social**. (EC no 20/98)
> (...)
> Artigo 203 - **A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social,** e tem por objetivos:
> I–**a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice**;
> II–o amparo às crianças e adolescentes carentes;
> III–a promoção da integração ao mercado de trabalho;
> IV–a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
> V–**a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família**, conforme dispuser a lei.
> Artigo 204 - **As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social**, previstos no art.

> 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (EC no 42/2003)
> I–descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
> II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
> (BRASIL, 2016)

Destaca-se que a criação da Constituição, bem como das legislações posteriores que operacionalizam os direitos e deveres elencados nesta, foram fruto de conflitos de classe e surgem não como um furo no sistema de produção vigente. Logo, têm a função de manutenção da ordem, através da (suposta) garantia de direitos básicos de responsabilidade do Estado, mas que não se efetivam somente a partir da existência da Constituição ou das Leis, dependendo muitas vezes de disputas ideológicas, incidências partidárias e programas de governo. Como veremos, a Política de Assistência Social foi se constituindo na costura de suas leis e luta ao longo dos anos, tendo o Sistema Único de Assistência Social apenas 21 anos de criação.

2.4. Assistência Social: legislações, diretrizes e políticas

Assim, posterior à Constituição Federal, temos como principal avanço normativo a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. A Lei consolida em política pública aquilo que está previsto na Constituição, determinando que a assistência social se destina a quem dela precisar, é direito do cidadão e dever do Estado e é um direito de cidadania, não tendo mais caráter de benesse ou filantropia. A Lei institui ainda composição paritária entre Governo e sociedade civil através dos Conselhos deliberativos, que acompanham e fiscalizam a implementação da política. Importante ainda destacar em relação ao financiamento: é prevista a criação de Fundos da Assistência Social, nas distintas esferas de governo, para os quais devem ser repassados os recursos.

Apesar da criação da LOAS ser um grande avanço em termos de consolidação dos princípios e diretrizes constitucionais, vemos que a década de 1990 foi de grande inércia na implementação da assistência social como política pública. É nesse período também que, com os governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, há um avanço das políticas neoliberais, com a aplicação de ajustes fiscais, maior concentração de renda e pouca materialização de direitos sociais (TEJADAS, 2022, p. 12).

Segundo Tejadas (2022, p.13), a partir de 2003, no início do Governo Lula, há uma reordenação política para um modelo desenvolvimentista, com a implementação de mais

recursos para as políticas sociais, como o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família (2003). É a partir destes programas e com o Ministério da Assistência Social, que posteriormente passa a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que a Política de Assistência Social começa a se estruturar.

Em 2004, temos a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através da Resolução 145/2004, e das Norma Operacional Básica (2005) e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2006). Essas normativas são essenciais na definição do que é campo de trabalho da assistência social.

O termo **proteção social** ganha centralidade, sendo entendida como as formas institucionalizadas da sociedade proteger seus membros de certas vicissitudes da vida ou da própria sociedade, como a velhice, doenças, infortúnios ou privações (DI GIOVANNI, 1998, apud BRASIL, 2004), e define que a proteção social deve garantir:

1. **segurança de sobrevivência** (de rendimento e de autonomia): como a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego.
2. **de acolhida:** garantia de que todo indivíduo ou família que necessite de proteção social tenha acesso a espaços, serviços e profissionais capazes de oferecer acolhimento, escuta, orientação, proteção e atendimento às suas necessidades, sem discriminação ou julgamentos.
3. **de convívio ou vivência familiar:** em que há a não aceitação de situações de reclusão ou perda de relações, pois se entende que as relações sociais são essenciais para a construção da identidade, o desenvolvimento de potencialidades, subjetividades coletivas, construções sociais e políticas e processos civilizatórios.

A PNAS segue os princípios e diretrizes já expressos na LOAS, em que se destaca aqui como princípios:

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

VI. E como diretrizes:

VII. Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

VIII. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

IX. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

X. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

A política também apresenta importante texto ao definir os objetivos da PNAS, destacando que há a necessidade desta política estar articulada à demais políticas intersetoriais, entendendo a complexidade das demandas, as desigualdades socioterritoriais, para que, então, se possa garantir os mínimos sociais, universalizar o acesso a direitos e prover a proteção social aos sujeitos, assegurando a centralidade das ações na família.

Assim, a política define também quem são os usuários que podem se beneficiar dela, determinando que

> Constitui o **público usuário da Política de Assistência Social**, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004).

Apesar deste ser um perfil genérico, que abrange diversos segmentos populacionais, por já termos destacado que a Política de Assistência Social incide sobre aqueles em que as desigualdades atingem de forma mais violenta, é um perigo universalizar estes sujeitos, sob o risco de “pactuar com o racismo imbuído em um projeto de governo que

historicamente nega o Brasil como um país violento e preconceituoso" (OLIVEIRA, et al, 2019, p. 145), sendo necessário racializar também as nossas políticas públicas.

Assim, dados do Cadastro Único[3] de dezembro de 2025 informados pelo Painel CECAD[4] apontam que 41.753.937 famílias estão cadastradas, com um total de 95.075.521 indivíduos, sendo 46% em situação de pobreza. A maioria é composta por pessoas do sexo feminino entre 35 a 39 anos, seguido por pessoas do sexo feminino entre 25 a 34 anos. Em Niterói, município em que se desenvolve esta pesquisa, temos um total de 82.086 famílias cadastradas, com um total de 160.514 pessoas cadastradas, sendo 55% das famílias em situação de pobreza, o que contrasta com o fato de Niterói ser o 7º município brasileiro no ranking de maior Índice de Desenvolvimento Humano.

O painel CECAD não apresenta recorte de gênero, raça ou populações específicas. Para isso, buscamos dados de 2013 da Cartilha do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome "*Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único Federal 2013*", mostram que 36% dos cadastros são monoparentais femininas, ou seja, famílias chefiadas por mulheres, enquanto apenas 2% são monoparentais masculinas. Verifica-se que 65% das famílias monoparentais femininas vivem em situação de extrema pobreza e aponta ainda que 33% são famílias unipessoais. Do total de pessoas cadastradas, 27,5% se autodeclara branca, 6,9% preta, 63,9% parda, 0,4% amarela, 0,7% indígena e 0,6% sem informação. Neste ano de 2013, haviam 11.558 famílias em situação de rua.

Observando dados referentes a novembro de 2025 no Observatório do Cadastro Único do Governo Federal (BRASIL, 2026), vemos que se mantém a maioria feminina chefiando as famílias (77,30%). Do total de famílias cadastradas, a maioria é negra (68,8%). Temos agora um número expressivo de 349.901 famílias em situação de rua e 362.692 pessoas em situação de rua[5].

Quanto à Proteção Social, a PNAS a divide em dois segmentos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A **Proteção Social Básica** tem como objetivo **prevenir** situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim, se destina a famílias e

[3] Cadastro Único é uma ferramenta nacional de cadastro para identificação das famílias de baixa renda, instituído através do Decreto 3877/2021, e que garante acesso a diversos programas sociais, como o Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Identidade Jovem, Tarifa Social de Energia Elétrica e Benefício de Prestação Continuada. Podem se cadastrar indivíduos e famílias que recebem até meio salário mínimo por pessoa, e também famílias de populações tradicionais e grupos específicos, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas e população em situação de rua.

[4] Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-dados-e-informacoes-do-cadastro-unico Acesso em 21 de abril de 2026, às 16h40.

[5] Os números se diferenciam pois, em famílias, pode haver mais de uma pessoa inscrita (relações de mãe, pai, filho, avós, cônjuge). Assim como podemos ter famílias unipessoais, ou seja, famílias formadas por uma só pessoa.

indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos, apontando serviços, programas e projetos que contribuam com os objetivos descritos.

Os serviços que compõem a Proteção Social Básica são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), executados de maneira territorializada nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Convivência.

Apesar desses serviços e Programas de acompanhamento objetivarem prevenir as situações de risco, sabemos que a pobreza, a desigualdade social, a concentração de renda, o estigma e o preconceito, podem levar a situações mais graves de exclusão social, como cita o texto da PNAS (BRASIL, 2004). Ou seja, há situações em que as famílias e indivíduos têm seus direitos violados, sendo necessário um maior aporte na proteção desses sujeitos. Assim, para pessoas em situação de violação de direitos, temos a Proteção Social Especial, que vai abranger o acesso a serviços de apoio e sobrevivência, bem como a reconstrução de vínculos familiares, comunitários e sociais.

A Proteção Social Especial (PSE) se subdivide ainda em dois eixos: a PSE de Média Complexidade, que atende indivíduos e famílias com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e sociais ainda não foram rompidos. Compõem os programas e serviços dessa rede de proteção o Programa de Proteção e Atendimento Especializado a Indivíduos e Famílias (PAEFI), desenvolvido nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que podem ser desenvolvidos nos CREAS ou nos Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP), o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), entre outros.

A PSE de Alta Complexidade abrange os serviços e programas para indivíduos e famílias que possuam vínculos rompidos, necessitando de proteção integral, incluindo aí moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido, entre outros. São serviços da Alta Complexidade os Serviços de Acolhimento Institucional e em República (as Unidades de Acolhimento, Casas de Passagem e Albergues), Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Em 2009, através da Resolução 109, temos a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Esta é uma resolução extremamente importante pois descreve todos os programas, serviços e equipamentos da rede socioassistencial, definindo o público

a que se destinam, seus objetivos, como deve ser seu espaço físico e recursos materiais e humanos para o desenvolvimento das atividades e ações.

Em 2011, com a lei 12.435, temos a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na qual todos esses princípios, diretrizes, serviços e programas se reorganizam, visando ampliar a rede socioassistencial, estabelecendo padrões entre os serviços, atuando a partir da matricialidade sociofamiliar e da territorialização e garantindo a qualidade e a continuidade das ações.

Não podemos deixar de destacar que, conforme exemplificado através da criação das legislações e diretrizes, estamos de acordo com o apontamento feito por Silva (2023, p. 66-67) de que a Assistência Social ganhou considerável atenção no período de 2004 a 2008, havendo grande esforço na consolidação do SUAS entre 2009 e 2016, período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente dos governos. Não sem críticas, percebe-se uma financeirização da Política de Assistência, bem como uma supervalorização dos programas de transferência de renda e do salário mínimo como estratégias de acesso a bens e serviços, sem uma incidência estrutural na promoção da pobreza e das desigualdades.

Seguimos ainda a autora no que diz respeito ao grave desmonte que a Política de Assistência sofreu ao longo do governo Temer (2016 a 2018, principalmente com a criação do Programa Criança Feliz, um retrocesso no que tange a noção de matriciamento familiar proposto pela Política e no conservadorismo de tal programa.

Seguimos ainda pior com o governo Bolsonaro (2019 a 2022), com sucessivos cortes no orçamento, mudanças nos programas e serviços. Tivemos a mudança do Programa Bolsa Família para o Programa Auxílio Brasil, que ganhou marcas de política de governo e não de Estado, reforçando um viés clientelista das políticas como “favor” ou “benesse” de um político e não como um direito social. E um ideal que permeia todos os governos, como bem apontou Silva (2023, p. 70), é a dicotomia entre Assistência Social e trabalho, como se a assistência acolhesse somente aqueles que não estão aptos ou que são excluídos do mercado de trabalho, reforçando um imaginário meritocrático de privilégios e não de acesso a direitos, algo que, entre muitos pontos, ainda precisamos superar.

2.5. A Política Nacional Para População em Situação de Rua (PNPSR)

Aqui nos deteremos mais profundamente na PNPSR considerando a população em situação de rua como nosso objeto de pesquisa. Dessa forma, iremos apresentar as

legislações e serviços que se referem a esta população e mais adiante iremos pensar na sua história junto às histórias contadas nos encontros com estas pessoas.

Fruto de muito debate e mobilização popular, e a partir das contribuições dos I e II Encontro Nacional sobre a População de Rua (2005 e 2009), tivemos a construção da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), consolidada pelo Decreto 7053/2009. É este decreto, em seu Artigo 1º, Parágrafo Único, que define a população em situação de rua como:

> o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

E traz como princípios dessa política, em seu Artigo 5º:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

A PNPSR prevê a criação de serviços de referência para atendimento a esta população, bem como a garantia de acesso às políticas públicas de saúde, assistência social, educação, previdência, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Também enfoca na intersetorialidade, ou seja, na articulação entre as políticas de diversos setores, para garantia dos direitos dessa população, entendendo que não é só uma política pública que seria capaz de dar conta ou superar as diversas situações de vulnerabilidade, individual, em saúde, comunitária e social a que esta população está submetida.

Dessa forma, a PNPSR tem como objetivos, além de assegurar o acesso às diversas políticas públicas, proporcionar acesso a benefícios previdenciários e socioassistenciais de transferência de renda, implementar ações de segurança alimentar e nutricional para proporcionar acesso a alimentação adequada a PSR, desenvolver ações de sensibilização e educação permanente de forma ampla na sociedade para a formação de uma cultura de respeito, ética e solidariedade em relação a PSR, a criação de um centro de referência no âmbito do SUAS e da adoção de um padrão de qualidade e segurança para as unidades de acolhimento temporário, entre outros.

A Política prevê também a criação de Comitês Gestores Intersetoriais, formados por representantes das políticas públicas voltadas a PSR, fóruns, movimentos sociais e demais entidades que representem este segmento populacional, com o objetivo de elaborar, acompanhar e monitorar os Planos de Ação para a PSR. Entretanto, na prática, vemos uma grande desestruturação, inexistência ou ineficiência desses Comitês, sendo a PNPSR operacionalizada por cada município a partir da direção de cada governo.

Ainda assim, há que se destacar a profunda importância da PNPSR sendo a primeira legislação que reconhece e visa viabilizar o acesso a direitos da PSR ao determinar princípios e diretrizes de atendimento, bem como determinar responsabilidades para atuação das diferentes políticas públicas, consolidando as pautas da luta histórica em defesa dos direitos desta população de atores como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Pastoral do Menor, Pastorais do Povo da Rua, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), entre outros.

Dados do Observatório do Cadastro Único do Governo Federal (BRASIL, 2026), referentes a novembro de 2025, indicam 362.692 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único. Como principais motivos que levaram essas pessoas às ruas temos problemas com familiares (41,62%), desemprego (36,81%) e uso de álcool e outras drogas (28%). A maioria já trabalhou com carteira assinada (60,27%) e as principais atividades de geração de renda são a reciclagem, serviços de limpeza e construção civil.

Ainda não há um Censo do IBGE que apresente dados fidedignos quanto ao quantitativo geral de pessoas em situação de rua. Entretanto, em abril de 2026 ocorreu o primeiro Seminário Nacional Censo de População em Situação de Rua em que começou a ser construída a proposta de realização deste Censo, que prevê muitas etapas e espera-se que seja implementado e apresentado dados até o fim de 2028. Segundo informações do IBGE[6], a realização deste Censo vai permitir identificar a distribuição territorial, o perfil sociodemográfico e as condições de vida da população em situação de rua. Isto é de extrema importância para a construção de políticas públicas efetivas, atuando de forma intersetorial, integradas e com alocação adequada de recursos para uma resposta eficaz do Estado no enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades.

3. Assistência social de Niterói: um recorte entre a teoria e a prática

[6] Informações do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua, disponível em: https://www.ibge.gov.br/censo-nacional-pop-rua. Acesso em 24 de maio de 2026, às 14h30.

Niterói, conhecida como a Cidade Sorriso, é o quinto município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, com um contingente populacional estimado de 516.787, segundo dados do IBGE de 2025. Também ocupa a 7ª posição entre os municípios com maior IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Brasil e 1º lugar entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo dados de 2013[7].

Entretanto, apesar de tantas riquezas e sorrisos, o município também é marcado por muitas desigualdades. Segundo dados do Cadastro Único, Niterói tem 80.655 famílias cadastradas, sendo 63% em situação de pobreza e a maioria mulheres com idade entre 25 e 34 anos.

A operacionalização da Política de Assistência Social no Município é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), que já teve por nome Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. A nível de Proteção Social Básica, a SMASES conta com 10 CRAS, 1 posto de Vale Social e 2 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, estando um destes fechados desde 2020. A nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, conta com 2 CREAS, 1 Centro POP e 1 equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social. Já de Alta Complexidade, Niterói possui 7 serviços de acolhimento, sendo 6 unidades de acolhimento e 1 Programa de Família Acolhedora. Além dos equipamentos, serviços e programas, é de responsabilidade da SMASES a coordenadoria dos Conselhos de Direitos, o Banco de Alimentos, 2 Restaurantes Populares, 3 Conselhos Tutelares e as Casas e Núcleos de Economia Solidária.

Em relação à população em situação de rua, não há dados exatos acerca do número de pessoas nesta situação no município. Mas ao andar pelas ruas, percebemos que este é um número bastante expressivo, principalmente na região central e na zona sul da cidade.

Para o atendimento desta população, a SMASES conta com um Centro POP que desenvolve o Serviço Especializado para População em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social. Ressalta-se que, em 2025, foi inaugurado o Centro Integrado de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua, que passou a executar o Serviço Especializado para População em Situação de Rua e o Serviço Especializado em

[7] Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação João Pinheiro (FJP) . Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/#home. Acesso em 23 de maio de 2026, às 16h25.

Abordagem Social, além da parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que oferta outra série de serviços através do CIPOP/ TJRJ.

Também possui 4 unidades de acolhimento adulto (de 18 a 59 anos): Unidade de Acolhimento Arthur Bispo do Rosário, Unidade de Acolhimento Florestan Fernandes, Unidade de Acolhimento Lélia González e Hotel Social, além do Hotel Pernoite, que funciona somente no período noturno.

Alguns destes serviços já foram apresentados na introdução desta escrita, mas aqui pretendo relatar acerca de aproximações e distanciamentos entre o que está tipificado e como as coisas se desenham na realidade. Cabe salientar que, ao longo dos anos de trabalho e de escrita desta pesquisa, o município passou por mudanças na gestão da prefeitura e da Secretaria. Desta forma, diferentes gestões tinham diferentes formas de conduzir as ações e políticas desta pasta, assim como diferentes relações com os profissionais.

Um dos primeiros pontos a se destacar é que os trabalhadores da Assistência Social foram, por muitos anos, esquecidos pela gestão municipal de Niterói, em termos salariais, de direitos ou condições de trabalho, realidade essa que é comum na maioria dos municípios do país. A precarização das formas de contratação e a incidência da política partidária fragiliza a consolidação da política pública na medida em que não oferece segurança e condições adequadas aos trabalhadores, bem como não valoriza a qualificação técnica dos profissionais.

Com o afinamento do diálogo entre a gestão da Secretaria de Assistência Social e os trabalhadores, e a organização destes no Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS Niterói, em 2023 foi aprovada pela Câmara de Vereadores um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os servidores estatutários da Secretaria, o que garantiu o pagamento de salários adequados e o direito à progressão conforme capacitação dos trabalhadores. Este PCCS ainda muito aquém do que foi inicialmente reivindicado pelos trabalhadores e comparado a outros Planos de servidores de outras secretarias, e ainda esbarramos em outras legislações específicas do município, como o teto para pagamento do Abono Refeição, que não nos é concedido. Temas que ainda merecem mobilização dos trabalhadores para conquista.

Assim como trouxe no início desta escrita, desde 2019, quando iniciei meu trabalho na SMASES, já pude conhecer alguns serviços e aqui procuro fazer uma aproximação entre o que está previsto e o que acontece no cotidiano. Afinal, entre a construção, a aprovação, a implementação e a execução de uma política pública, temos passos muito largos.

3.1. Centro POP

O Centro POP é o Centro de Referência para População em Situação de Rua, onde é executado o Serviço Especializado para População em Situação de Rua e também o Serviço Especializado em Abordagem Social. O Serviço Especializado para Pop Rua tem como objetivo, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, "assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida" (BRASIL, 2013, p. 40). É onde se realiza um trabalho de escuta especializada, atenta às demandas dos usuários, podendo ofertar encaminhamentos para a rede socioassistencial e intersetorial, orientações quanto a direitos e benefícios socioassistenciais, entre outros.

A Tipificação destaca ainda que alguns dos objetivos deste Serviço são "contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento" e ainda "contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua" (BRASIL, 2013, p.40).

O Centro POP deve ofertar ainda espaço físico para a realização de higiene pessoal, alimentação e guarda de pertences, de acordo com a realidade local, e garantindo a acessibilidade em todo o ambiente, além de garantir privacidade e sigilo em seus atendimentos e condições adequadas de ventilação, iluminação, conservação, limpeza e salubridade. Segundo ainda o Caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2011), o Centro POP deve ser implementado em local, a partir de um diagnóstico socioterritorial, de maior circulação e permanência da pop rua, avaliando a possibilidade da implementação de mais de uma unidade e buscando sempre mobilizar e sensibilizar a comunidade do território em que está localizado.

O Caderno de Orientações destaca ainda que além dos serviços ofertados, o Centro POP deve representar para os usuários que o acessam "um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua" (BRASIL, 2011, p.49).

Dada esta apresentação das normativas e diretrizes de funcionamento, gostaria de poder falar da minha experiência individual (mas que é coletiva também pois não a vivenciei sozinha) e trazer alguns trechos do meu diário de campo para que vocês possam talvez se transportar também para essas experiências.

Quando o relógio alcançava 8h em ponto, começavam as batidas no portão: “8 horas, *tá* na hora de abrir!”. Cada plantão, tinha sua dinâmica própria. Nós abríamos, sempre com um técnico no portão, podendo dar bom dia, algumas orientações e também mediar possíveis conflitos na fila que se formava. Cada um entrava, dava o nome em uma mesa improvisada de recepção e indicava se somente tomaria café e banho ou se desejava atendimento. Os conflitos na fila, normalmente, eram para conseguir entrar primeiro e conseguir atendimento, pois distribuímos cerca de 12 a 15 fichas para atendimento por turno. Era o que era possível para conseguir ofertar um atendimento adequado com o quantitativo de profissionais que tínhamos por dia.

Nos atendimentos, as principais demandas eram por segunda via de documentação, inscrição ou atualização do Cadastro Único e acolhimento institucional. Para encaminhar para acolhimento, tentávamos construir um Plano de Acompanhamento em que o usuário começasse a encaminhar suas demandas para já ter apontado o que chamamos de porta de saída, ou seja, de que maneira ele conseguiria sair da unidade, sendo por reinserção familiar ou por organização financeira própria. Com isso, o Plano de Acompanhamento incluía darmos início a emissão de documentações, encaminhamentos para os CAPS ou Consultório na Rua, confecção de currículo, encaminhamento para vagas de emprego. Estes planos ajudavam a criar algum critério para o encaminhamento para o acolhimento, considerando que não há vagas para todos que estão na rua[8].

Gostaria de destacar ainda que nem todo acompanhamento visava o acolhimento institucional. Tinham sujeitos que conseguiam se organizar de forma muito mais efetiva nas ruas do que nos abrigos. E, ao contrário do que o senso comum diz, não é que as pessoas não se adequem às unidades porque têm muitas regras. Afinal, a rua tem muito mais regras e, por vezes, muito mais duras. Mas a rua também acolhe, ela também possibilita a construção de laços. E não se trata de uma defesa de que as pessoas devem viver nas ruas, mas sim de que um abrigo não é a mesma coisa que uma casa. E que não podemos entender a vivência das pessoas a partir da nossa lógica própria do que é certo e errado. Nos nossos atendimentos, a gente deixa as nossas opiniões de lado e ouve a história do outro, a versão dele sobre o que é viver na rua e sobre como ele vai sair dela. Ou então a gente vai criar regras e padrões incompatíveis com a realidade do outro e, assim, inalcançáveis.

[8] O município de Niterói possui hoje uma boa estrutura de acolhimento institucional, com uma oferta de vagas maior do que a de outros municípios. Entretanto, justamente pelos municípios da Região Metropolitana ou da Baixada Fluminense não possuírem uma larga oferta de serviços e vagas, Niterói recebe um número maior de pessoas em situação de rua que vêm atrás de melhores oportunidades.

O Centro POP possuía uma pequena quadra de esportes, mas não tinha atividades coletivas desenvolvidas ali. Entre os anos de 2019 e 2020, por orientação da gestão, não podíamos deixar as pessoas dormirem ali, no que elas consideravam um espaço seguro. Chegaram a colocar uma grade e trancar com cadeado. Mas as pessoas também não podiam dormir na calçada do lado de fora, porque incomodava. Incomodava o sono ou a existência delas?

Nesta época, a limpeza dos banheiros era responsabilidade dos próprios usuários, tipo um “limpem a própria sujeira”. Quando cheguei, até a limpeza do nosso banheiro era responsabilidade nossa pois o serviço não tinha auxiliar de serviços gerais. Depois que recebemos esses profissionais, nenhum deles entendia que era sua tarefa limpar o banheiro dos usuários. Quando solicitado, o faziam, mas imaginem como…

A sobrecarga de trabalho com os atendimentos individuais nos impossibilitava de pensar em outras alternativas de trabalho. Somente em datas comemorativas conseguíamos realizar atividades coletivas. E era uma festa só! Carnaval, Dia de Luta da Pop Rua, Novembro Negro, Natal… Lembro de um Natal que disponibilizamos cartões para eles escreverem e entregarem a alguém que quisessem. A maioria das pessoas que atendemos tinha contato com familiares, ao contrário do que se possa pensar. Eu recebi um destes cartões, agradecendo por aquela festa. O primeiro Natal que ele pode compartilhar depois de 8 anos preso e sem poder visitar a família.

Sobre a construção de um ambiente acolhedor, além da presença constante da guarda - que em dado momento afinamos o diálogo e passou a ser um problema pequeno diante de outros - esbarramos também em uma postura estigmatizante e discriminatória de alguns profissionais, além de certa rigidez em que era mais fácil dizer o “não” do que construir o “sim” juntos.

Em meu diário de campo, tenho registro do que chamei de “Revolta da Salada”. Dois usuários que frequentavam quase diariamente o Centro POP, usuários de crack, bastante emagrecidos, com dificuldade em se alimentar, solicitaram se poderiam fazer uma salada de tomate e cebola para complementar a quentinha que era servida pois eles gostavam muito. O Centro POP possuía cozinha e refeitório, como prevê na tipificação, mas a cozinha não podia ser usada pelos usuários. Fizemos um acordo e todos os dias eles saíam pra comprar o tomate e a cebola, traziam a nota fiscal, dávamos uma faca descartável e um prato, eles cortavam e limpavam tudo depois. Foram dias seguidos assim, o que além de parecer uma opção saudável, também demonstrava organização por parte deles e um estímulo a se alimentarem. Até que o cheiro da cebola, a cômodos de distância, começou

a incomodar uma assistente social, que comunicou a coordenação, que quis saber quem autorizou e que proibiu a salada. Porque? Porque não podia. E porque não podia? Porque não. Mesmo sabendo desde sempre que “porque não” não é resposta, baixou-se o decreto da proibição da salada. Os usuários continuaram comprando seus tomates e suas cebolas e continuaram fazendo sua salada, a partir de então na calçada. Porque não? Porque dentro de um espaço que deveria valorizar a autonomia e as potencialidades dos sujeitos alguém decidiu que não.

Destaco que minha saída deste equipamento se deu não pela minha vontade, mas por conflitos com a coordenação que atuava no momento, em janeiro de 2021. Logo, os relatos que aqui constam dizem de um período delimitado. Posteriormente, continuei a ter contato e a frequentar o serviço a partir de outra lotação, mas o funcionamento do serviço não pode mais ser descrito com fidedignidade.

3.2. Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)

Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o SEAS é um “serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras” (BRASIL, 2013, p.31). Ele atua, de forma ininterrupta, em todos os locais públicos, como ruas, praças, estradas, terminais rodoviários onde haja grande circulação de pessoas. O objetivo deste serviço é identificar indivíduos e famílias em situação de violação de direitos, compreendendo quais violações são essas, em que condições essas pessoas vivem, quais são suas estratégias de sobrevivência, seus desejos e relações, para então possibilitar acesso aos serviços socioassistenciais adequados. Também tem como objetivo promover ações de sensibilização sobre o trabalho realizado, divulgação de direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias.

Com o trabalho da SEAS, espera-se que haja a identificação das situações de violações de direitos e redução das violações de direitos socioassistenciais, a proteção social dos indivíduos e famílias e a redução do número de pessoas em situação de rua.

Importante destacar dois pontos: primeiro, muitas vezes, o primeiro contato de um usuário será com a equipe do SEAS, portanto, será necessário a oferta de uma escuta ativa e construção de vínculo para que se possa compreender a realidade daquela pessoa e pensar encaminhamentos possíveis. Segundo, em nenhuma das legislações que

regulamentam o Serviço de Abordagem Social, há indicação de que esta equipe deve fazer com que as pessoas deixem o local onde são abordadas. Pode-se fazer a oferta de ser acompanhada a algum serviço para o atendimento de suas necessidades. Mas não de retirada das pessoas ou de seus pertences.

Como esta é uma prática comum em muitos municípios, em 2023, O Supremo Tribunal Federal determinou, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, que é proibida a remoção forçada das pessoas em situação de rua, bem como o recolhimento compulsório de seus bens e pertences. A ADPF determina ainda que todas as ações de zeladoria devem ser avisadas com antecedência para que as pessoas possam guardar seus pertences sem conflitos e que fica proibida a construção de estruturas com arquitetura hostil, ou seja, com pedras pontiagudas, grades ou espetos para que as pessoas não possam dormir.

Este tema é bastante controverso, pois muitas vezes o objetivo de tais ações é justamente a remoção ou o impedimento de se fixarem em determinados locais. A retirada dos pertences se dá, muitas vezes, sob a justificativa de que as pessoas acumulam muito lixo. Porém, lixo na perspectiva de quem?

Durante as ações de abordagem, todos os dias éramos paradas por cidadãos pagadores de seus impostos e de IPTUs altíssimos - principalmente na zona sul de Niterói - que nos exigiam a retirada “destas pessoas” pois elas sujam e enfeiam a cidade. É comum ainda muitos condomínios e lojistas acordarem pessoas em situação de rua que dormem em suas portas com baldes de água ou com creolina, que é um desinfetante extremamente forte e tóxico, que pode causar queimaduras na pele.

Nas nossas ações, o objetivo nunca foi de retirar as pessoas de onde estavam. Nós sabemos que é incômodo. Mas incomoda saber que uma pessoa vive na rua ou uma pessoa viver na sua porta? Se for na porta de outro, não incomoda mais?

Durante as abordagens buscávamos conhecer e construir vínculos com aqueles usuários, principalmente aqueles que não chegavam até o Centro POP. Mas nos pautávamos no respeito à territorialidade daquele sujeito, nas redes que ele construiu naquele espaço e que possibilitaram a sobrevivência dele.

Tenho registrado, no diário e na memória, uma abordagem que eu e a Natalina fizemos a um homem que dormia em um banco no Campo São Bento. Passamos algum tempo conversando com ele, o suficiente para ouvir seu sofrimento quanto a perda da mãe, o que o levou a exagerar na bebida e o trouxe para a rua. Também soubemos que a sua irmã morava em um prédio na esquina em frente ao Campo e ele passava o dia e ganhava

seu dinheiro guardando carros na rua lateral ao Campo, de frente ao prédio da sua irmã. Ela guardava sua Certidão de Nascimento. Ele não pedia mais nenhuma ajuda. Não queria atrapalhar e não se achava digno. Naquela primeira conversa, marcamos de encontrá-lo na semana seguinte, onde levaríamos encaminhamentos para ele emitir sua documentação. Também informamos nossos dias no Centro POP, caso ele quisesse e pudesse aparecer. Quando nos despedimos, ele nos agradeceu e disse que não estava dormindo quando chegamos. Estava tomando coragem pois havia decidido que iria se matar naquela tarde, que não havia pelo que viver. Mas que havia desistido. Foi a primeira vez que desencorajar alguém a algo me deixou aliviada.

Entre o fim de 2019 e início de 2020, houve uma contratação específica para trabalhadores do SEAS. Dessa forma, fomos direcionadas integralmente para o trabalho no Centro POP. Logo estas experiências também são datadas.

3.3. Equipe de Referência de Álcool e Drogas (ERAD – SUAS)

Além destes serviços descritos e tipificados, a SMASES colocou em prática entre os anos de 2021 e 2023 uma iniciativa inovadora no campo da Assistência Social que foi a Equipe de Referência para Álcool e Outras Drogas, que foi apresentada na introdução desta escrita. Como este não é um serviço tipificado, é preciso detalhar o seu funcionamento.

O trabalho da equipe, composta por duas assistentes sociais e uma psicóloga, era voltado aos usuários em situação de vulnerabilidade social decorrente do uso prejudicial de álcool e outras drogas. O trabalho se desenvolvia em três frentes principais: atendimento aos usuários no espaço em que estávamos localizadas, a partir da procura deles ou de atendimentos que marcados quando identificávamos o perfil e a demanda no território, e a partir dali iniciávamos a construção de um plano de acompanhamento.

Também atuávamos nas cenas de uso da cidade, entendendo que ali estavam usuários mais vulnerabilizados, com maior dificuldade de acesso a serviços e, por fim, nos propomos a realizar um trabalho de articulação intersetorial. Se lidamos com situações complexas, causadas por múltiplos fatores, as respostas também precisam ser diversas e articuladas. Assim, uma intervenção isolada do campo da Assistência Social pode até minimizar questões graves, mas não seria suficiente para atender a complexidade das demandas que surgiam. Era preciso que este trabalho de articulação construísse uma rede entre a Assistência Social, a Saúde, a Educação, e também campos mais difíceis, como Moradia, Trabalho e Renda.

E quando falamos em construção de rede, estamos falando de algo vivo, articulado e potente. Muitas vezes, o trabalho funciona por encaminhamentos. Identifico uma demanda, não posso resolver, encaminho. Não é mais minha responsabilidade, ela passa a ser do usuário que precisa chegar até lá e do outro serviço que precisa fazer o que eu espero que seja seu trabalho. Na prática, nada disso funciona. Na maior parte das vezes, o usuário não chega ao outro serviço e é culpabilizado por isso: “ele não quer nada, não faz o que orientamos, não se cuida”. Quando chega, o serviço não responde a demanda como se esperava. A lógica do encaminhamento não funciona. E acho que não teria como funcionar mesmo.

Assim, a construção de rede implica em podermos estar juntos na construção do próprio trabalho. Por exemplo, quando vamos às cenas de uso, vamos junto às equipes de saúde mental. Conversando com um usuário ali, identificamos que ele não possui documentações, não recebe nenhum benefício a que teria direito, realiza uso prejudicial de drogas e quer interromper, mas não quer ir ao CAPS porque acha que é “lugar de maluco”. Ali, conversamos, começamos a solicitar a segunda via de suas documentações e orientamos quais benefícios ele tem direito e como pode solicitar. Vamos desconstruindo a ideia de que o CAPS é só para “maluco”, porque ele viu ali o redutor de danos do CAPS falando sobre música, viu a psicóloga que não ficou “fuxicando” sobre a vida dele, não ouviu ninguém falando sobre internação. Oferecemos presença e escuta, falamos sobre o direito de ter direitos, respeitamos o outro, da forma como ele é, no espaço em que está.

A partir desse vínculo, é possível ir construindo a chegada desse usuário nos serviços em que ele precisa estar. Imagina que, para ele, a presença do Estado se dá, na grande maioria das vezes, através da Segurança ou da Ordem Pública, em ações desrespeitosas e violentas. Ainda há que se lidar com as ações recorrentes de recolhimento de pertences e, ainda comum, com as violências institucionais e negativas de atendimento nos serviços. Assim, o caminho do usuário até a chegada em um serviço não é linear, direta e simples, como prevê um encaminhamento prescrito no papel. É necessário ultrapassar uma série de obstáculos, entre eles, o de se entender como alguém que precisa e tem o direito de acessar aquele serviço e aquela política pública. E acredite, quando tanto é arrancado de você, é difícil acreditar que estar em alguns espaços é seu direito.

Apesar desta proposta ter funcionado muito bem, com números expressivos de atendimentos, emissão de documentações e articulação com serviços da rede de saúde e saúde mental e também com resultados que não podem ser quantificados, como o fortalecimento de vínculos entre equipe e usuários, a equipe foi desmontada pela gestão,

deixando de funcionar em maio de 2023. Este fato não foi uma surpresa considerando que durante todo o seu período de existência foi preciso justificar seu funcionamento e a nossa posição ética-política de acolher e viabilizar acesso a direitos, sem seguir a linha higienista que é comum, principalmente no atendimento a usuários de álcool e outras drogas.

3.4. Unidade de Acolhimento: Hotel Social

Durante o período da pandemia e sua orientação de isolamento social, foram criados alguns serviços de hospedagem temporários para que a população em situação de rua também pudesse se manter em isolamento, com acesso a espaços adequados de higienização, de alimentação e descanso. O Hotel Emergencial foi o último destes serviços criados, em 2021, e que se manteve como unidade de acolhimento permanente. Em 2024, ele passa a se chamar Hotel Social.

O Hotel Social é a maior unidade de acolhimento (UA) do Município de Niterói, com 87 vagas, sendo 61 para homens e 26 para mulheres, também sendo a única unidade mista. Em quartos coletivos, os acolhidos encontram espaço para higiene pessoal e de seus pertences, espaço para descanso, alimentação, guarda de pertences e acompanhamento técnico socioassistencial. Com uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, o trabalho no acolhimento é muito parecido ao gerenciamento de uma casa, mas uma casa em que vivem mais de 80 pessoas que não se conhecem, não têm vínculos entre si e muitas vezes nem se gostam. Além do acompanhamento técnico individual, avaliando as demandas, vulnerabilidades e potencialidades individuais de cada um para montar um Projeto Individual de Acompanhamento, também lidamos com as questões cotidianas de quem tomou ou não tomou banho, quem tomou banho, mas molhou o quarto inteiro, quem deixou resto de comida no chão, quem quebrou o ventilador, quem levou embora a coberta e por aí vai. Imaginem…

Segundo as legislações, o acolhimento institucional é um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ou seja, é voltada para indivíduos e famílias com vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos, que necessitam de proteção integral (BRASIL, 2013, p. 44). A unidade de acolhimento deve estar alocada no “espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos” (BRASIL, 2013, p. 45). Os objetivos do acolhimento são acolher e garantir proteção integral, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência e violência que os sujeitos possam

estar vivenciando. Além disso, deve promover a convivência comunitária e o acesso a rede socioassistencial e de demais políticas públicas que se fizerem necessárias para o seu acompanhamento. O acolhimento também deve ser o espaço de desenvolvimento do autocuidado e da autonomia pessoal e financeira, além de aptidões, capacidades e oportunidades.

No Hotel Social, atuei como técnica entre maio de 2023 e julho de 2024, quando assumi a Coordenação. Aceitei esse desafio depois do encontro com a Suellem, coordenadora do Hotel no momento da minha chegada e hoje grande amiga, e que, após muitas decepções e traumas com coordenações descompensadas e desrespeitosas, me ensinou o que é gerenciar um serviço com competência, firmeza, sensibilidade e sabendo acolher aos usuários e à equipe. Claro, também assumi isso que chamei de desafio, mas aqui já posso dizer que foi uma maluquice - com perdão aos malucos - na companhia das técnicas que me ajudaram a sustentar de pé o Hotel nos momentos mais difíceis, Sheila, Cristiane e Leila.

O que eu mais gosto do trabalho em Unidade de Acolhimento é a possibilidade de acompanhar mais continuamente uma pessoa e ir observando e sustentando seus tropeços, e também admirando e incentivando o seu caminhar e suas conquistas. Um usuário pode chegar sem documentação, com escolaridade baixa, sem vínculos familiares, sem renda nenhuma, com um adoecimento físico ou psicológico, muitas vezes traduzido pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas. Mas o acompanhamento pode proporcionar a ele a emissão de seus documentos, sua inscrição no Cadastro Único para acesso ao Programa Bolsa Família, a matrícula no Ensino de Jovens e Adultos ou em algum curso profissionalizante, o apoio na busca por trabalho e até mesmo o retorno ao contato familiar, considerando que agora ele pode mostrar a família que está bem e que não está mais na rua. O que nós buscamos construir com o trabalho é que o acolhimento proporcione, além de um lugar pra dormir e pra comer, a possibilidade de construir vínculos, dar e receber afeto, e ter um pouco mais de dignidade.

Ao contrário do que muitas pessoas dizem, de que a população em situação de rua não fica em abrigos porque têm muitas regras, não é essa a realidade vivenciada. De fato, as unidades de acolhimento possuem muitas regras, mas o que presenciamos é que há muito respeito às regras e a equipe da unidade. Ocorrem, mas não são maioria as situações de desrespeito ou de conflitos, como agressões físicas. Até porque, sabem onde tem muito mais regras que em um abrigo? Na rua. Muitas regras e, por vezes, muito violentas. Acredito que o que também contribui para esse imaginário é a confusão que se faz entre UA e casa,

UA e moradia. Embora o acolhimento seja uma moradia provisória, ela está longe de ser uma casa. Você não escolheu aquele território, tem hora para acordar, para dormir, para apagar a luz, para comer, para limpar o quarto, para assistir TV. Não pode escolher o que comer e nem sempre a refeição é da melhor qualidade. A UA é uma instituição e ninguém quer ou pode viver para sempre em uma instituição.

Apesar do acompanhamento técnico ser muito próximo do usuário e muito eficiente, nós esbarramos em um obstáculo gigantesco: empregabilidade. A maioria do público é negro, com baixa escolaridade, sem experiências formais de trabalho. Não há vagas de trabalho para esta galera. Alguns - e são muitos - narram que viram seus currículos sendo rasgados quando o possível empregador viu no currículo que o endereço era de uma UA. Ou que o usuário não tinha roupas apropriadas para se apresentar. Ou não tinha dinheiro de passagem para ir até a entrevista.

E, se não há emprego, não há renda. Se não há renda, não há possibilidade de alugar uma casa e manter o mínimo necessário para sobreviver. Se hoje você perdesse seu emprego, rasgassem seu currículo, não quisessem te empregar pela sua cor, pela roupa que você veste ou porque você não tem uma linguagem culta, e você não tivesse uma família que pudesse te ajudar, quanto tempo demoraria para você precisar da rua para sobreviver? Imagine aí…

É importante dizer isto, pois muitas vezes se acredita que há uma linearidade em que o sujeito vai ser acolhido em uma UA e, então, alcançará a sua autonomia pessoal e financeira tão rápido quanto for sua força de vontade. Mas essa linearidade é rompida por um abismo. Para vocês terem ideia, Gael era um jovem de 20 e poucos anos acolhido em uma UA. Jovem, cheio de disposição para trabalhar. Estava cursando o Ensino de Jovens e Adultos a noite, fez um curso de formação profissional como Garçom em que afirmaram que ele sairia contratado após o curso. Não aconteceu. Fez uns bicos como garçom, mas não era fácil conseguir um trabalho de carteira assinada. Quando saiu uma vaga para trabalhar como auxiliar de produção em uma Fábrica, Gael e mais 3 acolhidos decidiram comparecer a entrevista às 7h da manhã em outro município. Saíram da UA às 5h, pois foram a pé - já viu o valor de uma passagem de ônibus? Gael participou da entrevista indo e voltando a pé, totalizando 4 horas de caminhada. Quando chegou, eu avisei que estava tendo um mutirão de empregos no Centro da cidade. Ele almoçou, tomou banho, pegou mais currículos e foi tentar a sorte mais uma vez. Realmente depende só da força de vontade do outro?

4. Referencial Teórico-Metodológico

4.1. Epistemologias e Pedagogias subalternas: produzindo saberes transgressores

Para que possamos nos situar acerca de quais transgressões os saberes construídos e compartilhados através desta narrativa se referem, precisamos dizer daquilo que ainda se coloca como forma de produção de conhecimento hegemônico.

Em 2018, quando pesquisava para a dissertação, escrevi que “vivemos sob o paradigma da ciência positivista que, com seus preceitos e fundamentos, cria uma determinada forma de ver o mundo” (FORTUNATO, 2018, p.77) e ainda que, sob o fundamento da racionalidade moderna, “sustenta-se em algumas proposições, como de produzir discursos universais, de valorização do mecanicismo, reduzindo seus objetos a máquinas que obedecem aos princípios de causalidade e de utilização do conceito de objetividade (BASTOS, 2006b apud FORTUNATO, 2018, p. 77).

O texto segue ainda dizendo que o ideal de conhecimento racional marca um conhecimento privado ao máximo de julgamentos, como se, através de regularizações empíricas e generalizações, pudéssemos chegar a “fatos puros”. Mas que esta pureza ou neutralidade é inalcançável, pois como aponta Stengers (2002, p.35 apud FORTUNATO, 2018, p.77), “toda definição, aqui, exclui ou inclui, justifica ou questiona, cria ou proíbe um modelo”. Dessa forma, pudemos concluir com aquela discussão que todo conhecimento científico é fruto de como nossa sociedade se organiza e da forma como o se estruturam as formas de saber e poder entre os sujeitos e grupos sociais.

O que não foi apontado neste texto e que, com o avançar dos estudos e das experiências vividas, é que se faz mais do que necessário apontar quais as marcas que esta ciência positivista carrega. Pautada nas estruturas dominantes que configuram nossa sociedade, não podemos deixar de apontar que este conhecimento serve a manutenção de uma dominação colonial, em que o racismo e o patriarcado - entre outras inúmeras formas de subjugação e opressão - se encarregam de manter a possibilidade de ser e saber dentro de determinados grupos sociais, enquanto a outros se servem da miséria e do apagamento de suas existências.

Assim, quero conjugar aqui duas direções, que não são distintas, mas que se entrecruzam para que possamos pensar o conhecimento que se produz aqui. Primeiro, retomo a **Epistemologia Feminista**, ou como nomeei anteriormente Ciência no Feminino,

como “uma aposta em um modo de fazer ético, encarnado e comprometido com o mundo que se produz com as nossas pesquisas” (FORTUNATO, 2018, p. 78). Este modo de fazer pesquisa nega a ideia de neutralidade, de objetividade ou da busca de uma verdade universal, pois entende que o conhecimento não existe sem marcas, que afetamos e somos afetados nas relações em que estamos e naquilo que pesquisamos, e que o próprio fazer ciência produz mundos. Dessa forma, é preciso nos atentarmos então para que mundos produzimos no nosso fazer, quem estamos incluindo e quem estamos excluindo, quais encontros possibilitaram essa construção do saber.

Por fim, quero lhes apresentar aquilo que conheci como **Pedagogia das Encruzilhadas.** Segundo Rufino (2019, p.73), a “Pedagogia das Encruzilhadas é invocada e encarnada como operação de transgressão dos parâmetros da colonialidade”, ela provoca deslocamentos e possibilidades e responde, a partir de uma ética própria, àqueles que historicamente ocupam as margens. Este projeto de Pedagogia, montada por Exu - figura trazida pelos conhecimentos e tradições de religiões de matriz africana, representado pelo “senhor dos caminhos” ou o próprio caminho, nos concedendo ritmo, movimento e possibilidades - é como “uma ação de encantamento e responsabilidade com a vida frente às violências operadas pelo racismo/colonialismo” (Rufino, 2019, p. 74).

A pedagogia das encruzas tenta nos mostrar que, ao longo de cinco séculos, se moldou um modelo de educação a partir do colonialismo e que, assim, atende às demandas do regime de ser/saber/poder dos colonizadores. Este modelo de conhecimento/educação forjou mentalidades, linguagens, traumas e dispositivos de interação social (RUFINO, 2018, p. 75). Logo, reivindico aqui as encruzilhadas entendendo como espaço de experiências, práticas, invenções e movimentos que produzem saberes marcados por uma identidade subalterna, mas que, “como resposta ao terror, se responsabilizam com a vida por estarem implicados nas lutas contra injustiças cognitivas e sociais” (RUFINO, 2019, p. 76). A partir disto, se afirma a educação como um ato de liberdade e uma prática emancipatória, comprometida com o outro e que parte do reconhecimento da diversidade e da busca contínua pelo diálogo nas diferenças.

Assim, estas pedagogias e modos de conhecer se direcionam para aqueles que Freire nomeou como os “oprimidos, condenados da terra, esfarrapados do mundo e demitidos da vida” (FREIRE, 2019). Ou como a Pedagogia das Encruzilhadas nos convoca a “se lançar na escuta da ciência dos tidos como “não humanos”, ou seja, daqueles que foram subtraídos da história” (RUFINO, 2019, p. 107). Aqui, então, leremos o que tem a nos dizer o Povo da Rua e afetações que nossos encontros produziram no costurar do mundo:

> Eis as ruas, suas esquinas e encruzilhadas: por lá inventam-se cotidianos. Em cada rua, em suas curvas e dobras, acende-se as velas e vela-se as vidas, rega-se o chão e os corpos com marafo. A rua nada mais é do que o que se passa por ela, sujeitos comuns e suas práticas. A rua é tão diversa quanto os tipos que a praticam, inscrevendo seus saberes nos cotidianos. A rua é de quem nasce, se cria e morre nela, digamos também que é daqueles que a fazem de lugar de passagem, rito de invenção de mundo. A rua é das mulheres e dos homens comuns, suas histórias e sapienciais, modos de vida significados nas frestas e na escassez. Eis a rua e seus zeladores, os tipos que nascem, se criam e morrem por lá, eis os que a fazem como lugar de passagem, eis os sujeitos que a praticam, eis os poderes que por ali se encantam, eis o *povo da rua* (RUFINO, 2019, p. 108).

Assim, não há como contar as histórias da rua e construir registros de memória e de vida destes sujeitos, escapando das mal-dições que lhe são atribuídas, sem ser por uma pedagogia, um modo de conhecer que se constrói nas invenções cotidianas. A encruzilhada, segundo Rufino (2019, p.10) é a boca do mundo, e é desta boca que devem ser narradas as histórias dos sujeitos que cruzam, ocupam e dão vida às ruas. São esses corpos transgressores e resilientes, que “se erguem dos destroços, dos cacos despedaçados e inventam outras possibilidades no movimento inapreensível da ginga” (RUFINO, 2019 p. 10) que precisam narrar suas histórias e é, da escuta dessas histórias, que precisa emergir um conhecimento que parta não da barbárie sobre a qual se construiu nossa civilização, mas da transgressão, da criação de novos seres, novas possibilidades de ser, viver e se relacionar para além de toda a injustiça racial, colonial e social que vivemos.

São esses saberes, criados não por esta pesquisadora, mas paridos destes corpos dos quais foram negados a própria vida e que nos é forçado esquecer que existem, que precisam pautar os atos revolucionários cotidianos das nossas formas de ser, de conviver, de aprender e de ensinar. As histórias aqui e a História precisam se pautar na ancestralidade, no resgate do que foi forçadamente esquecido, na transgressão das injustiças e silenciamentos, e na responsabilidade com a vida e suas encruzilhadas.

4.2. A escrita e a contação de histórias

Decidi certo dia que ia iniciar um diário de campo e que ele poderia servir para essa pesquisa. Tinha várias histórias pra contar, de vários encontros, conflitos e boas surpresas. Histórias do cotidiano que eu gostaria de registrar para não esquecer. Comprei um caderno bonito e confesso que ele passou uns seis meses empoeirando na mesa, sem que eu conseguisse escrever uma história sequer. Não imaginei o quão difícil seria traduzir em palavras o vivido. Pensei em desistir. Até que recebi a notícia de que o “Maluquinho” havia

morrido. Disseram que foi invasão da polícia no morro, que os bombeiros depois passaram catando cada pedaço do seu corpo. Acontece que o Maluquinho era um usuário com quem eu havia construído um grande vínculo. E sobre quem contavam as histórias mais tenebrosas, de um jovem agressivo, descompensado, capaz de qualquer coisa. Entendi que precisava deixar registrado a história do Maluquinho que eu conheci. Um jovem que sofreu muitas violências e que, por vezes, respondia também com violência. Mas que, ao receber afeto e respeito, sabia ser doce e gentil.

Já fazia um mês da história de sua morte e, embora eu ainda esperasse, ele não apareceu. Escrevi, como se aquilo também me ajudasse a me despedir. Segui a vida. No dia seguinte, estou caminhando no horário de almoço e ouço uma voz cantando um pagode do momento. Já imaginei que maluquinha estava eu, ouvindo vozes. Mas quando vi, do outro lado da calçada ele vinha dançando e cantando. Parou, me abraçou, briguei com ele por ter sumido e me deixado acreditar que ele havia morrido. Ele riu e me disse que ficasse tranquila. Ainda não foi daquela vez.

Gloria Anzaldua (2000, p.232) sempre me salva quando penso em desistir da escrita pela dificuldade que ela é, parecendo precisar rasgar o corpo para as palavras saírem. Mas ela me lembra que, ao colocar na balança, o medo de não escrever é maior do que o medo de escrever. Quando ela pergunta porque somos levadas a escrever, nos responde que:

> “a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (ANZALDUA, 2000, p.232).

Quando digo a João que ele escreva um livro e ele se nega, se achando incapaz, lhe digo que suas histórias importam. Mas a possibilidade de escrevermos juntos sobre ele lhe parece extremamente incômoda. Pontuo que recontar pode ser reviver as histórias, mesmo as mais doloridas, porém também pode ser uma oportunidade de repensar e reorganizar o caminho. Que o incômodo não pode ficar só entre a gente, mas precisa chegar em mais pessoas que não conhecem ou reconhecem essas realidades, em quem nos causa o incômodo por uma vida miserável. É exatamente por este motivo que não quero lhes preparar para as histórias que estão nesta escrita. Uma vez me disseram, ao ler parte da escrita, que eu deveria preparar o leitor para o que viria, pois não era uma leitura fácil. Acontece que não é a leitura que não é fácil, é a vida. E esse incômodo, essa dureza, precisa ser partilhado.

Anzaldua (2000, p. 234) fala que a escrita é perigosa porque ela revela nossos medos, raivas, mas também a força de uma mulher que vive sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém, segundo a autora, é também neste ato da escrita que reside nossa sobrevivência. Porque uma mulher que escreve tem poder e uma mulher com poder é temida. Embora a autora fale sobre a escrita de mulheres em um mundo de saberes patriarcais, machistas e racistas, o que me pergunto é: seria também, para a população em situação de rua, em uma trajetória de opressão e subjugação, o ato de registrar suas histórias de vida a forma de dar poder a estes sujeitos e de possibilitar a sobrevivência, ao menos, de suas memórias de vida?

4.3. Como se deu a pesquisa: de entrevistas estruturadas ao diário de segredos

4.4.

Inicialmente, o registro dessas histórias e memórias se daria através de entrevistas às pessoas em situação de rua que eu atendia nos dispositivos de trabalho. Acontece que esta ideia partiu do encontro com algumas pessoas que, como já trouxe aqui, são encontros transitórios. Entre o surgimento da ideia, a elaboração do projeto e a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, muitos caminhos se fizeram caminhar e não poderia mais entrevistar aquelas pessoas que me ajudaram a construir esta ideia. Claro que teriam muitas outras pessoas a quem entrevistar, acontece que as histórias já tinham rosto e corpo. Eu poderia convidar e selecionar outras pessoas, mas gostaria aqui de sustentar a impossibilidade de realizar as entrevistas.

E, então, gostaria de poder utilizar outro dispositivo de pesquisa e aqui vou chamá-lo de diário de segredos. Não são entrevistas estruturadas em que as pessoas vão me responder aquilo que eu perguntar. Mas são recortes de suas histórias, de suas memórias, de seus segredos que eles aceitaram partilhar comigo e que pude registrar. A intenção de narrar segredos é poder também dar um rosto e um corpo, mesmo que anônimo, mas não construir uma massa, “pessoa em situação de rua”, marcada por uma identidade que eles não escolheram.

Despret (2011), em seu texto Leitura Etnopsicológica do Segredo, fala acerca de entrevistas realizadas com refugiados, em que, na tentativa de resguardar o anonimato dos que testemunhavam, receberam como incômodo dos entrevistados o fato de que se criava uma massa de “refugiados”, “como uma massa anônima marcada por uma identidade que eles não haviam escolhido e na qual eles não podiam se inventar” (DESPRET, 2011, p.19). Isso aparecia como mais uma violência pois ser denominado como refugiado poderia ser

algo altamente desqualificante para algumas pessoas, “qualquer um indigno, ninguém, pessoa de terceira classe, qualquer um do outro lado do mundo” (DESPRET, 2011, p. 20), assim como ser visto como uma pessoa em situação de rua pode ser visto como algo desqualificante para a própria pessoa e o é quase sempre para as pessoas que não estão na rua.

Assim, a autora fala de uma posição pragmática e epistemológica: nosso exercício é de não criar uma massa desinteressante que se opõe a nossa posição de *expert*. Experienciamos aqui não ter uma divisão, mas nos deixar afetar pelo encantamento, como nomeou Rufino, ou pela feitiçaria, como falaria Fravet-Saada, em seu texto Ser Afetado. Esta autora fala da tentativa da ciência positivista de manter essa Grande Divisão entre eles (objeto de pesquisa) e nós (pesquisadores, *experts*), buscando a não contaminação do nós por eles.

Dessa forma, ser afetado pelo campo de pesquisa pressupõe que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento desaparecer - como achei que aconteceria ao desistir de realizar as entrevistas (FAVRET-SAADA, 2005, p.160). Mas é só quando o seu projeto de conhecimento se perde, quando as certezas científicas são quebradas e o pesquisador é capaz de se permitir ser afetado e modificado pelo que acontece no campo que se torna possível realizar uma pesquisa encarnada e que faça justiça às experiências, aos saberes dos campo e aos encontros proporcionados por ele. Que possibilite ao outro contar seus segredos, sua história, seu avesso, aquilo que ninguém vê. Tenório (2020, p. 61) escreve um trecho em seu livro O Avesso da Pele, em que diz:

> “É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob este domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantém vivos”.

Por isso, convido vocês a também se deixarem afetar por esses segredos narrados pela boca da rua, do lugar que ninguém quer ouvir, do avesso da pele e do avesso mundo para que possamos nos deslocar dos nossos lugares de saber e poder e, quem sabe, podermos compreender os sussurros da tampa do bueiro.

5. Histórias

5.1. “*Ela disse que eu nunca vou ficar com um filho meu*”: a negação do direito a maternar

Ana é uma jovem negra de 21 anos que vive nas ruas de Niterói há aproximadamente 8 anos. É da Baixada, mas desde muito cedo ia para as ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro para vender doces e conseguir dinheiro. Precisava voltar para casa com dinheiro para entregar ao pai. Nas ruas conheceu de tudo, a violência, a dor, a solidariedade, as drogas e o trajeto até Niterói. Para cá veio e ficou. Ela e sua família, mãe, irmã e primos.

Conheci Ana antes mesmo de conhecê-la. Isso é bastante comum, apesar de um pouco inadequado. Mas as histórias sobre ela me chegaram muito antes de sua presença. Em geral, essas histórias são de mal dizeres, tendo destaque muito mais as dificuldades, obstáculos e impossibilidades do que as possibilidades. Com Ana não foi diferente. Soube que não chegava aos serviços e que, quando os serviços chegavam a ela, eram sempre recebidos com muita agressividade e resistência. Não aceitava diálogo. Havia gestado 4 crianças, que foram adotadas ou entregues à família paterna sem que ela pudesse ter contato.

É na quinta gestação que nosso encontro acontece. Vivia em uma cena de uso no centro da cidade, junto a Theo, seu companheiro e pai de seu bebê. De fato, havia certa resistência à nossa proximidade, que era mediada por Theo. Ele nos informava sobre como ela estava se sentindo e alimentação. Aos poucos, respeitando seu espaço e seu tempo, conseguimos nos aproximar. Conseguimos emitir sua documentação civil (Certidão de Nascimento, RG e CPF) e também que ela iniciasse o acompanhamento pré-natal no PMF[9] de referência do território em que permaneciam. Quando ela não conseguia chegar ao PMF, ele conseguia chegar até ela. Também foi assim a presença do CAPS ad, bem como da família de Theo. Residiam nesse mesmo território, algumas casas acima do morro que cercava o terreno abandonado que viviam. Mas a família era presença frequente e apoio firme. Os avós desejavam a neta e a tia desejava a sobrinha. Ana e Theo desejavam o filho e nós desejávamos que eles tivessem este direito. E assim, em meio a tantos desejos, foi possível construir novos fluxos, novos laços e novas possibilidades. Afinal, é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança, como diz o provérbio africano. E isto, antes mesmo que ela nasça.

Com essa rede articulada e afinada, caminhando no mesmo ritmo, não imaginávamos que existia algo maior que iria atravessar nosso caminho. Apesar do cuidado construído, da atenção dos serviços intersetoriais para garantir os direitos de Ana e seu

[9] Posto Médico de Família, que atualmente se chama Módulo Médico de Família, e são unidades de atenção primária em saúde.

filho, de todos os planos e afetos, também existe uma rede que tenta negar a possibilidade de Ana ser mãe. Ela fala sobre isso. Diz que foi internada em instituições do Degase algumas vezes, assim como em Comunidades Terapêuticas. Fala sobre ter sido medicada e ter levado choques, sobre ser obrigada a nadar em uma piscina gelada. Fala que ouviu de certa figura do sistema judiciário que ela nunca poderia ficar com um filho seu. Era seu medo. E respondemos que estaríamos juntas para enfrentá-lo.

Para nós, Ana já era uma mãe. Não nos restava dúvida. Ela não era a mãe ideal, até porque esta só existe no imaginário, num mundo irreal. Esta mãe ideal nunca cabe na realidade de uma jovem negra e pobre. Mas ela era a mãe possível e a mãe que a sua filha precisava. Como as mães são. Essa era nossa aposta.

Na entrada de Ana na maternidade, para que sua filha migrasse da barriga para os braços, fomos todos surpreendidos por uma notícia. Já havia, enquanto ela ainda gestava, uma determinação da Justiça que dizia que, em qualquer Maternidade que Ana desse entrada, ela não poderia sair de lá com sua filha sem comunicação ao Judiciário. Isso foi um soco no estômago. E na cara. E no corpo todo. A filha de Ana saiu da barriga, não para os braços, mas para um abrigo. Tínhamos agora uma filha sem mãe e uma mãe sem filha. Pela quinta vez. E uma mãe sem filha, não é mãe. E, se ela que se preparou para ser isso, não pode ser, ela não é nada. E foi assim que, a partir de uma determinação da Justiça, que não conhecia Ana e seu processo de construção da maternidade, todos os planos foram frustrados.

Ana retorna às ruas, retorna ao uso de drogas, resiste a nossa aproximação. Nós dissemos que ela ficaria com sua filha. E, de fato, acreditávamos nisso. Nossos planos também foram frustrados. Nosso trabalho foi ignorado, desvalorizado, assim como os direitos daquela família foram violados. Afirmamos o direito daquele recém-nascido de estar no convívio de sua família, recebendo afeto e se desenvolvendo. Afirmamos o direito daquela mulher de maternar. Mas quem mais será que afirma isto? Quem mais acredita e faz com que isto seja possível? Quem são as mulheres que podem maternar? Há, nas ruas, mulheres que podem ser mães?

*****

Luana é uma mulher negra de 33 anos que vive nas ruas de Niterói há mais de 10 anos. Usuária de crack desde a adolescência, não concluiu os estudos e trabalhava com prostituição. Conheci Luana desde o início do meu trabalho na Assistência. Sempre foi presença frequente no Serviço para População em Situação de Rua. Algumas vezes, pedia

conversa e ajuda. Dizia não aguentar mais viver essa vida. Falava de suas dores, da violência desde a infância, do abuso sexual, dos conflitos com a família. Falava da filha, que era criada por sua irmã, e do desejo de poder viver junto dela.

Vimos Luana na sua luta cotidiana, pensamos juntas alternativas para cuidar de sua saúde, vimos ela casar, vimos ela perder o companheiro que amava, vimos ela casar novamente e ser brutalmente agredida. Vimos Luana carregada pelo seu companheiro nas costas quando não podia andar porque ele havia quebrado sua perna. Vimos este companheiro ser preso e vimos ela sofrer por isso. “Ruim com ele, pior sem ele”, afinal a vida de uma mulher na rua é de violência cotidiana. Quem a agride é também quem a protege de outras violências. Como conscientizar esta mulher sobre violência doméstica, algo que acontece no campo privado das relações, se a sua era pública? Se ela “aceitava”? Se ela “gostava”, já que sempre voltava para ele? Como enfrentar esse imaginário social que a culpabiliza e a violenta mais?

Um dia, Luana nos procura e pede ajuda novamente. Quer ir até o CAPS mas não consegue chegar lá sozinha. Diz que acha que está grávida, começou a enjoar do cheiro do crack. Diz que está com medo de estar enlouquecendo, que ouve a voz da filha a chamando. Diz que gostaria de ser uma mãe melhor para sua filha. Que acha que está grávida e que é menino. Não fez o teste. O teste traria a confirmação e o que fazer com esta notícia?

Uma hora não deu mais para fugir. E foi batata! Grávida e de um menino! Começamos o acompanhamento pré-natal, ouviu os batimentos do filho que gerava. Voltou a fazer seu tratamento de saúde. Foi acolhida em uma unidade de acolhimento para famílias. Desfilava com seu barrigão e chamava atenção. Isso era bom, mas também era ruim. Contou sobre um homem que lhe ofereceu 30 mil reais pelo seu filho. Ficou com medo e nunca mais passou naquela rua. E se ele lhe arrancasse o bebê ainda na barriga?

Começou a montar um enxoval e teve até chá de bebê. O bebê tinha berço, fraldas e amor de mãe. Mas de uma mãe que não se sentia suficiente. Algumas vezes, disse que não sabia se conseguiria cuidar de seu filho. Disse que planejava parir, entregar seu bebê e se jogar na frente de um carro. Tinha medo de não conseguir amamentar, dar banho, cuidar. Não sabia ser mãe. E que mãe sabe ser mãe? E quem sabe? Não seria sua preocupação em não conseguir aquilo que já indicava que ela já o era?

Luana deu entrada no hospital para ter seu bebê em uma segunda-feira. Tínhamos reunido todos os elementos possíveis para responder à Justiça, caso fosse questionada a possibilidade de maternagem de mais uma mulher negra em situação de rua. Mas parece

que nunca conseguimos nos preparar para a infinidade de coisas que ameaçam o direito dessas mulheres.

Dessa vez, não foi a Justiça. Quando chegamos na maternidade, encontramos um casal que se aproximou de Luana e, usando de uma série de mentiras, tentavam fazer o que chamam de “adoção à brasileira”. Ou seja, uma adoção ilegal. Se dissemos a Luana durante toda sua gestação que ela conseguiria ser mãe e que teria todo o suporte institucional que pudéssemos lhe oferecer, este casal lhe dizia o contrário. Diziam sobre ela perder seu filho “para o Conselho Tutelar”, sobre como eles, que tinham casa, renda e vida estável, eram a única possibilidade dela poder ter algum contato com o filho. Tentaram realizar o registro de nascimento sem o nome da mãe. Diziam a ela que nós queríamos roubar sua criança. Tiraram dela sua confiança, sua esperança e todo seu apoio. Tentaram tirar seu filho. Será que, de uma maneira ou de outra, o direito dessas mulheres ser mães sempre vai estar ameaçado?

Deu um trabalhão para reverter essa situação. E foi por muito pouco que o vínculo entre Luana e a equipe não foi rompido. O bom de construir um trabalho bem próximo, com afeto e bons vínculos, é que ele não se rompe fácil. Luana conseguiu nos ouvir, conseguiu ouvir sobre seus direitos e sobre tudo que poderia lhe acontecer. Dessa vez, o Conselho Tutelar e a Justiça foram aliados e conseguiram garantir a saída da maternidade de Luana e de seu filho. Foram para a casa da mãe de Luana, receber apoio da família. Todos os dias, ela envia áudios e fotos, dando notícias e contando sobre os aprendizados da maternidade. Sobre como tem aprendido a ser mãe, o que sempre foi e vai ser seu direito.

*****

Estes são apenas dois relatos de inúmeras situações que acompanhamos e que vemos todos os dias serem noticiadas. Apesar de ser comum e parte do patriarcado a imposição da maternidade às mulheres, o direito ao próprio corpo e o direito à maternidade não é algo dado, garantido para todas, principalmente àquelas que muitas vezes têm negado seus direitos à cidadania e à humanidade.

Os dois casos apresentados apresentam uma importante interseção que será desdobrada aqui: mulheres em situação de rua e usuárias de crack. A maioria dos casos que acompanhamos as mulheres também eram usuárias de drogas. Mas há algo importante a se destacar: no imaginário social rua e droga estão sempre relacionadas. Então, ainda que uma mulher gestante esteja em situação de rua mas não faça uso de

crack ou de qualquer outra droga, em algum momento isto será questionado ou afirmado. E, em geral, essas mulheres são negras.

Não é simplesmente o fato dessas mulheres estarem nas ruas ou usarem drogas que chama atenção do Estado. São muitas as mulheres que vivem nas ruas, sob inúmeras desigualdades e miséria, e expostas a diversas formas de violência. O fato é que estas mulheres passam a ser notadas pela mídia, Justiça e grande parte das políticas públicas quando começam a gestar e é essa gestação que se torna um problema alvo de intervenções. Assim, segundo Napolião (2019, p. 49), essas intervenções são parte de uma "tentativa de regulação de uma classe urbana entendida como inferior e que viola normas culturais dominantes em relação à feminilidade, sexualidade e maternidade".

O corpo, sobretudo o corpo das mulheres, é objeto de controle do Estado. O capitalismo conduz a socialização do corpo para se tornar força de trabalho e a medicina, assim como os discursos da justiça, da psicologia e da educação, são alvos de estratégias biopolíticas que determinam e adequam modos de ser e viver.

Assim, o controle do corpo da mulher se dá de modo a manter sua função social subalterna, relacionando-a diretamente à função materna e de cumprimento das tarefas domésticas. Isso se justifica, até certa época, inclusive com discursos científicos que falam sobre determinantes orgânicos como fragilidade dos ossos, alongamento da bacia e contração do cérebro como sinais de maior vocação para a maternagem e menor para a aptidão intelectual.

Podemos dizer, então, que as mulheres são segmento produtor e explorado pelo ciclo capital-trabalho, pois são trabalhadoras assalariadas e também não assalariadas, exercendo um papel fundamental de reprodução biológica e social da força de trabalho, visto que são elas quem geram novos trabalhadores e os cuidam para que continuem produzindo. Diferente do homem cujo corpo é "reservatório da força de trabalho" (GUILLAUMIN, 2004, P. 33, apud MOREIRA, et al, 2021), o corpo da mulher é apropriado, sendo ela a própria máquina de reprodução da família burguesa, uma das principais bases do sistema capitalista.

Há que se destacar que esta teoria contempla as famílias burguesas, ou seja, de um núcleo correspondente a branquitude. O corpo da mulher negra sempre fora regulado, mas como objeto pertencente ao homem branco. O papel reprodutor do corpo destas mulheres sempre foi valorizado, pois a reprodução natural era o método mais seguro para ampliar o contingente de escravos e escravas (DAVIS, 2016, P. 19). Entretanto, não se imputava a essas mulheres o ideal da maternidade. Seus corpos eram usados para o trabalho como

idênticos aos dos homens. Sua característica reprodutiva era algo a mais, que não lhes garantia a condição de mães, apenas como seres reprodutores.

Segundo Angela Davis (2016, p.20), após o fim do tráfico negreiro, a Justiça da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e seus filhos. Davis segue dizendo que “de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque crianças escravas estavam no mesmo nível de outros animais” (2016, p.20). Ainda que, hoje, cerca de 5 séculos após esta realidade, as crianças não sejam vendidas, estaria a justiça também determinando que essas mulheres negras não teriam direitos sobre seus filhos?

Assim, segundo Moreira et al (2004, p. 124), há um recorte de classe - e acrescentamos aqui de raça - na autorização social e jurídica para o exercício da maternidade. E isso fica evidente diante da realidade de retirada compulsória de bebês de mulheres em situação de rua e/ou usuárias de substâncias, e da ausência ou insuficiência de políticas públicas que amparem essas mulheres e as protejam das violências.

As mulheres em situação de rua fazem parte de uma massa que têm seus direitos violados cotidianamente. Não há políticas específicas para este grupo ou, no momento que começam a gestar, ações ou serviços que possam cuidá-las e construir formas de superação da miséria e das vulnerabilidades a que estão submetidas. As decisões acerca do destino da criança tendem a priorizar a destituição do poder familiar ao invés da construção de ações intersetoriais e articuladas que promovam a garantia de direitos da família, indicando uma não autorização das famílias pobres poderem se constituir como famílias (MOREIRA et al, 2021, p. 125).

Muitas vezes, com um histórico de vínculos rompidos e vivência de violências institucionais, essas mulheres se afastam ainda mais dos serviços de saúde ou de assistência social por medo de perderem o poder familiar sobre seus filhos, o que faz com que muitas não realizem o acompanhamento pré-natal. Isso é usado para fortalecer o discurso de que não têm condições de cuidar da criança e os olhares se voltam à criança, que passa a ser alvo de preocupação de poder estar exposta a riscos. A mulher é anulada, vista apenas como uma máquina de reprodução. Até que, fora do controle do Estado, precisa parar de produzir mais miseráveis e se iniciam as propostas de esterilização desta população.

*****

O acolhimento institucional do bebê de Ana se deu sob a justificativa de que era preciso analisar as condições e vínculos familiares. Nós acompanhamos e avaliamos isso durante os meses de gestação, ofertamos suporte para a família se organizar, estivemos com Ana nos primeiros dias e primeiros cuidados com sua filha no hospital. A vinculação e o desejo daquela família de estar com a criança eram mais do que visíveis. Mas o que os serviços diziam não bastava.

A criança ficou acolhida durante cinco meses. Nesse período, a avó paterna realizou visitas semanais. Ana e Theo visitaram a filha uma vez. Ana segurava a filha com todo afeto, perguntava sobre alimentação e consultas médicas, observava cada dobra de seu corpo até se convencer de que a filha estava bem. Na hora de ir embora, ela pede que nós retiremos a filha de seus braços porque ela não conseguia entregá-la. Também não queria retirar uma filha de sua mãe, mas tive que o fazer. Uma das coisas mais difíceis foi pegar a bebê enquanto a mãe corria e chorava, como se correr fosse ajudá-la a fugir da dor.

Na segunda visita, Ana não conseguiu ir. Disse que queria muito ver a filha, mas a dor da última visita tinha sido tamanha que ela precisou colocar para fora produzindo cortes em sua pele. Talvez esse seja um dos significados de dor dilacerante.

Perto da audiência que decidiria se a guarda provisória seria concedida à família paterna, a Promotoria da Vara de Infância e Juventude convocou Ana, Theo e seus pais para uma oitiva, a qual os acompanhamos. Durante a conversa, a Promotora fala sobre as anteriores perdas de poder familiar sobre seus outros filhos. Ana diz que nunca mais quer passar por este sofrimento nem quer que seus filhos passem. A Promotora propõe então que Ana faça uma laqueadura, um procedimento que leva a esterilização através da obstrução das trompas. Um procedimento de esterilização definitiva foi proposto a uma jovem de 20 anos, que já havia gestado 5 vezes mas não era mãe de nenhum filho. À Theo, que já tinha outros 5 filhos, também foi proposto uma vasectomia. Estas propostas foram assinadas, como um compromisso entre os usuários e a justiça, guiados pelo medo e fragilidade daqueles dois sujeitos.

*****

Napolião (2019, p.50) aponta que foi nos EUA, na década de 1980, que começaram a ser formuladas respostas à questão da maternidade das chamadas “*crack moms*”, pautadas no campo da justiça e da área social. Gestantes usuárias de drogas eram alvo de processos criminais por abuso infantil, negligência, tráfico de drogas, encorajamento da delinquência em menores, entre outros, e algumas mulheres chegavam a ser encarceradas por crimes não relacionados ao uso de drogas para “proteção de seus fetos”. Anos depois,

não vemos mais um processo de criminalização desse tipo, mas o mais comum é que as mulheres usuárias de drogas sejam penalizadas com a retirada de seus filhos e com o julgamento social.

Em alguns momentos, vemos estas mulheres construírem outros arranjos como entregarem seus filhos a familiares ou amigos como forma de preservação dos laços com a criança e de se evitar a institucionalização. Mas ainda assim precisam lidar com o julgamento por terem “abandonado” seus filhos ou ainda estas famílias não são reconhecidas pelo Estado, já que escapam do ideal burguês de núcleo familiar.

Outra questão importante a ser apontada é que uma gestação produz uma série de mudanças para a mulher, tanto a nível físico, hormonal e emocional. Isso pode fazer com que se intensifique sua vulnerabilidade, por exemplo, porque ela não tem acesso a espaços de higiene pessoal com facilidade, conforto para dormir ou acesso a alimentação e nutrição adequadas, como também pode ampliar suas redes de apoio e ampliar seu acesso a cuidados (MOREIRA et al, 2004, p. 128). Embora estas questões não sejam de grande mistério, parecem ser ignoradas ao parirem. O que vemos é que, caso as crianças nasçam com questões de saúde que demandem maiores cuidados, a causa dessas questões é sempre atribuída ao uso de drogas, a despeito de toda situação de miséria e vulnerabilidade vivenciada durante a gestação, culpabilizando única e individualmente a mulher. E ali já apresentam a ela o seu primeiro fracasso no cuidado do seu filho.

O que não se discute é sobre o sofrimento destas mulheres diante da negação de seu direito de ser mãe. Segundo Moreira et al (2021, p. 129) e Malheiro (2018, p. 231), a saúde mental destas mulheres pode ser prejudicada diante das inúmeras violações que ela vivenciou antes, durante sua gestação e com a retirada do bebê, e isto pode fazer com que se intensifique o uso de drogas. Além disso, a impossibilidade de ser mãe pode fazer com que esta mulher passe por várias gestações, sendo cada uma com um novo sentido “pode significar escolha, pode significar perda, pode significar trauma, pode significar repetição, pode significar injustiça, pode significar separação e pode significar elaboração” (RIOS, 2017, p. 70, apud MOREIRA et al, 2021, p. 129).

Estas práticas passaram a ser tão rotineiras que, em 2017, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) emitiu uma nota pública em que repudia “toda e qualquer medida do Sistema de Garantia de Direitos que autorize a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de substância psicoativas”, entendendo “que tal medida trata-se única e exclusivamente de um ato discriminatório, desproporcional,

desnecessário e que, ao contrário do que se propõe, viola os direitos das crianças e adolescentes estabelecidos na Lei 8.069/1990” (BRASIL, 2017).

Esta nota é de grande importância pois reconhece que a prática de recolhimento compulsório destas crianças aprofunda a criminalização e a penalização da pobreza e da situação de vulnerabilidade social, apontando ainda que estes recolhimentos não são estendidos às mulheres que parem seus filhos na rede privada de saúde ou que fazem uso de drogas lícitas, como álcool ou tabaco e que, então, reforçam um estereótipo elitista, conservador e segregador que fundamenta a guerra às drogas. O texto também aponta que, apesar destas determinações se utilizarem da justificativa de proteção à criança, elas violam o direito de crianças, adolescentes e famílias, e que “a dependência química e a situação de trajetória de rua, bem como a ausência de recursos materiais não devem constituir-se como fundamentos para a retirada compulsória de bebês de mães nessa situação, conforme prevê Art. 23, § 1º da Lei 8.069/1990” (BRASIL, 2017).

A Nota Pública do CONANDA ainda reconhece o valor da Nota Técnica Conjunta 01/2016 do Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social a respeito da atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos, publicada em 2016, e que até hoje é a principal normativa de atendimento a esta população.

Esta Nota Técnica estabelece diretrizes e fluxos para atendimentos de casos como o de Ana e de Luana, fundamentando-se em marcos nacionais e internacionais que atribuem às mulheres, adolescentes e crianças a condição de sujeitos de direitos, sendo necessário garantir, entre tantos, o direito à convivência familiar e ao acesso a serviços de qualidade. Além disso, a Nota também reconhece que as necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool, crack e outras drogas são complexas e, portanto, demandam uma abordagem multissetorial e interdisciplinar, principalmente porque envolvem aspectos de saúde e também de exclusão social, cabendo a construção de uma aproximação deste público no espaço da rua e da construção de uma gestão de cuidados integrada (BRASIL, 2016).

A Nota Técnica aponta dois pontos que deveriam ser eixos norteadores das ações voltadas à maternidade destas mulheres: o primeiro, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que traz a convivência familiar e comunitária como direito da criança e do adolescente, e o segundo, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) e da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), que se constitui a partir da matricialidade sócio-familiar.

O direito à convivência familiar, priorizado através do contato com a família de origem natural ou extensa, tem como objetivo propiciar a crianças e adolescentes um ambiente que garanta a proteção, cuidado e afeto para o seu desenvolvimento. Ora, se argumenta a partir do senso comum: mas então deveríamos deixar que esta mulher retornasse para às ruas com seu filho? Como ele estaria protegido desta forma?

A questão que se coloca é que a garantia dos direitos da criança não pode se dar através da violação de direitos da mãe. O ECA declara que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 1990, art. 23). Ou seja, a pobreza e a situação de rua não podem ser motivos para a separação familiar. O que necessariamente deveria ocorrer é a articulação das diferentes políticas públicas, principalmente àquela do campo da Proteção Social, para que esta família seja alvo das ações de garantia de direitos, sendo incluídas em serviços e programas de proteção, apoio e promoção.

5.2. Entre territórios psicotrópicos e as prisões: violência como estrutura e drogas como amenidades

Em 2019 nos conhecemos, a voz era rouca, o sorriso largo e as memórias doloridas. Leo tinha 25 anos, sendo 8 vividos entre a rua e as prisões. Era difícil construir qualquer coisa com ele, as drogas estavam presentes em quase todo o tempo. Era difícil pensar ou organizar seus afetos. Ainda assim, algum vínculo se criou. A oferta era simples: presença, afeto, compartilhamento. Aceitou e seu cuidado passou a ser partilhado entre nós.

Tentamos, juntos. Algumas vezes, ele tentou bastante. Outras vezes, não conseguia mais tentar. Em um momento, diminuiu o uso da droga, saiu da rua, conseguiu um trabalho. Dizia que não queria morrer com fama de ladrão e também não queria voltar para o tráfico. Depois saiu do trabalho, voltou pra rua, aumentou o uso da droga. Não é uma trajetória linear. Por mais que ele quisesse, por mais que quiséssemos juntos, ele tinha uma história inteira para carregar junto a cada tentativa. Carregava o abandono do pai e a falta de afeto da mãe. Carregava a busca por uma parceira que lhe desse algo que nem ele sabia o que pedir. Carregava ausências que lhe doíam o peito e ele o preenchia com a fumaça da pedra. Ainda assim, continuávamos ali, construindo alternativas, possibilidades. Se perguntava se eu seria como sua mãe, que também iria embora. Talvez esta fosse a pergunta mais importante para o seu cuidado. Mas pensar sobre ela era doloroso. Pediu desculpas e, quase como quem não quer saber se a história se repetiria, ele mesmo decidiu por ir embora. Agradeceu e se despediu. Eu pedi que aguardasse e que pudéssemos conversar.

Leo disse que conversa não adiantava mais, tava doído demais falar. Atravessou a baía e neste mesmo dia foi preso. 13 de maio de 2021 e mais um jovem negro foi preso. 133 anos após uma suposta libertação do povo negro. Algum dia ele esteve livre?

*****

Bento dizia que havia parado de roubar, desde o dia em que, fugindo de um local do roubo, seu parceiro foi morto e, segundo ele, seu rosto foi parar no noticiário na televisão. Só ele viu, mas talvez fosse só quem importasse ter visto. Não conseguia trabalhar porque seu trabalho ao longo da vida tinha sido roubar e não tinha estudo. Além disso, trabalhos informais, como a venda de doces a que muitos jovens recorrem, ele não conseguia realizar. Temia que alguma das vítimas de seus roubos lhe reconhecesse.

Mas precisava de dinheiro. Pra viver e pra usar a sua droga. Era só isso que ele tinha. A família só o procurava quando ele tinha dinheiro. Não podia voltar para casa ou teria que voltar pro tráfico. Na rua, a droga apaziguava as memórias, a fome, o frio e a dificuldade de imaginar um futuro diferente do que era o seu presente.

Um dia, na onda, entrou em uma casa e tentou roubar uma bicicleta e um botijão de gás. Foi pego. Solto na audiência de custódia por ser réu primário e o crime não ter agravantes, retorna. Fala sobre não conseguir dormir à noite. Sobre a quentinha do presídio, com pelos. Sobre a sensação dos percevejos do colchão subindo no seu corpo e lhe agarrando a pele. Diz que não quer mais isso pra vida. Me pergunta o que fazer. Eu me pergunto o mesmo.

*****

A primeira vez que entrei em um presídio foi em 2023, para visitar Akin, um usuário que havia conhecido em 2019. Quando o conheci, era sua primeira semana na rua, tinha sido expulso pelo tráfico da favela em que morava por ter infringido algumas regras locais. Deixou lá mãe, irmãos, esposa e filho. Tinha 19 anos, negro, ensino fundamental incompleto. Já havia trabalhado como servente de pedreiro, mas suas principais atividades ao longo da vida foram traficar e roubar.

O primeiro roubo foi quando o filho nasceu. Sua esposa e seu filho ainda estavam no hospital, teriam alta e não havia dinheiro para comprar fralda. Pegou uma arma, uma moto, foi para um ponto de ônibus e conseguiu 5 celulares. Conseguiu vários pacotes de fralda. Não estou aqui dizendo que a necessidade justifica o ato, mas quando ele me conta esta história me provoca a pensar que outras possibilidades foram construídas na vida deste

jovem para dar conta das necessidades suas e de sua família. Que possibilidades eu posso pensar, como agente do Estado e como cidadã? Ou talvez, quantas impossibilidades?

Enfim, fato é que, depois desta história Akin foi preso. Depois foi solto. Depois foi preso e depois foi solto de novo. Mudou de território e depois retornou. Quando nos conhecemos, em 2019, Akin fazia uso de maconha. Mas, no seu tempo na rua, aprendeu a usar thinner e crack. Mas seu cuidado não parte dos efeitos do uso da droga na sua vida, mas só se torna possível quando ele consegue começar a narrar sobre o sofrimento que o leva até a droga. Até que ele foi preso novamente, pela sétima vez aos 21 anos, e chegamos ao dia em que eu fui pela primeira vez a um presídio para visitá-lo.

Entramos junto a equipe de saúde do presídio. Identificadas, sem celulares, entramos em um grande terreno, cercado por muros e com muitos portões. Os agentes penitenciários, todos muito solícitos com a equipe, me faziam indagar se o tratamento era o mesmo aos presos. Cada portão que se abria e trancava atrás de nós, fazia aumentar um burburinho, um som de muitas vozes abafadas, falando. As palavras não eram decifráveis, mas era o som de centenas de pessoas trancadas em quadrados fechados por portões falando sabe-se o que, sabe-se a quem. Quando passávamos por estes portões, os corpos se amontoavam na grade para ver quem passava. A maioria jovens, a maioria negros, todos de blusa branca, cabeça raspada. Eram todos uma grande massa, um grande número. Um grande burburinho que ninguém ouve.

Quando buscaram Akin para conversar conosco, o B-12, a cadeira dele foi colocada a cerca de 1 metro de distância de nós. Não podíamos ter qualquer contato físico. Também disseram para não sentarmos naquela cadeira. Era a dos presos. E não se sabia quem teria escabiose. Ele nos viu, sorriu, falou como estava. Contou que ali também estava Alex, outro jovem que ficava em situação de rua em Niterói e que atendíamos. Contou que, na semana anterior, Leo também estava lá. Mas que havia sido transferido para outro presídio. Perguntamos se ele conseguia refletir sobre estar preso ali, sobre os atos que o levaram até aquele lugar pela sétima vez. Dizia que sim. Perguntamos seus planos, o que pretendia fazer depois que ganhasse liberdade. Falava algo sobre trabalho, sobre “não fazer mais merda”, sobre tomar jeito. Muita gente falava para ele tomar jeito. Mas o que eu me pergunto é que jeito que tem pra ele tomar?

*****

No livro do Antônio Lancetti, chamado Clínica Peripatética, há um trecho de uma conversa, ocorrida em 1998 entre Antonio e Domiciano Siqueira. Nesta conversa, Domiciano fala:

> Entendo assim: nós vivemos numa sociedade que é feita e que existe para pessoas que têm o que vender ou têm o que comprar. Quem não tem o que vender ou não tem o que comprar, não dá; da sociedade não faz parte, a sociedade não é para essas pessoas. Os miseráveis, os pobres, os favelados, este grupo de pessoas, que é enorme e que está na periferia das cidades ou na periferia da alma da gente, não têm o que vender e não têm como comprar nada, então a sociedade não é para eles, e por isso eles estão fora (2008, p.58).

Domiciano continua na conversa dizendo que:

> “A única coisa que se pode dar a eles como possibilidade de ser igual aos outros é que, se eles tiverem alguma coisa para vender e, portanto, vendendo, têm como comprar outras coisas. Mas a única coisa que se coloca na mão dessa camada para vender é a droga; essas pessoas a vendem para poder ter algo, comprar aquilo que as pessoas que não vendem drogas também querem comprar” (2008, p.58)

Nesta conversa, Antonio e Domiciano seguem falando acerca da implementação de um programa de redução de danos em uma favela. E a droga é entendida como parte de uma rede de relações, onde há o usuário, o traficante, a família do traficante, os moradores da favela que não estão no tráfico. Há as pessoas de fora da favela que vão até lá para comprar as drogas, há a polícia que entra para “combater o tráfico” ou para pegar o “arrego”, há os políticos que andam em helicópteros ou aviões da FAB lotados de cocaína… E aí a pergunta como reduzir danos não pode mais ser respondida somente em relação ao usuário de droga e como ele vai reduzir os danos associados a este uso. Mas vamos precisar pensar para este usuário possibilidades de ampliação da vida e como reduzir danos sociais provocados por uma sociedade que democraticamente torna as favelas colônias e troca o tráfico negreiro e a escravização do povo negro pela guerra às drogas, em um mercado gerido não pelo chefe do tráfico ou frente da boca. Mas por homens brancos engravatados que ocupam cargos de chefia do Estado, netos ou bisnetos dos senhores de escravo, que ainda usam os corpos negros para produzir sua riqueza.

Nicodemos (2020, p. 133) afirma que é possível identificar uma culpabilização daqueles que circulam em territórios em que há comércio ilegal de drogas ou que fazem uso delas, o que está presente em variados discursos da cidade e que se respalda em uma política de criminalização. Nicodemos chama esses territórios, conforme o professor José Luís Fernandes (Universidade do Porto), de territórios psicotrópicos.

Domiciano, ainda no diálogo citado anteriormente, fala sobre como é difícil para essas pessoas que vivem nas favelas, nesse circuito do mercado das drogas, saírem desse mundo e construírem outras possibilidades. E, embora ele fale sobre os favelados, busco essa citação para pensarmos sobre as pessoas em situação de rua. Imaginemos que ele fala sobre Leo, Bento e Akin:

> A maioria não vai conseguir eliminar, sair desse mundo das drogas, e ir para um outro mundo, a não ser que vá realmente para um outro mundo, e não esse. Ela vai ter de elaborar tudo, ninguém consegue viver computando fracassos constantes e diários, mas a gente consegue viver considerando as nossas vitórias, por menores que elas sejam. A vila, a favela, esse povo que está lá; essas pessoas precisam de pequenas vitórias, porque, em todos os dias é despejado sobre elas um caminhão de fracassos. Além dos próprios fracassos que têm, existem todos os fracassos que o resto da sociedade joga, culpando essas pessoas por tudo que existe de ruim: são culpadas pelos assaltos; são culpadas pelas mortes; são culpadas pelos homicídios e pelo tráfico de drogas; tudo culpa delas! (LANCETTI, 2008, p. 68).
>
> Assim, eu consigo justificar e me convenço cada vez mais que a presença das drogas na vida dessas camadas periféricas, dos excluídos, nas favelas, se justifica justamente porque nós (...) deixamos que eles carreguem um peso que nós deveríamos carregar (idem, p.69).
>
> Num país como o Brasil, que tem como um de seus principais problemas o desemprego, o tráfico resolve esse problema: ele dá emprego para as pessoas e empregos muito mais viáveis em termos financeiros do que outros, porque não se vê traficante fazendo greve por melhores salários, as pessoas não precisam estudar, não precisam se formar, não precisam nada para poder trabalhar (...). As pessoas querem trabalhar e trabalham naquilo que deixam (idem, p.70).

Assim, buscamos refletir sobre as trajetórias dos jovens cujas histórias compartilhei trechos com vocês. Trajetórias individuais, mas também coletivas. Quando falamos sobre os principais motivos que levam as pessoas às ruas, três deles aparecem aqui: desemprego, uso de álcool e outras drogas e conflitos no território, devido a questões com o tráfico local ou com as milícias. A violência é presente nas trajetórias, sendo eles vitimados por ela ou mesmo como agentes. A violência é praticada pelo Estado, por suas instituições e agentes, pela sociedade e por seus pares.

5.3. Violência: estrutura ou ação individual?

A violência não pode ser entendida como um ato individual, esvaziado de sentido. Segundo Ignácio Martín-Baró (1985 apud MARTINS & LACERDA, 2014, p. 576), a violência é um processo histórico, pois aquele que a pratica também é resultado de um processo histórico. Dessa forma, a violência é “produto das relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que

é determinado por conflitos de classes" (MARTINS & LACERDA, 2014, p.576-577). Martín-Baró fala que, para uma ação ser violenta não é necessário existir intencionalidade e, por isso, é possível falarmos de uma estrutura social que é violenta, que cria condições sociais que fazem as pessoas agirem de determinada maneira.

Considerando isso e retomando os trechos do livro Clínica Peripatética, Martín-Baró fala sobre a violência estrutural, como causa primeira de qualquer modalidade de violência nas sociedades capitalistas. Isto porque a violência estrutural é o que sustenta uma ordem social em que uma minoria comanda uma maioria. O autor fala que a violência é parte constitutiva das instituições sociais, originando todas as outras formas de violência, inclusive a do oprimido (MARTÍN-BARÓ, 1985, apud MARTINS & BARCELOS, 2014, p. 577).

Destaca-se aqui que as instituições sociais violentas não são apenas aquelas que usam da violência direta como instrumento, como as instituições vinculadas à Segurança Pública ou à Ordem Pública. Mas todas aquelas instituições que oprimem, negligenciam e violam direitos, ainda que sob a falsa tentativa de garantir os direitos do sujeito ou de outros, têm como base de funcionamento a violência estrutural. Sobre isso, Nicodemos aponta que:

> Apesar deste extermínio evidente dos mais pobres e de sua segregação na cidade, as práticas institucionais existentes de controle dos corpos e o exercício do poder do Estado aparecem não apenas através desta via mais óbvia, a da polícia. O exercício deste poder surge também travestido de outros discursos, em nome do bem, como é o caso da assistência social, da assistência à saúde, da garantia de direitos, da educação etc (2020, p. 137).

Martín-Baró aponta que "na sociedade capitalista, sociedade em que a desumanização é estruturalmente produzida, a superação da violência demanda a supressão das estruturas injustas" (MARTINS & BARCELOS, 2014, p. 577).

Dessa forma, queremos aproximar o entendimento de Martín-Baró acerca da violência da nossa perspectiva de análise. Segundo o autor, a violência apresenta quatro fatores constitutivos (MARTINS & LACERDA, 2014, p. 578-579):

1. a estrutura formal: ou seja, se a violência é um instrumento ou um fim em si mesmo;
2. o aspecto pessoal: que diria respeito à característica individual do agressor que se reflete na ação violenta;
3. o contexto possibilitador: que é o ambiente imediato e as mediações históricas de uma dada situação social;
4. o fundo ideológico: que são os valores, processos de racionalização e interesses sociais constitutivos de um ato violento em uma dada realidade social.

Importante destacar quanto ao aspecto pessoal é que é possível eliminar elementos pessoais através de um processo de despersonalização do ato violento. Martins e Lacerda (2014, p. 579) usam como exemplo o exército ou a polícia, cuja instituição pode produzir uma série de normas e papéis sociais a serem desempenhados pelo sujeito que o desresponsabilizam pelo ato violento.

Outro exemplo importante trazido pelos autores citados diz respeito a criação da imagem do inimigo. Segundo eles, "o inimigo cumpre a função de racionalizar e justificar ações que, em outras circunstâncias e contra outras pessoas, não seriam aceitas" e "se torna foco de agressividade e desvia a atenção em relação a outros problemas" (MARTINS & LACERDA, 2014, p. 579). Este exemplo ilustra bem o tratamento dado às pessoas em situação de rua. Em vez de serem vistas como pessoas em risco social, elas são vistas como um risco para a sociedade.

Através de um grupo em uma rede social, podemos ver algumas postagens[10] que demonstram como a PSR tem sido colocada neste lugar de inimigo. Em uma publicação de 2018, uma usuária da rede social publicou:

> "*Sentar no bar da Ary Parreiras com Moreira Cesar depois de uma certa hora tá complicado. Muitos cracudos e viciados passando nas mesas pegando guardanapos para fazer seus cigarros de maconha, pedindo comida e se der mole levam seu celular. Socorro!!!!!*"

Em 2022, outro usuário da rede social faz uma postagem com fotos e vídeos, em que diz:

> *"FILMAGEM FEITA AS 18H SÁBADO DIA 20 AGOSTO 2022*
> *Mais uma vez pedindo socorro à Praça do Rink, tão esperando acontecer o que aconteceu com à praça São João ou caminho niyemar em frente ao espaço DCA virou um condomínio de mendigos e sem tetos cracudos em pleno centro de Niterói Socorro (nome de usuária) cade os vereadores da cidade sumiram todos nem sei se trabalham nesta cidade*
> *Alô Prefeitura de Niterói ajuda a cidade a viver e respirar".*

Em janeiro de 2026, uma usuária fez a seguinte postagem:

> "*Prefeitura de Niterói, não aguentamos mais pagar um iptu exorbitante e termos que conviver com moradores de rua, super agressivo, tentando entrar nos edifícios, tomem providências, na Av sete de Setembro na calçada da drogaria Raia, está morando "um casal q vivem se agredindo e causando pânico nos moradores q pagam os iptus para os governantes nada fazerem para nos proteger, estamos indignados!! (...)"*

Em uma postagem de 09 de janeiro de 2026, temos um vídeo com o texto "*Morador de rua matou outro morador de rua a facadas agora no Centro de Niterói*", vemos um

[10] Na transcrição das mensagens foi mantida a escrita e vocabulário conforme publicado, sendo preservada somente a identidade dos autores ou de pessoas citadas.

comentário de um usuário da rede satisfeito: “*Menos um*”, junto a um emoji de mãos agradecendo ao céu.

Nicodemos (2020, p. 132) traz como exemplo sua experiência de encontro ao Programa Rio Acolhedor, em 2014, com ações conjuntas da Secretaria de Assistência Social e da Guarda Civil Municipal, no Rio de Janeiro. Apesar de chamado “acolhedor”, a verdadeira intenção do Programa era “internar” compulsoriamente as pessoas que estavam nas ruas “retirando das ruas tudo aquilo que denunciaria ao mundo as desigualdades sociais presentes em nosso país durante os jogos do mundial de futebol”.

Essas postagens em redes sociais são tão comuns quanto as ligações e visitas que os serviços da Assistência Social recebem solicitando o “recolhimento” ou “limpeza” da cidade, referindo-se a retirada da população em situação de rua, afirmando que estes atrapalham, sujam e trazem a sensação de perigo para os cidadãos que pagam o IPTU mais caro entre todos os municípios do Rio de Janeiro. Neste sentido, cidadãos são apenas aqueles que têm moradia e os que não têm, não o são e encarnam a figura do inimigo.

Assim, complementam Martins e Lacerda (2014, p. 579), do ponto de vista político, “o inimigo ajuda a configurar as imagens ideais do que a sociedade deve fazer e ser, criando uma diferenciação daqueles que estão dentro desse padrão e dos que não estão”. Logo, temos “nós”, sociedade que está em risco causado pelos “outros”. E, do ponto de vista sociológico, a imagem construída do inimigo ajuda a fortalecer e justificar políticas repressivas, promover coesão e solidariedade interna em um grupo. Ou seja, através disto se justificam diversas ações repressivas e truculentas contra a população em situação de rua, realizadas de forma institucionalizadas por setores públicos, mas também ações individualizadas por parte da sociedade civil.

O que é importante também nos atentarmos é que a violência como um processo histórico, não é um ato que se encerra em si mesma. Mas produz efeitos que Martín-Baró classifica como efeitos psicossociais, que dependem da posição de cada sujeito envolvido. O executor da violência pode sentir um certo mal-estar com a realização do ato, o que também pode ser minimizado por crenças que naturalizam o processo violento. Por exemplo, não há mal estar em hostilizar, agredir ou mesmo solicitar o recolhimento de uma pessoa em situação de rua se ela é vista como um perigo, como o inimigo. Além disso, por conta do convívio com a violência, também há a possibilidade de sua naturalização.

Um ponto importante trazido por Martín-Baró (1984) é que o convívio prolongado com a violência pode fazer com que a sua execução seja tornada um hábito e uma resposta natural para a resolução de conflitos interpessoais. Assim, a violência contra a população

em situação de rua pode ser vista já como prática institucionalizada e naturalizada. Mas também pode ser naturalizada pela própria população e passar a ser utilizada como instrumento dentro das suas relações, como é comum vermos. O que nos leva à posição ocupada pelo objeto da violência, em que se pode criar passividade ou incitação à violência. Segundo Martins e Lacerda (2014, p.581) “o reprimido pode internalizar a violência como padrão de relação social”. Ou seja, na ausência da vivência e da possibilidade de desenvolvimento de práticas e relações pacíficas, a violência também pode se tornar padrão de comportamento para a própria população que sofre a violência. Isto muitas vezes vai servir para reforçar a imagem do inimigo, vendo este padrão de comportamento de forma isolada e sem entender sua contextualização histórica.

Por fim, a terceira e última posição que pode ser ocupada diante de uma violência é a de espectador, que pode reagir de diferentes maneiras. Quando há identificação com a vítima, o expectador pode se sentir frustrado e isso pode o tornar mais agressivo ou mais intimidado. Se não há identificação, o espectador tende a se distanciar e a desvalorizar a violência, podendo até se sentir bem com o fato. Ainda se destaca que o espectador também pode aprender a valorizar a violência, vendo-a como útil na resolução dos problemas (MARTINS E LACERDA, 2014, p. 581).

Por fim, Martín-Baró apresenta mais três fatores para analisar os efeitos psicossociais da violência, dos quais gostaríamos de destacar a classe social. Segundo Martín-Baró (1984, p. 509),

> A guerra não afeta, direta ou indiretamente, da mesma maneira os diversos setores que compõem a nossa sociedade. Aqueles que, dia após dia, morrem nas frentes de batalha, pertencem, em sua maioria, aos setores mais humildes de nossa sociedade, principal fonte do discriminatório recrutamento militar (...) E, novamente, são os setores inferiores os que são mais brutalmente golpeados pelo aumento no custo de vida, pelo crescente desemprego e pela piora no saneamento básico, deficiências que somam a uma situação socioeconômica que já é muito crítica.

Nicodemos (2020, p. 142) parece ir de encontro ao que fala Martín-Baró ao dizer que, no Brasil, o “processo segregador/ estigmatizador da pobreza promove uma intensificação das mazelas desses sujeitos, o que se agrava cada vez mais no contexto político, em que há cada vez menos políticas sociais para essas populações, e cada vez mais políticas francamente segregadoras e propostas francamente voltadas para o extermínio da população”.

Martín-Baró realizou seus estudos sobre a violência principalmente a partir da guerra em El Salvador. Entretanto, sua análise nos serve para pensarmos o nosso cotidiano que, apesar de mascarado, também é uma zona de guerra. A chamada “guerra às drogas” afeta

principalmente os setores mais vulnerabilizados da sociedade, nas ruas e favelas das cidades. Como citado anteriormente por Domiciano, o tráfico recruta jovens para o trabalho nesta guerra (LANCETTI, 2008).

Se olharmos para os dados acerca do sistema prisional brasileiro, veremos que a classe social e a cor interferem diretamente nesta dinâmica. Em 2021, o Brasil registrou 815.165 pessoas privadas de liberdade, um aumento de 7,3% em relação a 2020. O perfil dessas pessoas mostra que 46,4% têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são negros. Segundo os dados do Anuário de Segurança Pública, houve um aumento do percentual de pessoas negras presas: em 2011, 60,3% das pessoas presas eram negras, enquanto 36,6% eram brancas. Já em 2021, a proporção mudou para 67,5% presos negros e 29% de presos brancos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Apesar da redução do número de mortes em decorrência de ações policiais, em 2021 este número foi de 6.145. Entre os estados com a polícia que mais mata estão Amapá, Sergipe, Goiás, Rio de Janeiro e Bahia. Em relação ao estado do Rio de Janeiro, apesar da tendência nacional a redução do número de mortes, houve um aumento de 6,9% no total de mortos pela polícia, sendo este número de 1.356 vítimas.

Entre o total de vítimas, 99,2% são do sexo masculino e 74% têm até 29 anos. E, entre os com cor/raça identificados, temos que 84,1% são pretos e pardos. O anuário destaca ainda que as leis antidiscriminatórias não mudaram a realidade do racismo, mas fizeram com que sua expressão fosse mais sutil. No caso da polícia, a raça é recodificada no *tirocínio*, um conjunto de práticas e saberes informais e transmitidos oralmente no cotidiano do trabalho, que não falam diretamente em relação a raça, mas sobre um conjunto de características - como a forma que se veste, que anda, “atitudes suspeitas” - que se referem ao universo negro e periférico. Ainda assim, o Anuário também faz um apontamento importante: a vitimização dos negros não é ação exclusiva da polícia, mas consequência de uma demanda estrutural e histórica de eliminação do negro no pós-abolição (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

5.3.1. Paulo

Na lista das coisas mais difíceis que este trabalho já me levou a fazer está neste fato ocorrido com Paulo. Paulo tinha 21 anos quando nos conhecemos, em situação de rua há alguns anos devido a conflitos com seu padrasto. Saiu da Região dos Lagos e veio para Niterói. Frequentava o Centro POP, até que não apareceu mais. Voltamos a nos encontrar quando íamos às cenas de uso. Encontrava Paulo sempre de maneira rápida, passando

pela rua, bastante sujo, decorrente de sua atividade de garimpo. Sempre pegava um lanche, uma água, pouca conversa e seguia. Foi na insistência e na oferta de escuta que o vínculo se construiu. Em 2024, quando já estava atuando no Hotel Social, Paulo chegou para acolhimento pela primeira vez. Não era dos mais fáceis. Foi desligado, voltou, foi desligado de novo, foi preso e mais uma vez retornou. Neste último acolhimento, Paulo dizia que havia cansado dessa vida, “seis meses na cadeia é um inferno”. Queria poder crescer, ter uma casa, ter uma família, voltar a ter contato com a filha. Queria que seus pensamentos desacelerassem, que tivesse a calma que nós tínhamos para pensar. Mas para ele tudo era muito acelerado e o crack, era o estalo que fazia os pensamentos cessarem e as dores diminuírem. Como doía a distância da mãe, não saber o tamanho da sua filha. Como doía pensar nas violências que viveu e na falta de perspectiva que tinha pro futuro. Sempre que falava, chorava, constrangido pela boca e os olhos estarem alinhados em colocar as dores para fora juntos.

Apesar das poucas oportunidades, Paulo iniciou seu acompanhamento no CAPS ad, se engajou em alguns projetos. Comparecia em todas as suas audiências. Vou falar para vocês, o cara deu um azar danado. Foi preso pelas coisas que fez e até pelas que não fez. Tem gente que precisa nadar contra a maré mesmo. Em um desses processos, acompanhamos Paulo e logo depois buscamos pela sentença proferida pela juíza. Oito anos de prisão em regime fechado. Um jovem de 25 anos, que já estava em liberdade, que não teve as provas consideradas, que não teve seu depoimento ouvido, que não teve sua trajetória considerada, condenado a oito anos de prisão. Contar isto para ele foi um lamento e choro coletivo entre nós 3, ele, a sua assistente social e eu. Ele contava que saíria com mais de 30 anos. Quantos aniversários, quantos Natais, quantos carnavais perderia. De que adiantava todo o esforço, se no fim das contas ele já era culpado antes de ser julgado? Tentávamos falar algo que amenizasse, dizer que recorreremos, que ele não estava sozinho nessa. E nossos olhos também alinhados com os dele mostravam que a dor da possibilidade de perder mais um jovem para um sistema falido doía também em nós.

5.4. Redução de danos, drogas e sua relação com a Assistência Social

> Deixei o leito as 5 horas e fui carregar água. Olhei o barraco da Leila. Vi o José de Pinho no meio das vagabundas. Pensei: um moço tão bonito…
> No terreiro todos queixavam que o velório da filha da Leila foi de amargar. Que andaram a noite toda e não deixaram ninguém dormir… chegou o carro para levar a filha da Leila. Ela começou a chorar.
> Assim que a criança saiu a Leila foi beber.

> O que fico admirada é das almas da favela. Bebem porque estão alegres. E bebem porque estão tristes.
> A bebida aqui é o paliativo. Nas épocas funestas e nas alegrias".
> (Carolina Maria de Jesus, 2020, p.129).

Quando conheci Paulo em 2019, assim que comecei a trabalhar no Centro POP, ele frequentava o serviço quase que diariamente para tomar banho e solicitava documentação. Quase sempre participava das atividades coletivas que propúnhamos. Mostrava uma cicatriz extensa na barriga de quando foi esfaqueado. Também falava de sua filha, com quem gostaria de ter mais contato, mas era difícil para ele se organizar para ofertar sua presença e mais uma série de coisas que ele achava que precisava ofertar como pai. Mesmo que não tivesse nada nem para si mesmo.

Ao longo dos anos, Paulo se desorganizou bastante e deixou de frequentar os serviços. Em 2022, nos reencontramos através do trabalho que realizamos no território. Paulo estava bem mais emagrecido, com sua imagem mais deteriorada, sempre bastante sujo e um pouco mais avesso a aproximação e diálogo. Passava sempre apressado, trabalhando catando recicláveis, aceitava água e lanche e ia embora. Quando recebia a oferta de ir ao CAPS para tomar um banho, negava. Quando perguntávamos sobre suas documentações, não queria saber. Quando falávamos sobre benefícios, dizia não querer nada do governo. E seguíamos insistindo com presença e água.

Um dia, recebemos a notícia de que Paulo havia sido preso junto com Theo - sim, o mesmo Theo companheiro da Ana de histórias anteriores. Theo havia roubado alguns fios de uma loja abandonada e Paulo havia o ajudado a vender no ferro velho. Disse que não sabia que eram roubados. Passou 6 meses preso, junto a Theo. Theo recebia visitas da família, roupas e lanches. Paulo estava ali sozinho. Depois que foram soltos, decidiu que precisava mudar sua vida. Buscou acolhimento institucional, emitiu suas documentações, se inscreveu para receber o Bolsa Família. Conseguia sentar e passar horas conversando. De início, se culpava pelas escolhas erradas que fez. Por ter abandonado a escola e ter entrado no tráfico aos 11 anos. Perguntei a ele que outras escolhas ele poderia fazer. Precisava de dinheiro e só tinha 11 anos. É possível culpar uma criança pobre por fazer uma escolha ruim quando não há outras escolhas a fazer? Existe escolha entre continuar estudando ou ter o que comer?

Paulo conseguia refletir que seu uso de crack era desmedido, que o prejudicava muito, pois ele não tinha controle. Trabalhava o dia todo e usava o dia todo. Quando ia no ferro velho vender seu garimpo, ganhava de brinde uma dose de cachaça. Dizia: "um pão com mortadela ninguém dá de brinde né?". Mas o período que passou na prisão, foi sem

uso. Havia saído há um mês e estava mantendo só o uso da maconha. Mas dizia que estava difícil. Tinha parado de circular pelos lugares que antes circulava para evitar a mesma rotina de antes, se mantinha a maior parte do tempo dentro da unidade de acolhimento. Só podia fazer as três refeições que eram ofertadas na unidade, pois não tinha dinheiro nem mesmo para um lanche. A única coisa que sabia fazer era garimpar, mas o garimpo lhe levava ao uso. Tinha ensino fundamental incompleto, nenhuma experiência formal de trabalho, os dentes desgastados pelo uso de crack e ausência de cuidados. Quem lhe daria um emprego?

Um dia, ficou muito difícil e ele acabou dormindo fora e fazendo uso do crack. Voltou extremamente frustrado consigo mesmo. Chorava como eu nunca havia visto antes. Dizia que não tinha mais jeito, que ele não conseguiria ser diferente nem fazer coisas diferentes para a sua vida. Tinha a sensação de que havia jogado no lixo este um mês em que havia ficado sem usar. Falava sobre a ansiedade por querer construir projetos, por querer rever a filha, por querer ter sua casa e sobre como via tantos obstáculos que o impediam disso.

Nossa conversa girou em torno da não linearidade do nosso caminho. Sobre como às vezes a gente tropeça e que esses tropeços fazem parte do caminho. Sobre ele ter uma questão de saúde que precisava cuidar. Sobre a importância de Paulo entender que a miséria e a violência adoecem, e que a gente precisa de cuidado para isso. Ouviu com espanto eu lhe dizer sobre como seu problema não era o crack, mas a fome, a solidão e o desamparo. Sobre como ele não tinha recursos para lidar com o seu sofrimento que ele nem mesmo conseguia reconhecer como sofrimento. Primeiro, porque “homem não chora”, segundo porque ele é “vagabundo” e terceiro porque usa drogas por “falta de vergonha na cara”. Discursos cotidianos que aprisionam sujeitos em lugares de repetição e descuido.

Construímos um planejamento de cuidado. Pensamos, sem dizer isso a ele, sobre como reduzir danos. Convidei uma parceira do CAPS ad para conhecê-lo na própria unidade de acolhimento. Depois, o acompanhei até o CAPS para conhecer o espaço. Fizemos a carteirinha do Médico de Família próximo para que ele pudesse cuidar da sua saúde. Construímos a possibilidade dele visitar sua família, de uma forma extremamente sigilosa para não o colocar em risco. Também incluímos na sua rotina atividades do Centro de Convivência e Cultura e de um projeto social do território. Para reduzir os danos relacionados ao uso da droga precisamos ampliar as possibilidades de vida de Paulo. O problema não é o crack. O problema é quando a gente só tem a pedra para lidar com o sofrimento de tantas outras pedras no caminho.

****

Ao longo da minha trajetória profissional, fui apresentada a Política de Redução de Danos. Mais do que uma política pública - sempre ameaçada - a Redução de Danos sempre se apresentou a mim como uma ética de vida, uma estratégia para lidar não somente com o uso de substâncias, mas com tudo que atravessa existências extremamente vulnerabilizadas.

A Redução de Danos surgiu no Brasil na década de 1980, no auge da epidemia de HIV. Pessoas adoeciam e morriam por um vírus que não se conhecia. Algumas pessoas morriam mais que as outras. Ainda não existiam tratamentos. Cada dia era uma nova descoberta e uma tentativa de frear o número de mortes.

Em 1989, foi colocada em prática uma das primeiras ações de Redução de Danos documentada no Brasil. Em Santos, um grupo de profissionais de saúde começou a distribuir seringas descartáveis, preservativos e orientações acerca das formas de transmissão do HIV e possíveis cuidados. A ideia de distribuir as seringas descartáveis era de diminuir o compartilhamento de seringas entre diversos usuários de drogas injetáveis, diminuindo também o risco de transmissão de HIV. Assim como os preservativos também cumpriam a função de reduzir a transmissão de HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis.

Na década de 1990, entretanto, o Brasil foi atravessado por outro importante fato que demandaria repensar a redução de danos. O crack começa a ser mais utilizado, diminuindo o consumo de drogas injetáveis. A ideia logo fez com que as estratégias de Redução de Danos deixassem de ser parte de uma política do campo das IST e HIV e passasse a ser responsabilidade das políticas de saúde mental. Entretanto, a associação entre uso de drogas e IST não deixou de existir.

Segundo Petuco (2020, p. 96), em 2014 foi publicado estudo indicando que a prevalência do HIV\Aids entre pessoas que usavam crack era 8 vezes maior do que na população geral. Mas, com uma via de transmissão não comprovada - através do compartilhamento do cachimbo - o que explicava essa maior relação entre uso de drogas não injetáveis e transmissão do HIV?

Pesquisa de Bertoni e Bastos (2014, apud PETUCO, 2020, p.97) indicam que “grande parte da população apresenta diversos comportamentos de risco e estão inseridos em contextos pauperizados, violentos e frequentemente carentes de qualquer infraestrutura mínima que seja (como uma fonte de água corrente)” e então as ações de prevenção ao HIV e de redução de danos não deveriam ser restritas ao âmbito da saúde já que “estas situações de risco possuem profundas raízes sociais”.

A este momento histórico, Petuco (2020) nomeou de Primeira Onda da Redução de Danos. Assim como uma onda não termina para outra começar, estas divisões são apenas para ilustrar os movimentos, não sendo divisões rígidas que finalizam para outra começar. A Segunda Onda diz respeito à incorporação da Redução de Danos como direção de cuidado da Saúde Mental, inspirada pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica. A Redução de Danos, antes estratégias criminalizadas, passa a ser parte da diretriz de cuidado a partir da Política de Atenção Integral para Pessoas que usam Álcool e Outras Drogas, de 2003.

A Política não determina um manual de como reduzir danos, mas dá direções éticas que nos impulsiona a pensar o cuidado a partir disto. Petuco (2020, p. 99) aponta como direções afirmar que pessoas sob efeito de drogas têm direito de serem atendidas e que os serviços devem acolher pessoas que não querem ou não conseguem interromper o uso, nos levando a refletir e a inventar caminhos de cuidado junto a estes sujeitos.

Na Terceira Onda da Redução de Danos tem maior destaque aspectos dos direitos humanos e do desenvolvimento social. A Redução de Danos passou a ser tensionada a reconhecer as interseccionalidades que atravessavam as políticas e os sujeitos, como questões de raça, gênero, orientação sexual, classe social e outros. A partir da década de 2010, várias iniciativas e programas governamentais foram criados buscando construir intervenções que não diziam respeito somente ao uso de drogas, mas ao contexto social e comunitário onde o sujeito está inserido e seus atravessamentos. São exemplos o Programa Atitude (2011), em Pernambuco, o Programa Corra para o Abraço (2013), na Bahia, e o Programa De Braços Abertos (2014), em São Paulo.

O que esses programas apresentavam era a ideia de que a Redução de Danos, no contexto latino americano, deveria incorporar “a proteção contra a violência e o desencarceramento como elemento intrínseco”, pois “o principal dano que se quer reduzir é a violência e o encarceramento que estão ligados principalmente às dinâmicas dos mercados de drogas” (RATTON, JL & WEST, R, 2016, apud PETUCO, 2020, p. 101). Os programas incluíam não só ofertas voltadas à saúde, mas também voltadas às áreas de educação, cultura, direitos humanos, trabalho e renda, moradia, justiça, assistência social, entre outros.

Agora, você deve estar se perguntando: mas o que que isso tudo, que fala mais de SUS e saúde até agora, tem a ver com Assistência Social? Acompanhem aqui onde vamos chegar.

A Redução de Danos (RD), mais do que uma técnica e uma ação, ela é uma ética de vida e de trabalho, como mencionei. Como uma ética, ela inspira uma postura diante

das questões que são colocadas a nós. A RD nos convida a pensar fora da caixa, a entender que é preciso construir estratégias de cuidado conjuntamente, que não tem um manual, uma receita de bolo. Não tem um passo a passo. O que é bom, porque nos obriga a pensar no caso a caso, mas também é ruim porque qualquer coisa vira “redução de danos”.

Enquanto uma política pública de saúde, a RD busca construir programas, ações e práticas que possam minimizar danos associados ao uso de álcool e outras drogas. Dessa forma, a RD não foca na abstinência e prioriza a autonomia e o desejo do sujeito. Se ele deseja interromper o uso de drogas, vão ser criadas conjuntamente estratégias que se adequem a realidade dele e que o ajudem a alcançar este objetivo. Se o desejo é interromper o uso de uma droga e não de outra, ou se é não interromper nada, mas ter uma vida minimamente organizada mantendo o uso, novas estratégias também vão ser construídas neste sentido.

Dentro do campo da Assistência Social, dificilmente nos debruçamos sobre o tema do uso de álcool e outras drogas. Ou é jogado na conta da saúde ou na conta da polícia, o que considero um grande equívoco e que cria grandes barreiras e lacunas no desenvolvimento do nosso trabalho.

Embora exista poucas literaturas e orientações sobre o tema, há uma cartilha pouco conhecida e extremamente necessária do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, publicada em 2016, chamada: *Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às Famílias e aos Indivíduos em situação de Vulnerabilidade e Risco Pessoal e Social por Violação de Direitos associada ao Consumo de Álcool e Outras Drogas*.

Esta Cartilha vai embasar a teoria que queremos apresentar aqui: as estratégias de proteção social e acesso/garantia de direitos, no escopo da Política de Assistência Social, também podem ser consideradas estratégias de Redução de Danos.

Primeiramente, há que se concordar que o uso prejudicial de álcool e outras drogas é uma questão complexa e multifatorial, demandando também respostas complexas e multifatoriais. Pensar em intervenções individualizadas, somente no campo da saúde, desarticuladas das demais políticas públicas é construir intervenções fracassadas desde a sua origem. A Cartilha de Orientações Técnicas nos diz que “As estratégias construídas pelo Estado para fazer frente a estas questões precisam ser intersetoriais, envolvendo as áreas de saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, lazer, trabalho, habitação, qualificação profissional, segurança pública, dentre outras, como direito de cidadania” (BRASIL, 2016, p. 19).

Assim, entendendo que o SUAS é de quem dele precisar, mas tem como público prioritário pessoas em situação de vulnerabilidade e/ ou risco social, há que se pensar em incluir pessoas em uso prejudicial de substâncias, partindo de dois pontos que vão balizar nossas intervenções: o uso pode agravar as situações de vulnerabilidade ou situações de pobreza e vulnerabilidade podem contribuir para o uso prejudicial.

A Cartilha (BRASIL, 2016, p. 35) destaca alguns pontos que reforçam a exclusão social de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e que deveriam ser pontos de atenção para os serviços do SUAS:

1. A associação entre uso de drogas e delinquência, ou seja, a equivocada ideia de que quem faz uso de substâncias comete crimes,
2. O estigma atribuído aos usuários, que reforça a segregação,
3. O tráfico como uma alternativa de trabalho e geração de renda para as populações mais empobrecidas, em especial à utilização de mão de obra de jovens neste mercado;
4. A ilegalidade do uso, impedindo a participação social de forma organizada,
5. O tratamento desigual, em termos de penalização e alternativas de intervenção, para todos aqueles envolvidos na cadeia produtiva das drogas.

Assim, a Cartilha destaca as diretrizes do SUAS acerca do direito à cidadania e a integralidade, o que nos conduz a deslocar o olhar não para as drogas e seus usos, mas para os sujeitos:

> Trata-se de não fixar a atenção somente no que mais diretamente se relaciona com situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, associada ao consumo de álcool e outras drogas, mas acolher as demandas reais dos sujeitos, inclusive naquilo que parece não ter relação específica com as drogas (BRASIL, 2016, p. 46).

Tendo como ponto de partida a escuta qualificada, o acolhimento das demandas dos usuários dos serviços, a territorialização das ações, a integralidade e a intersetorialidade, a tarefa do SUAS é de acolher os sujeitos em sua diversidade, em suas fragilidades e também em suas potências. É buscar construir caminhos, junto às demais políticas públicas, entendendo que as vulnerabilidades individuais e sociais são parte da complexidade daquele sujeito e daquela comunidade e que vai exigir também respostas complexas e articuladas.

Mas, se a Redução de Danos nos convida a inventar caminhos e alternativas, a romper com as caixinhas, a materializar um cuidado com a vida implicado com a garantia de direitos, não seria o trabalho dos serviços da Assistência Social também ações de

Redução de Danos, ao viabilizar direito à cidadania, a acolhida, a renda, a moradia, a segurança alimentar? A Assistência Social, enquanto parte do Sistema de Garantia de Direitos, ao fortalecer a autonomia e os vínculos dos sujeitos, ao possibilitar se reconhecer e ser reconhecido como um cidadão e um sujeito de direitos, não estaria aí sendo uma grande operadora da Política de Redução de Danos? Minha aposta é que sim, é possível que seja. Não enquanto Política prescrita, mas possivelmente a política encarnada, aquela que a gente faz no dia a dia. Afinal, os maiores redutores de danos são aqueles que partilharam das vivências daqueles que se colocaram a caminhar juntos. Estamos dispostos a estar nas ruas, nas vielas, nas casas modestas, nas malocas para garantir direitos e reduzir danos? Eu espero que sim.

6. Considerações Finais

6.1. Diário de afetos: ou um convite à imaginação.

Chegamos a uma encruzilhada. A encruzilhada é fim e começo, é possibilidade, escolha. Ela é tudo e é o caminho. Tudo que foi narrado, analisado, explicado chega a um ponto em que viram instrumentos para nossa caminhada.

Não foi fácil chegar até aqui. Não é fácil se aventurar no meio acadêmico sendo uma estudante trabalhadora, em tempo integral. Não é fácil escrever sobre o que nos aflige diariamente. Escrevo uma história, ainda não digeri meus afetos em relação a ela, mas meu corpo e meus afetos já estão sendo convocados a outro encontro, a outras histórias. Não consegui registrar aqui nem mesmo um terço das histórias que gostaria que vocês conhecessem. Mas são registros do possível.

Além disso, este texto não é uma denúncia, uma queixa ou uma representação. São registros de um diário. São narrativas datadas. Pode ser que as coisas ainda estejam iguais, pode ser que tenham mudado. É um convite à imaginação. Mas só posso contar daquilo que vejo, sinto e vivo.

Aqui, coloco meu diário, meus afetos e a escrevivência das histórias e saberes que foram oralizados até mim e convoco vocês a imaginarem. A se deslocarem dos seus lugares, a experimentarem afetos. Não pretendo dar respostas, nem explicar o que quero dizer ou o que quiseram dizer quem me disse tais coisas. Não há respostas. Isto é um diário e não uma folha de evolução em um prontuário. Não é uma história da Psicologia, nem da Assistência Social, não são leis, nem cartilhas. Só há uma tese: é preciso sair da obviedade, do lugar institucionalizado, estranhar histórias polarizadas, o certo e o errado, o bom e o ruim, a paz e o medo. A tese é que precisamos viver e extrair saberes dos encontros

encarnados. Mesmo daqueles com mau cheiro, com unha suja, sentados no meio fio. Este é um convite a vocês ocuparem a encruzilhada. Imaginem aí.

I. _____[11]

Ela chegou como um raio, no susto, muito rápido, com sua luz e ruídos característicos. Confesso que foi aqueles raios que pegam a gente desprevenida porque não acreditava muito que ela chegaria. Mas ela sempre surpreende. Quem espera um raio?

Entrou na sala, olhou as fotos que temos no armário e perguntou se aquela sala era só minha. Se fosse, podia deixar as fotos. Eu disse que era nossa, minha, das meninas e dela. Ela podia sempre ir ali. Encostou na parede e, como se agora se sentisse num espaço seguro, mostrou os arranhões. Braços, pescoço, nuca. Disse que tinha acabado de ser agredida pelo companheiro, arrastada de um lado a outro e apanhado de madeira. As costelas doíam, o pescoço doía. Eu perguntei o que houve. Disse que era besteira. Nada disso era besteira. Disse então que ela já passava o dia todo no sol, em busca de dinheiro para ela e para ele, que não fazia nada. A única coisa que queria era respeito. Mas, quando o cobrava, era mais desrespeitada ainda. Perguntei porque ela ainda estava nessa relação, se ela não achava que merecia um pouco mais que isso. Disse que, aos poucos, estava deixando de gostar dele. Às vezes gostar custa muito. Às vezes custa muitos arranhões e algumas costelas. Não aceitou ir ao médico. Só quis água e um aromatizador que estava na sala. Posso levar? Levou e foi embora, como um raio. Mas a tempestade ficou.

II. _____

Já comentei em algum momento anterior desta escrita acerca da transitoriedade das relações que construímos. Alguns chegam, construímos um vínculo e depois eles vão embora. Vão por conta própria ou vão presos ou são mortos. Essa história é sobre espera e sobre quem não volta. E, pra mim, é doloroso cada palavra desta. Mas esta história precisa ser registrada. É uma memória que precisa ser contada e que não pode ser repetida.

Eu conheci Amenza sentada na calçada, dizendo que não precisava de nada. Tinha saído da prisão há pouco tempo, tinha ficado lá por sete anos. Não tinha casa, não tinha documento, a família vivia em uma ocupação. Ela estava ali porque soube que seu marido,

[11] Os trechos do diário não tem título. Convido vocês à leitura e a nomearem como quiserem.

Leo, que também estava preso, tinha sido solto naquela semana. Ela o esperava aparecer para então decidir o que eles iriam fazer e aí o que ela precisaria.

Amenza era uma mulher negra, bem magra, um pouco mais alta que eu. Tinha os cabelos cacheados na altura dos ombros e bem pretos. O sorriso largo e um pouco amarelado. Tinha cicatrizes na região do tórax e do braço de cortes feitos por ela mesma. Às vezes, as coisas ficavam difíceis e ela precisava colocar para fora. Uma das maneiras era abrindo espaço para essas coisas saírem pela própria pele. Ela nunca havia falado sobre isso antes, me falou uma vez, e pediu que não falássemos mais.

Um dia, Amenza chegou e não lhe deram o que ela queria. Não sei ao certo o que era, não me contaram. Mas me contaram que ela pegou um pedaço de madeira e quebrou a golpes todos os armários de guarda de pertences da recepção. Na semana seguinte, ela estava lá, lavando os banheiros e dizendo aos outros usuários que tínhamos que conservar o espaço. Com sua caixa de doces, chegava e distribuía os chicletes para “adoçar nosso dia”. Amenza era assim, uma mistura de dores, alegrias, violência, cuidado e doçura.

Leo, seu marido, era um homem negro alto, muito alto. Não era de distribuir sorrisos, ele mantinha uma posição de liderança, era respeitado pelos outros usuários. Organizava a calçada, a limpeza do serviço e os pertences na quadra. Nunca havia conversado com ele, até que um dia fui à quadra e, para explicar um encaminhamento para outro usuário, sentei no seu colchão. Precisava desenhar um mapa para ele entender onde ele deveria chegar. Quando saí, Leo me chamou e disse que não era qualquer um que sentava em colchão de “morador de rua”, que eu era “de verdade”. Não sei o que isso significa muito bem, mas foi o ponto de partida para nos aproximarmos.

Leo já tinha seus 33 anos e grande parte deles vividos entre a rua e a prisão. Estava preso há oito anos, havia saído recentemente em liberdade condicional. Sua sentença era de muitos mais anos. Assumia seus crimes, menos um. Dizia que fazia arrastão em carros. Entretanto, foi acusado de ter roubado uma confecção de roupas, ameaçado a dona com uma faca. Disse que isso nunca fez. No julgamento, a vítima o reconheceu como quem cometeu o ato. “Pra eles, preto é tudo igual, tem tudo a mesma cara… a mesma cara de bandido”, ele me dizia.

Quando eu precisava ficar sentada na recepção do serviço, ele colocava uma cadeira do meu lado e passávamos horas conversando. Contava sobre sua infância, sobre o tempo no tráfico, sobre sua família, o amor pela sua mãe, que já era idosa e adoecida e ele não queria levar preocupações. Fazia planos de formar uma família com Amenza, de poderem ter uma casa e ele poder conseguir um trabalho.

O sonho de Amenza era ter um filho. Decidiram que, embora não estivessem nas melhores condições de vida, iriam começar a tentar um. Ela vendia doces, ele buscava um trabalho formal em uma ONG voltada para egressos do sistema prisional. Ele também tentava vender doces, mas dizia que era difícil que as pessoas o deixassem se aproximar: “imagina um negão desse tamanho, com tornozeleira (eletrônica) chegando perto de você?”.

A relação entre Amenza e Leo era, como qualquer relação, de altos e baixos. A diferença é que a relação deles era pública. Quando você vive na rua não existe essa história de vida privada. Sabíamos quando eles estavam bem, sabíamos quando haviam brigado. Mas bem ou mal, Amenza fazia questão de declarar que Leo era o grande amor da sua vida. E Leo, apesar de poucas palavras, demonstrava seu afeto em todo o cuidado que tinha com Amenza. Ajudava ela a cuidar de sua saúde, ia junto com ela ao CAPS ad para estimular que ela fizesse seu tratamento. Ele nem mesmo usava drogas.

Entre caminhadas e paradas, íamos construindo um caminho de cuidado e de possibilidades para que esta família pudesse cuidar de suas dores, concretizar seus planos e viver seus afetos. Até que esta caminhada foi interrompida.

Era manhã do dia 16 de novembro de 2019, Amenza aborda um homem que passava em uma rua do Centro de Niterói. Ela pedia um real. O homem nega e ela insiste. O homem saca uma arma e dá um tiro em Amenza. Ele vai embora, caminhando normalmente, enquanto Amenza se contorce de dor no meio do asfalto e outras pessoas em situação de rua pedem socorro. Naquele dia, Amenza morreu.

Leo cuidou de avisar a família dela, cuidou do registro de óbito e do enterro. Foi à delegacia, prestou depoimento. Não derramou uma lágrima. Saiu do abrigo em que estavam, voltou para as ruas. Entrou em uma sala, me entregou uma cópia do registro de óbito e pediu “guarda pra mim”. Acolhemos ele em outra unidade. Foi difícil se desfazer dos planos que havia feito em conjunto. Não haveria mais casa compartilhada, não haveria mais filho, não havia mais de quem cuidar. Semanas depois, Leo foi preso. Estava andando em uma bicicleta de outra pessoa. Essa bicicleta era roubada. Disse que não havia roubado, mas não disse quem havia feito. A rua tem suas regras. Foi preso por receptação. Eu ainda guardo o registro de óbito de Amenza. Ainda aguardo que o homem que a matou e caminhou tranquilamente depois seja condenado. Ainda espero que Leo possa sair e colocar uma cadeira do meu lado para que a gente possa conversar e compartilhar o quando a Amenza faz falta por aqui.

III. _____

Dia desses, eu estava com um problemão na vida. Sentei em frente ao mar, na companhia de um amigo pra desabafar. Meus desabafos vêm, em geral, regados a muitas lágrimas, chorona que sou. Naquele dia, era um problemão meu, que eu até esqueci que em todo canto circulavam pessoas que poderiam me reconhecer nesse momento de sensibilidade.

Dito e feito. Nicolas chegou correndo, todo atrapalhado, com o filho nos ombros: Tia Ivana, o que que tá acontecendo? Tá precisando de alguma coisa? Afirmei que estava bem, ele me fez confirmar três vezes que estava tudo bem mesmo. Disse que era para chamá-lo se eu precisasse.

Dias depois, Nicolas veio me visitar no trabalho. Já estava "na onda", segundo ele, curtindo o aniversário do irmão. Mas disse que, estando bem ou mal, ele sempre passaria ali pra falar comigo. Que já entendeu que eu respeitava a onda dele e ajudava com o que não estivesse bom. E, do nada, disse que ele também podia ajudar com o que não estivesse bom pra mim. Disse que sabe que às vezes a gente derrama lágrimas de amor, mas elas só valem se depois vierem lágrimas de alegria. Que eu vou saber quando as lágrimas forem de crocodilo e, quando forem, que eu devo fugir delas, porque eu mereço o amor mais bonito do mundo. Porque eu dou amor. E a gente merece aquilo que dá. Falou sobre como ele e a companheira construíram uma família entre trancos e barrancos. Ele nunca teve uma família para se inspirar no que fazer. Mas ele sabe o que não tem que fazer. E ali, na rua, ele aprendeu sobre violência, mas também sobre amor e respeito. Disse que é isso que eu tenho que levar comigo. Aquilo que eu tenho e que eu dou é o que eu tenho que receber. E quem não me dá isso, não tem que ter lugar na minha vida.

Agradeci, engoli as lágrimas e me despedi. Todo mundo sempre tem um tanto pra nos ensinar.

IV. _____

Lá estavam as seis mulheres novamente andando pelos becos da cidade que ninguém queria andar. Mas seis mulheres andando por debaixo de viadutos às vezes atraem olhares indesejados.

Neste dia, foram duas motos policiais que, curiosos com a cena, pararam à distância para observar. Na dúvida se ficariam só observando ou se aproximariam, decidimos nos dividir e ficamos em duas para trás, quase como se aqueles dois corpinhos minúsculos fossem fazer uma barreira para as motos.

Alguns minutos depois e nossa aposta se tornou realidade. As motos se aproximaram. Um policial parou do nosso lado, perguntou quem éramos, o que estávamos fazendo ali. Disseram que ficaram preocupados. Enquanto nos apresentávamos como trabalhadoras da Assistência Social e da Saúde Mental, a outra moto, com dois policiais mascarados, a da garupa com a arma em punho, circulava a maloca onde estavam os usuários e o restante da nossa equipe. Em meio a um interrogatório, vimos acontecer o que os usuários narram cotidianamente sobre as abordagens truculentas e intimidadoras.

A moto circulava os usuários na pretensa ideia de controlar o perigo que representavam. Enquanto, para a equipe que tentava não se intimidar, os usuários mostravam o creme de leite, o frango e a batata palha que compraram. Hoje era dia de estrogonofe. Um dia normal, de quem vive na rua.

Terminado o espetáculo, as motos seguiram, com nossos nomes e contatos. Pedimos desculpas aos usuários e pedimos que eles nos dissessem caso a nossa visita trouxesse repercussões ruins para eles posteriormente. Disseram para ficarmos tranquilas, que aquilo acontecia todos os dias, policiais abordando as mesmas pessoas, mesmo sabendo que eles não roubavam, mas estavam ali, na rua, já estavam acostumados.

Mas tem coisas com as quais não deveríamos nos acostumar.

V. _____.

Em uma conversa rotineira, contei pra uma amiga que havíamos localizado uma usuária que atendemos e estava sumida há dias. Falei do alívio e da angústia pelo sumiço e pelo duro trabalho que vem em seguida. Ela me questionou: alívio por ela estar viva né? Sim, a gente nunca sabe.

Eu acho que, de fato, uma das maiores angústias é não saber se aqueles meninos que vivem nas ruas estão vivos e bens. Curioso essa ser nossa maior preocupação, mas passar longe do imaginário de grande parte da população. Para muitos, a rua é um risco. Depois de determinado horário, a atenção é redobrada. Roubos, tráfico, mortes, o perigo vem de todos os lados e de todos os jeitos. É comum ainda vermos relatos de como uma rua cheia de "moradores de rua" ou "mendigos" ou "pedintes" é ainda mais arriscada. Sempre tem alguém cujo amigo, irmão, sobrinho foi atacado por eles. Questão curiosa (pra não dizer cruel) é porque esses que vivem nas ruas, tão perigosas para uns, são vistos como risco e não como pessoas em risco também? Quem alimenta essa narrativa de que a existência de alguns é sinônimo de perigo para outros?

Sobre narrativas, me lembro da Chimamanda[12] falando do quanto somos impressionáveis e vulneráveis com as histórias que ouvimos, aquela versão que nos é apresentada, repetida e reelaborada ganha status de verdade. Esse é o perigo da história única. quando mostramos um povo como uma coisa, somente uma coisa, repetidamente, será isso que ele irá se tornar, Chimamanda diz mais ou menos com essas palavras.

Então, quando repetimos que aquelas pessoas são todos os perigos que existem, que elas são todas aquelas coisas ruins, a gente cria um estereótipo que pode até não ser mentira, mas que é incompleto, parcial e vai servir ao interesse de alguém. Não é uma verdade absoluta. E é um fato que insistir só nas histórias negativas, nas experiências ruins, nos erros, silencia vidas e negligencia histórias e experiências que fazem aquela pessoa ser quem é e possibilita ou impossibilita que ela seja quem ela quer ser.

Assim, o que eu quero dizer é: fujam das histórias únicas. Desconfiem dos estereótipos. Olhem pras pessoas e as vejam. Não repitam essas histórias que roubam a dignidade das pessoas. Não alimentem um mundo em que a vida de alguns vale menos. Sintam o alívio e a paz de encontrar essas pessoas e de conhecer suas histórias reais e diversas.

VI. _____

Depois de muito ser jogada para lá e para cá, fui parar no Hotel Emergencial. Esta unidade de acolhimento foi criada no período da pandemia de Covid-19 (em 2020) a partir de conversas entre a subsecretaria e a equipe que até então trabalhava no Centro POP, para tentar acolher e ofertar para a população em situação de rua algo próximo da recomendação de “fique em casa”. Assim, o Hotel Emergencial foi criado e foi mantido como unidade permanente da Prefeitura e, em maio de 2023, eu fui parar lá. Contra a minha vontade, mas sem saber que seria uma das melhores experiências.

Deixei minhas colegas de trabalho, com vínculo de quatro anos, que pareciam quarenta. A gente já sabia se comunicar pelo olhar e pelo silêncio. A gente conseguia pensar saídas e complementar o pensamento uma da outra. Era como uma dança em que ninguém conduzia ninguém porque nós conduzíamos juntas e íamos convidando outros para nossa roda. A Natalina e a Aline me deram muito colo e coragem pra ser quem eu sou, como pessoa e profissional.

[12] Em 2009, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie fez um discurso em uma Conferência TED Global intitulado “O perigo de uma história única”. Este discurso é tão rico que foi adaptado e publicado como livro de mesmo nome, que eu recomendo a todos a leitura.

Conheci uma equipe nova, mas só posso aqui fazer um agradecimento público (mesmo que elas não leiam) às tão potentes assistentes sociais que acolheram essa psicóloga que chegou tão fragilizada e amarga. Suellem com seu amparo, firmeza e sensibilidade, Sheila com sua doçura e gentileza, Cristiane com sua graça e perspicácia, Leila com sua alegria e esperança, e Gisele com sua ternura e determinação. Me fizeram entender que também tinha lugar para mim ali.

Era uma unidade com capacidade para 87 pessoas, homens e mulheres, a maior do município. E não era fácil. Mas também pode ser muito prazeroso. Musicalmente, “era uma casa muito engraçada”.

Pensar que ali era a “casa” provisória de algumas pessoas coloca alguns desafios curiosos para o trabalho cotidiano, como gerenciar questões de convivência. Quem pegou a bermuda de quem, quem arrumou o quarto às 4h da manhã e acordou todo mundo, quem não sabe usar o vaso sanitário ou deixa de dar descarga, quem usou o creme de cabelo de quem, quem ronca mais alto, quem se pendura no ventilador, e imaginem aí o que mais.

O trabalho realizado trazia agora angústias opostas e profundas. Alguns dos usuários acompanhados não tinham muitas “portas de saída”, ou seja, não tinham muitas condições de sair do acolhimento superando a situação de vulnerabilidade. Outros usuários precisavam de muitos cuidados que auxiliassem eles a permanecer no acolhimento e, por isso, às vezes, só era possível atendê-los uma única vez e ficar amargando alguns “e se ele estivesse aqui ainda”...

Eu poderia contar pra vocês sobre como foi marcante a festa de Natal, o baile de carnaval ou a festa de Páscoa, mas vou abrir uma caixa de segredos tentando preservar ao máximo o acordo de “confidencialidade” que fizemos.

Em fevereiro de 2024, após longas, longas e longas conversas com a saúde mental, conseguimos iniciar o Grupo de Redução de Danos do hotel, com a presença da Isabella, redutora de danos, e da Leyda, acompanhante territorial, ambas do CAPS ad III Alcenir Veras. Esse era um espaço pensado para o cuidado de quem fazia uso prejudicial de álcool e outras drogas, tentando reduzir o obstáculo da distância de chegada ao espaço físico do CAPS e entendendo que o CAPS está em toda a cidade.

O grupo tem como acordos de convivência que todos devem se respeitar e não julgar o outro pela droga que ele usa, entendendo que não existe droga pior nem melhor. E também que tudo que era dito naquele espaço ficaria naquele espaço, não podendo ser comentado com outros usuários ou equipe. Tentando não romper este acordo vou contar apenas sobre os meus afetos participando do grupo.

Quando falamos de uso de drogas e cuidado, não há ninguém que saiba mais do que quem usa. Ninguém precisa dizer que crack faz mal pro pulmão porque Lucas já sabia que 40% do seu pulmão estava destruído por fumar crack no bombril. Ninguém precisava dizer que cocaína faz mal para o coração porque Joana já teve 3 ataques cardíacos. Ninguém precisava dizer que o álcool faz mal pro fígado porque Jorge confessou que já estava com cirrose hepática. Ninguém precisa dizer dos efeitos da criminalização das drogas porque eles sabem que a polícia para mais os pretos que saem da favela, que se a maconha fosse liberada, ela não ia vir mofada e que a maioria deles não teria amargado tantos anos presos porque o tráfico era o único trabalho ofertado a eles.

Acontece que a gente fala muito pouco sobre droga no grupo. A gente não conta o tempo que cada um está sem usar droga porque você pode ter usado no mesmo dia estar ali. A gente não chama ninguém de limpo por estar sem fazer uso porque ninguém ali é sujo por fazer.

A gente fala sobre o que está antes da droga. A gente fala sobre como foi para Joana ter sido expulsa de casa por sua família não aceitar sua identidade de gênero. A gente fala sobre como foi para Jorge sobreviver à Chacina da Candelária, em 1993. A gente fala sobre Armando que cresceu em orfanatos e hoje não consegue nomear suas emoções. A gente acolhe Eduardo ao dizer que usa crack procurando a morte, depois do que ouviu do seu pai e de sua ex-esposa. A gente narra as histórias que ninguém se interessa em ouvir porque antes de olharem para aqueles sujeitos olham para as drogas que eles usam. A gente acolhe a dor que é indizível e insuportável. E a gente constrói um cuidado possível. A gente pensa em como construir uma vida com acesso a cultura, a lazer, a trabalho, a saúde, a vínculos afetivos para não precisar de droga ou, pelo menos, de tanta droga. A gente pensa em como reduzir danos e, para isso, a gente pensa antes sobre ter direito a ter direitos. É o que eu aprendo todos os dias com quem vai ali compartilhar suas histórias.

VII. _____

Quando estávamos visitando o serviço que a Natália ficaria acolhida por conta de uma situação de crise, ela foi apresentada aos profissionais do serviço e, dentre elas, uma psicóloga. Ela foi logo dizendo que não gostava muito de psicólogo, que a única psicóloga que ela já gostou na vida foi a “tia Ivana”, porque essa tia psicóloga sabia ouvir, fazia com que ela se sentisse segura e passasse até a ouvir e buscar entender melhor o que sentia. Foi essa segurança que fez com que ela pudesse, em um espaço clínico, falar sobre si e seus afetos para o seu terapeuta. Não existia psicóloga melhor que a tia Ivana, que estava

ali escondendo uma lágrima de alegria pelo vínculo e afeto compartilhado. Quantas coisas Natália também me ensinou sobre aprender a ouvir e a ser psicóloga**.**

VIII. _____

Miguel é um jovem de 28 anos que conheci. Chegou calmo, extremamente educado, muito doce. Tinha muitos planos, queria realmente dar um outro rumo pra vida. E ele se empenhava muito. Apesar disso, aparecia de tudo para atrapalhar ele. Até pra fazer um documento de identidade foi uma luta, precisando brigar muito depois de muitas idas frustradas ao Detran. Quando tudo fluiu e a gente só esperava alguém dar mais uma chance a ele, Miguel se afundou. Nunca foi muito de contar sua história. Sabia que tinha passado por algumas perdas, que tinha filhas pequenas com quem não tinha contato. Ele não conseguia falar sobre isso. Porém, tem vezes que as coisas vazam, principalmente depois de um copo cheio de cerveja. Ou alguns copos. Miguel começou a beber para lidar com aquela dor e, sempre que bebia, parecia que a dor o destruía. Na verdade, a dor o destruía sempre. Mas essa era a única forma que encontrou de colocar para fora.

Me lembro do dia em que ele bebeu e chorou de uma forma descontrolada. Foi assustador. Nada ajudava ele a se acalmar. A única coisa em que pensei foi que, mesmo intoxicado, ele precisava ser ouvido e precisava ser cuidado por mais alguém além de minha equipe e eu. Logo liguei pra melhor profissional que eu conheço do CAPS ad dizendo: nos receba aí, chegamos em 15 minutos.

E, pela primeira vez, ele falou. Descreveu a cena mais difícil da sua vida, com tantos detalhes e tanta clareza, que parecia que nos transportava para lá. Eu assisti aquela morte ao lado dele, eu chorei com ele, eu assisti a dor e a culpa que ele sentia. Não existia culpa nenhuma. Mas ele sentia. E isso fazia ser ainda mais difícil ver a sua dor.

Obviamente que a dor continuou ali. Mas falar daquilo pela primeira vez, compartilhar a sua dor e perceber que não chorava mais sozinho, abriu uma nova possibilidade de viver aqueles afetos. Continuou seu acompanhamento, diminuiu a bebida. Passou a receber o Bolsa Família e, com isso, retomou o contato com as filhas. Gastou todo o primeiro pagamento com uma roupa bonita, um perfume e brinquedos. O reencontro veio. Logo depois, conseguiu seu primeiro emprego de carteira assinada. Em pouco tempo, alugou uma casa e foi embora. Mandou fotos e um vídeo depois que mostrava ele fritando linguiça no seu fogão, na sua casa. Linguiça frita é o cheiro desse começo feliz, porque o final está bem longe.

IX. _____

Juliana chegou para o serviço logo após completar 18 anos, transferida de uma unidade de acolhimento infanto-juvenil. Foram anos de institucionalização, de se virar sozinha, de não ter família para contar. Fazia planos de voltar a conviver com a avó quando atingisse a maioridade. Mas a avó faleceu antes disso. Sem planos, sem rumos, passando a ser totalmente responsável pela sua vida e sua caminhada. Foram tempos difíceis.

A dor era tanta que ela abria cortes na pele que extravasavam o que ela sentia. Os braços e as pernas carregavam as marcas disso que não cabia dentro dela. Cumpria algumas responsabilidades, mas parecia uma criança obrigada a ser uma adulta. Era insegura, tinha muitos medos, não acreditava nela mesma. Fazia escolhas erradas, se culpava e era muito julgada. Ninguém tinha paciência para uma criança em uma unidade de acolhimentos para adultos.

Algo aconteceu que Juliana e eu formamos um vínculo muito bonito. Muitas vezes me pergunto e me perguntam se, de alguma maneira, não ultrapasso o limite técnico. O limite ético jamais ultrapassaria. Não nego que a história de Juliana me toca em um ponto pessoal. Porém, não tem como ser impessoal. Não tem como ser técnico e achar que vamos só apertar parafusos para consertar uma disfuncionalidade. É preciso envolvimento. É preciso se deixar afetar pela vida do outro e se permitir afetar a sua vida também.

Acompanhei Juliana em consultas médicas, andei muito de SAMU a levando até a emergência, fomos bastante ao CAPS. Também a acompanhei no trabalho, assinando sua admissão e sua demissão. Estava junto quando ela comprou os primeiros itens para a sua casa. Comemoramos o aniversário de um mês sem autolesões. Estive na sua primeira cirurgia. Puxei a orelha quando deixou de tomar seus remédios, mas também busquei saber suas dúvidas sobre seu quadro e os efeitos das medicações. Arrumamos a sua bagunça e saímos para comprar calcinhas e um tênis novo sem chulé.

Aprendi com Juliana que o afeto me torna inventiva. Podemos construir formas de estar junto e de fortalecer aquele sujeito. Ele pode não conseguir fazer algo hoje, pode ser difícil hoje. Mas talvez ele precise de apoio. Talvez ele possa ter alguém do lado nas muitas primeiras vezes que a gente tem na vida.

Quem esteve do seu lado quando você teve que fazer algo pela primeira vez que pareceu muito difícil? Seria justo Juliana ter que passar por isso sozinha? É justo alguém ter que passar?

Quando Juliana decidiu se desligar subitamente, contrariando nossa pactuação de datas de saída, para se mudar para o seu apartamento, disse que precisava amadurecer,

fazer as coisas sozinha e, se preciso, quebrar a cara para aprender. Era o que lhe diziam. Mas, quebrar a cara para Juliana, era como se quebrar inteira.

Tomou uma série de decisões que lhe pareciam acertadas, mas que reforçavam um caminho de descuido. Até que não aguentou e foi uma nova tentativa de autoextermínio. Saiu do hospital, topou voltar ao CAPS e a fazer uso regular das medicações. Conversamos sobre como, às vezes, a gente não precisa quebrar a cara e não precisa caminhar sozinha. Saber ouvir e aceitar apoio também é um sinal de maturidade. O único caminho é caminhar.

Eu ainda espero o bolo que Juliana ficou de fazer para mim na sua casa nova. Aqui, o afeto pode ter cheiro de bolo quentinho também.

X. _____

Joana chegou junto a Fernando, seu companheiro, para acolhimento. Era alguns anos mais velha que ele e tinha uma relação muito maternal. Fernando era um “merdeiro”, onde ia se enfiava em uma confusão. Estava há muitos anos na rua e fazia um uso de crack bastante prejudicial. E Joana estava ali, do seu lado, buscando na rua, fazendo com que se alimentasse, aliviando as brigas, o arrastando para o CAPS.

Um dia, Fernando foi preso. Joana não tinha mais de quem cuidar. Então, ela passou a cuidar da vida de todo mundo. Queria colocar a unidade em ordem, ninguém podia falar no corredor de madrugada, não podiam atrapalhar a novela, não podiam brigar ou infringir qualquer outra regra. E, claro, isso a levava a um grande sofrimento, pois as pessoas continuavam a sua vida e seus vacilos normalmente.

Foi uma longa caminhada para Joana se permitir se deixar cuidar pela gente e aprender a usar um pouco da sua energia para cuidar de si mesma. Compareceu às consultas e descobriu uma doença autoimune que precisava de cuidados intensivos. Mudou a dieta, passou a tomar todas as medicações. Começou também a fazer seu acompanhamento no CAPS ad. Antes, não tinha espaço nem pro seu uso trazer prejuízos para ela. Agora, tudo tomava o seu lugar e ela própria foi ganhando lugar na sua vida.

Logo, foi contemplada com um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida e conseguiu um emprego como ajudante de cozinha. Continua bancando a durona na rua, mas se dá oportunidade de chorar, rir e sonhar. Visitei sua casa, me serviu café e biscoitos. Foi o melhor café que já tomei, não pelo sabor. Mas por ser o café feito por Joana, na casa dela. Ela me chama de filha e também de diretora. É sempre dona Ivana e senhora. Manda mensagens para o telefone institucional contando que posso ficar tranquila pois ela pagou as contas da casa e fez as compras de mercado. Sempre que eu a vejo, rola um abraço

bem apertado. Todo mundo precisa não só dar afeto e cuidado, mas também receber afeto e ser cuidada.

XI. _____

Helena é a mulher mais solar que já conheci. Sua presença estremece. Forte, imponente, durona. Ao mesmo tempo, doce, sensível e extremamente protetora. Conheci Helena quando ela foi para acolhimento pela primeira vez. Ficou pouco tempo. Brigou com seu companheiro na época e cada um seguiu seu caminho.

Durante o curto e intenso período em que esteve conosco, falou sobre um caroço no seio que a amedrontava. Sua mãe havia falecido de câncer de mama e ela temia que o mesmo acontecesse com ela. Tentamos fazer com que chegasse ao médico, mas ela sempre escapava. Até que fugiu de vez e passou meses sumida.

Quando retornou, meses depois, Helena estava irreconhecível. Já havia recebido o diagnóstico de câncer de mama há tempos. Mas, com medo, fugiu novamente. Até que foi parar no Pronto Socorro de outro município, lembrou da equipe de Niterói e a trouxeram para cá. Sentia muitas dores, daquelas que a faziam gritar até o bairro todo ouvir. Chorava todos os dias. Muitas vezes, tivemos que carregá-la, ajudar a tomar banho, ajudar a comer ou mesmo dar colo para tentar amenizar seu sofrimento.

Seu diagnóstico havia se complexificado, o câncer de mama se multiplicou em metástases por muitos órgãos. Tivemos que nos adaptar enquanto instituição e aprender a lidar com os nossos afetos diante de alguém que parecia estar tão próxima do fim da vida. Mas só parecia.

Aprendemos sobre a dor total, que não é só física, mas é também psicológica, social e espiritual. Quanto à dor física, seguíamos as recomendações médicas quanto ao tratamento e medicações. Quanto à espiritualidade, Helena era uma mulher de muita fé e, logo que voltou a caminhar, voltou a frequentar Igrejas. O que podíamos ofertar então era a tentativa de alívio da dor psicológica e da dor social, que era grave considerando a falta de recursos financeiros, de uma casa e de suporte familiar.

Helena é também a mulher mais forte que eu conheci. E a vimos florescer. Ela deu uma volta naquele câncer e, contrariando a maioria das expectativas, o fim de vida não estava tão próximo. Pelo contrário, ela seguia escrevendo cada vez mais novos capítulos para sua história.

Helena reencontrou Edgar, um rapaz tímido e muito correto que ela havia dado umas bitocas tempos atrás. Esse reencontro foi daqueles que, quem acredita em destino, pode

ter certeza que ele mexeu os pauzinhos para acontecer. Helena e Edgar se completam. E Edgar tem sido o melhor companheiro que Helena poderia ter. Leal, carinhoso e cuidadoso, a acompanha em todas as consultas médicas e sessões de quimioterapia. Quando Helena ficou internada, ele esteve ao lado dela durante todo o tempo.

E acompanhando esse amor, nasceu a ideia mais doida que já tive. Fizemos um casamento para eles. Somente a cerimônia, pois o simbólico tem o seu valor. Todos que os conheciam se engajaram e foi uma festa boa demais. Ela escolheu com quem entraria na cerimônia, escolheu que eu celebraria o casamento. No dia, cada um doou uma coisa e tivemos decoração, flores, docinhos, bolo e buquê. Um casamento completo. A noiva linda, o noivo apaixonado. Isso aconteceu há três dias - em 20 de maio de 2026 - e foi um dos momentos mais especiais que já vivenciei em todos esses anos.

Qual o limite do nosso trabalho? Será que organizar um casamento é demais? Será que se emocionar com isso é algo fora das regras? Eu espero que não. Espero que a gente siga celebrando o afeto e a vida, porque isso está sobre todas as outras coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Prefácio. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BORGES, Pedro. **População em situação de rua e o interminável 14 de maio, o dia pós-abolição**. Alma Preta: Jornalismo Preto Livre, 2018. Disponível em: https://almapreta.com/sessao/cotidiano/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-interminavel-14-de-maio-o-dia-pos-abolicao. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Nota pública em repúdio a toda e qualquer medida que autorize a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de substâncias psicoativas**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 19 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único**. Brasília, DF: MDS, 2026. Painel interativo. Base de dados de referência: mar. 2026. Disponível em: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica Conjunta nº 01/2016/MDS/MSaúde: diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos**. Brasília, DF: MDS/MS, 10 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP**. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2001.
BUONICORE, Augusto. Apresentação. In: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. **Socializando**, v. 3, n. 1, p. 145-154, 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_12.pdf. Acesso em: 08 de outubro de 2025.
COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
FONSECA, Sérgio César da; ALMEIDA, Elmir de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, v. 20, n. 49, 2016.
FORTUNATO, Ivana. **Cuidado, afetos e saúde: uma experiência com pessoas que vivem com HIV/aids**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A frágil redução das mortes violentas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.
LANCETTI, Antonio. **Clínica peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2008. (Coleção SaúdeLoucura, v. 3).
LARA, Ricardo; BARCELO, J. G. Classe e racismo na formação social brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 204-223, 2020.
LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antonio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.
MAGALHÃES, João Carlos Ramos. **Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro**. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23. Acesso em: [inserir data de acesso].
MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e estratégias de cuidado na cena urbana de Salvador-BA**. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra y salud mental. **Estudios Centroamericanos**, v. 39, n. 429-430, p. 503-514, 1984.
MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR., Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista de Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; CAVALCANTE, Carmem Plácida Sousa; FERREIRA, Deyze da Silva; PAIVA, Ilana Lemos de. Sobre “ser mulher e mãe” em situação de rua: invisibilidade na sociedade brasileira. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 121-137, 2021.
MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
NAPOLIÃO, Paula Figueiredo. **“Ei, eu tô aqui, você não tá me vendo?”: o cuidado e a gestão de redes de gestantes usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro**. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
NICODEMOS, Julio Cesar de Oliveira. **Psicanálise, redução de danos e o uso abusivo de drogas: estratégias possíveis diante do impossível**. Curitiba: CRV, 2020.
PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
SILVA, Diana Delgado da Costa da. **Acolhimento e escuta qualificada: um debate mais que necessário sobre as atribuições profissionais no SUAS**. 2023. 226 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2023.
SOUSA, A. P.; MACEDO, J. P. População em situação de rua: expressão (im)pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e35510, 2019.
TEJADAS, Silvia da Silva. **Avaliação de políticas públicas e garantia de direitos**. São Paulo: Cortez, 2022.